

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

ALINE RADAELLI

OS KAMBEBA DO RIO JANDIATUBA
Território, garimpo e conflitos socioambientais

Manaus - AM
2018

ALINE RADAELLI

OS KAMBEBA DO RIO JANDIATUBA
Território, garimpo e conflitos socioambientais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociologia, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski.

Linha de pesquisa: Povos, dinâmicas populacionais e dimensões simbólicas.

Manaus - AM
2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R124o Radaelli, Aline
Os Kambeba do rio Jandiatuba : Território, garimpo e conflitos socioambientais / Aline Radaelli. 2018
170 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Antônio Carlos Witkoski
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Conflitos socioambientais. 3. Garimpo. 4. Territórios. 5. Kambeba. I. Witkoski, Antônio Carlos II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ALINE RADAELLI

**OS KAMBEBA DO RIO JANDIATUBA: TERRITÓRIO, GARIMPO E
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

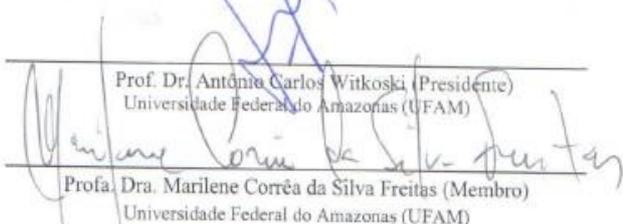
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em Sociologia

Aprovado em 18 de setembro de 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski (Presidente)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas (Membro)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Prof. Dr. Cloves Farias Pereira (Membro)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

À Ivete, Adélia, Vanderleia e Zica Radaelli, os
alicerces que me construíram como pessoa.

A todas as mulheres que são a fibra, a força e a
ternura dos movimentos sociais, na luta por
um mundo mais justo e de equidade, na pessoa
da amiga cacique-geral do povo Kambeba do
Alto Solimões Eronilde Fermin.

AGRADECIMENTOS

Os amigos e amigas que puderam conviver comigo nestes pouco mais de dois anos de mestrado sabem da importância que esta dissertação, e o fim desta etapa, representam para mim afetiva, psicológica, emocional e intelectualmente. Passei por profundas mudanças ao longo do processo – algumas esperadas, voluntárias e estruturadas; outras totalmente inesperadas, involuntárias, desgastantes, mas estruturantes. Sejam quais forem os adjetivos dados a estas mudanças abissais, elas me permitiram encontrar mais força, autoconhecimento e liberdade. Assim, guardarei esta fase e sua conclusão com muito apreço e gratidão.

Embora o trabalho intelectual demande solidão e reclusa, ele não pode ser construído de todo sozinho. Ou seja, também foi direta ou indiretamente forjado por diversas mãos que foram alicerce na caminhada, dentre as quais cito, antecipando meu pedido de perdão a possíveis omissões.

Antes de personificar os agradecimentos, agradeço aos entes metafísicos que me permitem ser e estar como sou e estou, e que isto seja/esteja ocorrendo tendo Manaus e o Amazonas como morada. Quero deixar registrado o que expresso todos os dias, das mais diversas formas: o amor, a admiração e o apreço que nutro por este estado.

Terra esta que tem me dado intensos aprendizados, surpreendente crescimento e que me fez pertença pelo seu acolhimento. Terra que estranha, linda e inexplicavelmente é capaz de me fazer sentir que tudo isso me é muito familiar, e que não foi por acaso a oportunidade de vir e, menos ainda, a opção por permanecer morando aqui – contrariando pessoas e planos. Em meio a tudo isso, obviamente que há dificuldades, sobretudo das saudades da família. Contudo, perceber que tem muito sentido estar aqui me faz feliz e serena.

Agradeço às pessoas e momentos que me apresentaram a esta terra, e às pessoas que estão comigo e permanecem me apresentando o Amazonas, nestes quase seis anos de morada em Manaus e viagens pelo Amazonas. Porque sim!, esta terra é tão rica, tão diversa e, ao mesmo tempo, dona de elementos tão únicos que sempre nos apresentará algo novo e a ser aprendido. Ela supre constantemente minhas infundadas curiosidade e sede de aprender. E a agradeço também por isso: por me mover e comover. Sou grata, fiel admiradora e declaradamente apaixonada por esta terra das águas, que são muitas (e única) dentro de si.

Como parte de mim se encontra no sudeste do país, venho agradecer minha família nas pessoas de minha mãe, Ivete Radaelli, e tia, Vanderleia Radaelli, que tentam compreender minhas escolhas e são as maiores incentivadoras à continuidade da minha caminhada na vida acadêmica. Aos meus amigos de quatro patas Natasha (*in memoriam*), Lota, Magal e Nina pelo companheirismo e todo cotidiano de pães amassados. Às amigas de longa data (mais de quinze anos) Lidianne, Carol e Duda, e Karina por trazerem, mesmo à distância entre estados, a leveza de dias risonhos.

À Profa Teca Fraxe, por todo apoio intelectual, profissional e emocional em nossas diversas conversas que, entre gargalhadas, sempre me fazem aprender muito. Agradeço por confiar em minhas habilidades; pelo carinho e preocupação de mãe-amiga; pelos conselhos dados sempre com suas generosas mãos estendidas e seu enorme coração aberto; por lutar, desejar e fazer acontecer um mundo amazônico de maior equidade, respeito, diversidade e riqueza ambiental; pelos incentivos a que sejamos, seus discentes e colegas pesquisadores, melhores que a sra e sua geração de professoras e professores; pela flexibilidade de trabalho na reta final da conclusão do trabalho; e, sobretudo, por ter feito eu acreditar que a vida de ensino, pesquisa e extensão na universidade pode ser solidária, colaborativa, construtivista e desprendida de egos competitivos.

Às queridas amigas que fiz em Manaus por intermédio do Nusec, Catiany Menezes, Amanda Nina e Juliana Araújo que, além de competentes pesquisadoras e profissionais, são pessoas de auras radiantes e que colaboraram muito em meus processos de revolução interna.

A todas e todos do Núcleo de Socioeconomia – Nusec e do Laboratório Socioambiental da UFAM nas pessoas de Mônica Suani e Marília Gabriela. Grata pela parceria de trabalho e alegria cotidiana. Estendo os agradecimentos à querida Suzy Pedroza pela elaboração de alguns dos belos mapas que constam no trabalho e a todos do Centro de Ciências do Ambiente – CCA/UFAM e Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade – PPGCASA/UFAM em nome da Profa amiga Kátia Cavalcante.

Aos amigos Carioca, Mariana Martins, Ivan Piedemonte e André de Moraes, que sempre estão abertos ao debate de temas complexos-filosóficos-existencialistas-psicológicos-políticos-ideológicos e que não deixam minha inquietude se sentir sozinha no mundo. Grata por tornarem sustentável e leve o peso do ser nesse mundo al revés. No bojo deste esforço pela leveza, estendo os agradecimentos ao psicanalista Gerson Bento, que tanto colaborou ao

longo de 2017 com meu autoconhecimento e os processos de desconstrução, construção e reconstrução internos que só a terapia é capaz.

Às amigas de Piracicaba-Bangalô Ana Kp e Carolita que me acompanham nessa amada Manaus e são a parceria divertida que ameniza a saudade dos demais amigos que ficaram em São Paulo, aos quais estendo meus agradecimentos pelas discussões políticas e risadas infindas.

Aos amigos e amigas do Idesam que me mostraram o Amazonas pela primeira vez, e colaboraram com minha permanência. Dentre as amizades feitas e que perduram até hoje, a do Silvio Rocha, a quem agradeço toda parceria e por sempre estar disposto desde a “tomar umas no Cabelo” até a “quebrar não galhos, mas castanheiras” dando força de diversas maneiras.

Aos amigos que estiveram na mesma condição de mestrandos junto comigo e que viabilizaram intensas conversas de trocas de angústias, sobretudo diante dos percalços da pesquisa e do artesanato intelectual da escrita: Carolina Mendéz (CFT-INPA), Pedro Frizo (PPGS-UFRGS) e Conceição Martins (PPGS-UFAM).

Às colegas do GT de orientandas do Prof. Witkoski na pessoa da amiga Eloisa Gadelha. Grata pelos ricos debates, exposição e trocas de ideias, colaborações, ajudas mútuas e afeto.

Aos professores da banca de qualificação que contribuíram com diversas reflexões e ajustes para a melhor caminhada possível em meu estudo: Profa. Marilene Corrêa, Prof. Gilton Mendes e Prof. Tiago Jacaúna. Agradeço sobretudo aos professores que aceitaram o convite para compor a banca de defesa, Prof. Cloves Pereira e, em especial, a Profa. Marilene Corrêa, que certamente trarão contribuições generosas para a melhoria do trabalho.

À CAPES pela disponibilidade da bolsa ao longo dos vinte e quatro meses de mestrado. À secretária do PPGS, Marluce Lima, sempre gentil e afetuosa. À FAPEAM pelo financiamento do projeto guarda-chuva operacionalizado pelo NESAM, nas pessoas de seus coordenadores Reginaldo Conceição e Pedro Rapozo, aos quais estendo o agradecimento pela solidariedade nos trabalhos de campo.

Ainda acerca do trabalho de campo, um imenso agradecimento aos Kambeba que nos receberam, hospedaram, participaram das oficinas de mapeamento participativo situacional e puderam dispendir um pouco de seu atarefado tempo para conversar conosco acerca das situações conflitantes no Jandiatuba. Em especial, e muito especial, às lideranças que se tornaram minhas amigas Eronilde Fermin Kambeba e José Jesus Braga Kambeba, os quais tive o prazer de receber diversas vezes em minha casa também. Seguimos juntos na luta, companheiros. Muito grata pelas trocas e por permitirem que eu os leve para a vida.

Por último, mas nem de longe menos importante, o meu muitíssimo grata ao amigo-orientador Prof. Antônio Carlos Witkoski. Sempre presente nas questões acadêmicas, filosóficas, psicanalíticas e de vida, também és meu orientador da vida pessoal, para além dos muros da vida acadêmica ou profissional. Grata por acreditar em mim mais do que eu mesma posso, pela paciência, pelos incentivos a novas experiências, aos estudos e à continuidade da minha formação, por estimular minhas reflexões, por tantos aprendizados ao longo do estágio docência, por sua generosidade em ensinar, explicar, expor, teorizar e ir à campo, por suas leituras atentas a cada virgula fora do lugar. É complexo expressar algo grandemente representativo a mim, e, portanto, concluirei expressando minha admiração por sua pessoa, intelectualidade, sensibilidade, ativismo e suas visões revolucionárias de mundo. Grata por tudo e por tanto nestes dois anos de orientação e três anos de amizade.

A draga

Dela que pesa e flutua
Em busca do Eldorado
Dela que tudo revira
Dela que tudo arrasta
Estômago, rio e vida nua.

Da anomia, do conflito
Que nem curupira salva aflito
Pesa e flutua na selva o grito
Do homem de estômago revirado
Do capital lavado em mercúrio
lavrado.

Da colônia eterna
Brotam metais
Do barranco, coronéis
Capitais, capitães
Cento e um vintéis.

Vidas alaranjadas
De sangue amarelo nobre
Ceifadas
Pela morte que te cobre.

A. Radaelli

OS KAMBEBA DO RIO JANDIATUBA

Território, garimpo e conflitos socioambientais

Resumo

Este trabalho tem como objetivo visibilizar acontecimentos e situações de conflitos ocorridos ao longo de situações históricas de invisibilização do povo Omágua-Kambeba influenciada pela ausência e/ou presença do Estado, tendo como pano de fundo, inicialmente, os processos de conquista e colonização do território amazônico e, mais atualmente, as políticas desenvolvimentistas impostas para a Amazônia brasileira e a inerente (ir)racionalidade de exploração de seus bens naturais. Para tanto, lançamos mão do uso de ferramentas etnográficas com base na dialogicidade e polifonia necessárias à abordagem por meio de pesquisas de campo realizadas nas comunidades Kambeba do rio Jandiatuba, em São Paulo de Olivença, Amazonas, Brasil. A etnia se encontra em processo de resistência e r-existência pelo direito da demarcação de seus territórios em face da presença de garimpeiros que exploram o ouro no referido rio. Os Kambeba têm, ainda, uma história singular no projeto de colonização operado pelo Estado Ibérico nos séculos XVII e XVIII, tendo sido fortemente perseguida e invisibilizada. Um dos reflexos disto é a inexistência de territórios indígenas Kambeba demarcados na região de fronteira do Alto Solimões, “berço” de sua origem, o que impulsiona sua atual luta como garantia de reconhecimento e segurança étnico-territorial frente aos *outsiders* do garimpo.

Palavras-chave: Amazônia; Conflitos socioambientais; Garimpo; Territórios; Kambeba.

The Kambeba people of Jandiatuba river: territory, artisanal gold mining and socio-environmental conflicts

Abstract

This study aims bring visibility to events and conflicts situations occurred during historical situations of Omágua-Kambeba people invisibilization influenced by State presence and/or default, initially as background the conquest and colonization process of Amazonian territory, and, actually, development policies imposed to Brazilian Amazonian and the inherent (ir)rationality of natural goods exploitation. For that, it was used ethnographic tools based on polyphony and dialogicity necessary to approach through fields researches realized at Kambeba communities of Jandiatuba river, at São Paulo de Olivença, Amazonas state, Brazil. The ethnic group is in resistance and r-existence process for territories demarcation rights face of an artisanal gold mining presence who exploit gold at Jandiatuba river. Kambeba people also has a singular history in colonization project operated by Iberian State, in seventeenth and eighteenth centuries, and was strongly persecuted and invisibilised. Reflection of this is inexistence of indigenous territory Kambeba demarcated in Alto Solimões border region, “crib” of its origin, which stimulate your current struggle as a guarantee of recognition and security ethnic-territorial against artisanal gold miners outsiders.

Keywords: Amazonian; Socio-environmental conflicts; Artisanal gold mining; Territories; Kambeba people.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das aldeias Omágua na segunda metade do séc. XVII.....	29
Figura 2 - Principais províncias indígenas do Alto Solimões, séculos XVI e XVII	30
Figura 3 - Vestígio de instrumento supostamente utilizado para beneficiamento do algodão .	33
Figura 4 - Índio Omágua Kambeba com roupas de própria confecção	33
Figura 5 - Marcas da cheia do rio no tronco das árvores o igapó.....	34
Figura 6 - Kanga pewa: Omágua-Kambeba de cabeça chata	38
Figura 7 - Vista parcial da orla de São Paulo de Olivença	42
Figura 8 - Orla de São Paulo de Olivença retratada em Paul Marcoy.....	42
Figura 9 – Microregião do Alto Solimões no âmbito da tríplice fronteira	43
Figura 10 - Localização da Terra Indígena Nova Esperança, da etnia Tikuna.....	44
Figura 11 - Comunidade Bacaba	47
Figura 12 - Comunidade Mata Cachorro	47
Figura 13 - Localização das comunidades Kambeba no rio Jandiatuba.....	48
Figura 14 - Renda familiar a partir dos benefícios sociais	51
Figura 15 - Várzea amazônica (sombreada) e aldeias Omágua.....	58
Figura 16 – Obra “El Encuentro”	61
Figura 17 - Vista parcial de uma draga em funcionamento em trecho do Jandiatuba.....	75
Figura 18 - Vista aérea das dragas em operação e bancos de areia que apontam risco de assoreamento	80
Figura 19 - Escalas das estruturas do capital e do poder	94
Figura 20 - Saldo da balança comercial nacional e setorial	98
Figura 21 - Evolução dos conflitos no campo no Brasil registrados pela CPT	107
Figura 22 - Ranking mundial de mortes de lideranças ambientais e do campo	108
Figura 23 - Cicatrizes da violência	117
Figura 24 - Vista parcial de uma draga incendiada como resultado da ação de desarticulação	119

Figura 25 - Vista parcial de uma draga atracada próximo ao porto da cidade	121
Figura 26 – Discussão, construção, pintura e finalização do mapa do rio Jandiatuba	123
Figura 27 - Mapa participativo situacional que aponta a presença de outsiders e conflitos...	124
Figura 28 - Redes de interesse das bancadas parlamentares do Congresso Nacional	132
Figura 29 - Territorialização e territorialidades.....	135
Figura 30 - Caminho institucional da demarcação de terras indígenas	138
Figura 31 - Base da Funai e pontos do garimpo no Alto Rio Jandiatuba	140
Figura 32 - Identificação de povos isolados e bases da Funai na TI Vale do Javari	141
Figura 33 - O “vazio jurídico-territorial” do médio e baixo rio Jandiatuba	145
Figura 34 - Mapa de situação fundiária da região da tríplice fronteira, Alto Solimões	146
Figura 35 - Proposta de demarcação da TI Tuyuka, ou mapa de autodemarcação Omágua-Kambeba.....	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Municípios com maior população declarada indígena do Brasil	41
Quadro 2 - Culturas agrícolas cultivadas pelas famílias entrevistadas.....	52
Quadro 3 - Tipologia dos conflitos sociais.....	103
Quadro 4 - Manejo dos bens naturais conforme modalidades de propriedade.....	129

LISTA DE SIGLAS

AAV	Agente Ambiental Voluntário
ALE-AM	Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
AM	Amazonas
CECLIMA	Centro Estadual de Mudanças Climáticas
CEMAAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOGAM	Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia
COP23	23a Conferência do Clima das Nações Unidas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Coordenação Regional do Alto Solimões (Funai)
DEMUC	Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FIEAM	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
FPE	Frente de Proteção Etnoambiental (Funai)
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NESAM	Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OKAS	Organização dos Kambeba do Alto Solimões
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programação Nacional de Alimentação Escolar
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena
SDS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SPO	São Paulo de Olivença (município)
TBT	Tabatinga (município)
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 – RACIONALIDADES RIVAIS: ENCONTROS DO "VELHO" E DO “NOVO MUNDO”	25
1.1. Mumuri sekwe: os relatos sobre e dos Omágua-Kambeba do Alto Solimões.....	26
1.2. As diversas formas de colonização e colonialidade dos amazoníndios.....	56
1.3. A <i>presença-ausente</i> do Estado no (não-)reconhecimento das outridades	68
CAPÍTULO 2 – NAS TERRAS E ÁGUAS DO BEM-VIRÁ: OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO RIO JANDIATUBA	73
2.1 A draga que arrasta, lava e lavra: os impactos do garimpo nas águas e famílias Omágua-Kambeba	74
2.2 A <i>ausência-presente</i> do Estado: os conflitos latentes e manifestos (e outros cinco tipos) na apropriação e expropriação dos bens naturais.....	91
CAPÍTULO 3 – CONHECER PARA RECONHECER: TERRITÓRIO E DIREITOS GARANTIDOS COMO VIA PARA O ECODESENVOLVIMENTO	126
3.1. Dança de espelhos: o interesse na demarcação de terras e a fragilidade das terras demarcadas.....	126
3.2. A <i>presença-presente</i> do Estado: elementos para a superação das ausências.....	149
4. Considerações finais.....	155
REFERÊNCIAS	159
ANEXO I.....	167
APÊNDICE I.....	168
APÊNDICE II.....	170

APRESENTAÇÃO

“Cadê ela? Cadê?! Em que quarto ela tá?”. Em meu quarto, prestes a dormir depois de um dia cansativo de pesquisa em São Paulo de Olivença, escutei estes dizeres, em alto tom, vindos da recepção do pequeno hotel no qual estava hospedada, em 07 de outubro de 2016, uma sexta feira agitada na cidade. A semana tinha me rendido diversas conversas institucionais com gestores públicos e não formais com alguns munícipes e, em se tratando de uma cidade pequena onde todos conhecem todos, sobretudo os visitantes, eu já devia ter sido notada andando pela cidade nos três dias anteriores à noite do dia 07. Para tornarmos esta suposição ainda mais plausível, considera-se que se trata de uma pesquisadora loira, branca e alta que, nem que quisesse – e queria muito! – ela não conseguiria passar despercebida. Sou “a gringa” no interior do Amazonas. Esta alcunha me desconforta e adotei uma estratégia para ruir com a pressuposição: usar a entonação, o sotaque e algumas gírias manauaras afirmando que “sou de Manaus” de maneira leve e descontraída como forma de aproximação do outro.

Tendo este contexto de que a cidade, como uma onça na mata, viu-me antes mesmo de que eu pudesse vê-la, e em se tratando de uma mulher fazendo pesquisa, sozinha, no interior do estado tratando de um tema tão delicado, conflituoso, por vezes tabu, e permeado por interesses econômicos que é o garimpo na Amazônia, não demorou nem uma fração de segundo para que eu de imediato associasse os gritos do homem na recepção à minha procura, considerando o fato de eu estar ali hospedada para realizar minha pesquisa acerca dos impactos do garimpo aos olhos das comunidades Kambeba do rio Jandiatuba.

O resultado disto foi um tremendo receio de que a procura por mim pudesse ser verdade, e nos segundos subsequentes, enquanto o sujeito na recepção seguia com seus gritos questionando a localização da tal mulher hospedada, fiz um rastreo do quarto, à penumbra da luz da rua, buscando por meios e estratégias de fuga caso o receio se fizesse fundado. Detectei que poderia escapar pela janela, embora com dificuldade, pois ela ficava em desnível negativo com relação ao nível da rua. Atenta e de ouvidos bem abertos, acompanhei os passos do sujeito entre o momento em que obtive a resposta do funcionário do hotel de onde estaria a tal mulher que procurava e seu caminhar pelo ecoante corredor do pequeno hotel que, devido ao medo, pareceu-me mais longo que a própria extensão do terreno. De maneira que meu quarto era a segunda porta do corredor, pude perceber que os passos de pisada firme e apressada,

aparentemente imbuídos de indignação ou raiva, seguiram corredor adentro para além da minha porta. E pude rir com a situação depois de respirar aliviada.

Este aspecto tabu do tema de pesquisa, aliado as condições do sujeito do conhecimento viajando sozinha para as pesquisas de campo, levou-nos a fazer a opção teórico-metodológica cuidadosa de se restringir à coleta e problematização das questões levantadas pelo olhar dos Kambeba do Jandiatuba quanto à presença do garimpo e seus impactos e conflitos. Ou seja, não se preocupou em coletar impressões dos garimpeiros e donos de balsas como contraponto, tendo isso sido visto como uma impossibilidade de implementação considerando os riscos a integridade da pesquisadora. Assim, em se tratando de questões e informações específicas do garimpo, trabalhou-se com dados secundários.

Embora a pesquisa nas ciências sociais não deva ser hierarquizada como menos ou mais difícil conforme o tema escolhido, pois qualquer tema é passível de ser pesquisado desde que tenha em sua execução respeitado o rigor e o método exigido do cientista – e, segundo Bourdieu (2007), o sociólogo deve “pintar bem o medíocre” –, a referida pesquisa não foi de todo simples de ser realizada. As escolhas envolvidas, as opções metodológicas feitas de maneira cuidadosa e estratégica juntamente com o amigo-orientador e o desafio teórico para uma cientista econômica se aventurar pelas belas paisagens das ciências sociais – e se apaixonar – foram questões minimamente esperadas, que exigiram de mim de antemão um preparo psicológico e de leituras teóricas para amadurecimento das ideias no desenvolver da pesquisa, incluindo os preparares das viagens de campo.

Contudo, na condição não somente de pesquisadora como também de sujeito social, não eram esperadas problemáticas pessoais envolvidas no decorrer do estudo e, sobretudo, as inflexões que tiveram que ser realizadas ao longo do processo devido a dilemas éticos e metodológicos. Tortuosidades que, por vezes, exigiram mais energia de minha saúde emocional do que da intelectual. E para este lado da balança é preciso dispender muita atenção, cuidado/autocuidado e orientação – de terapeuta, família, amigos e orientador.

Como resultado destas inflexões, uma última viagem de campo que seria realizada foi impossibilitada devido a mudanças no contexto local da problemática, representada pela operação de desarticulação do garimpo realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama em parceria com o Exército contando com o apoio do Ministério Público Federal e Fundação Nacional do Índio – Funai. Com isto, provocou-se

uma segunda inflexão no percurso metodológico que aqui deve ser ressaltada: a mudança de um dos objetivos específicos que, direta e indiretamente, dependia desta última viagem de campo impossibilitada, de modo que o concreto empírico pudesse ser transmutado em concreto pensado. Inicialmente, a pergunta de partida do terceiro objetivo específico era o de compreender as estratégias de identidades político-territoriais adotadas pelo movimento Kambeba em face aos impactos e conflitos socioambientais do garimpo instalado no rio Jandiatuba. A alteração do rumo de estudo deste terço da dissertação caminhou para uma discussão mais teórica das questões de demarcação territorial indígena, suas implicações, garantias e contradições, e como superá-las diante das perversas conjunturas políticas atuais de retiradas de direitos e reconhecimento étnico.

Ao passo que tiveram dificuldades das mais diversas ordens, a pesquisa etnográfica é prazerosa por nos permitir encontrar pessoas e dialogar sobre diversas vidas, histórias, percepções, visões de mundo, das mais diferentes e diferenciadas. Este tipo de pesquisa se torna mais leve, inclusive, por tomarmos aquele sujeito estudado não como mero objeto de pesquisa onde extraímos informações de maneira mecânica e plástica, e sim considerando a convivência e a audição sensível que este processo exige por parte da cientista, permeadas pelo respeito a outras visões, percepções e lugares de fala de maneira não colonizante ou não hierárquica de qualquer relação social equivalente. O sujeito do conhecimento, neste caso socióloga, deve considerar como simples partícipe de uma experiência que o educa e, assim, amplia seus horizontes de reflexão acerca da vida social e da realidade que pretende investigar.

Dito isto, este trabalho teve como objetivo e esforço o de evidenciar os conflitos ocorridos ao longo das etapas históricas de invisibilização dos povos indígenas pela ausência e/ou presença do Estado tendo como pano de fundo, inicialmente, os processos de conquista e colonização do território amazônico e, mais atualmente, as políticas desenvolvimentistas impostos para a Amazônia brasileira e a (ir)racionalidade de exploração de seus bens naturais e bens comuns. Como caso de estudo, apresentam-se os Kambeba do rio Jandiatuba que se encontram em processo de resistência e luta pelo direito da demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados, por vislumbrarem a segurança étnica e socioambiental que o território juridicamente lhes confere diante das invasões de dragas do garimpo fluvial instalado no Jandiatuba.

A presente pesquisa fez parte do projeto “Mapeamento participativo e identificação de conflitos socioambientais na tríplex fronteira Brasil-Colômbia-Peru: elementos para políticas públicas na resolução e gestão dos recursos naturais de uso comum”, do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia – NESAM/UEA, que contou com auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM e viabilizou ajuda de custo para as pesquisas de campo. Minha inserção neste projeto e a participação em atividades na região do Alto Solimões me tornaram conhecedora da realidade de conflitos envolvendo atividades garimpeiras nas calhas dos rios da região, e influenciaram a escolha do tema de estudo focado na calha do rio Jandiatuba, em São Paulo de Olivença.

Para tanto, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um formulário semiestruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, que foram aplicados com quatro famílias para subsidiar o diagnóstico socioeconômico das três comunidades Kambeba do Jandiatuba: Bacaba, Mata Cachorro e Pinã. Pelo fato da família da comunidade Pinã ter se encontrado na sede municipal quando de nossa ida à campo, o formulário foi aplicado com a família na sede, no retorno do campo. Outro instrumento e metodologia adotados foi o de mapeamento participativo situacional aos moldes do proposto por Acselrad e Coli (2008) e também inspirado na metodologia do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA. O intuito foi o de compreender suas percepções ambientais de preservação, conservação do que consideram como ameaça não somente à integridade dos bens naturais da região do Jandiatuba de que fazem uso, como também à garantia de manutenção de seu acesso, e, sobretudo, suas percepções quanto aos conflitos vindouros com a invasão de garimpeiros, madeireiros, pescadores comerciais e outros agentes externos interessados na expropriação dos bens.

Conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo I), instrumento de consulta à livre disposição a participar da pesquisa, foi acordado que a preservação das identidades e privacidades seriam respeitadas, garantindo o anonimato do interlocutor participante. Assim, justifica-se o uso apenas de iniciais fictícias como nomes dos entrevistados quando houver citação direta dos mesmos ao longo do trabalho.

Ressalta-se que, por metodologia, entendemos como sendo o caminho e o instrumental próprios para viabilizar a abordagem da realidade mais próxima e fiel possível. Assim, a importância da metodologia e de seu escolher adequadamente ocupa lugar colunar no cerne das teorias sociais, simplesmente por ser parte intrínseca da teoria e sua visão social de mundo

expressa. Neste sentido, e considerando as dores e delícias do caminho da pesquisa aqui brevemente expostos, Bourdieu (2007) nos lembra que a pesquisa é uma atividade intelectual importante e dotada de percalços que nos exige misturar a inteligência e a criatividade de maneira desordenada mas com o rigor que não deve ser deixado de lado. Nesta construção desordenada, porém lógica, lançamos mão de outras disciplinas correlatas que eventualmente podem contribuir com o fortalecimento das teorias sociológicas, como etnologia, antropologia, economia, história, ecologia, dentre tantas outras.

O experimentalismo de métodos proposto por Bourdieu (2007) ao criticar o “monoteísmo metodológico” dos sujeitos pesquisadores que se fecham hermeticamente a um método específico somente, visando definir filiação a determinada escola de pensamento – o que o autor denomina de “cães de guarda metodológicos” –, leva-nos a considerar que é extremamente custoso e arriscado sujeitar a pesquisa a somente uma ótica metodológica nas mais diversas fases em que ela toma forma. Contudo, a liberdade metodológica que defende, em função do trabalho intelectual inventivo, exige uma cuidadosa vigilância epistemológica sobre as condições em que são utilizadas as diversas técnicas de coleta de dados, em face de problemática sociológica que procura investigar.

Em se tratando de povos indígenas amazônicos que possuem um acúmulo de experiências vividas e de saberes – algumas reflexões sobre eles são expostas no capítulo 1 –, estes, para além de serem tomados como objetos de conhecimento, são considerados e percebidos como sujeitos de sua própria história e colaboradores da investigação sobre sua própria realidade. Assim, busca-se no primeiro capítulo problematizar as diferentes racionalidades, que chamamos de “rivais”, quando ocorre o encontro entre o chamado “Velho” e “Novo Mundo”, isto é, entre os povos indígenas e o projeto colonial ibérico, e de que forma este choque expressou conflitos que culminaram em um etnoepistemicídio e novas expressões de colonialidades que perduraram por meio de uma *presença-ausente* do Estado, que pode influenciar o não reconhecimento dos povos indígenas.

Esta reflexão é feita com base nos relatos *sobre* os Omágua-Kambeba, utilizando as inscrições de cronistas viajantes, e também *dos* Omágua-Kambeba, com base na pesquisa da principal liderança Kambeba que entrevistou anciãos da etnia no intuito de construir a história social da etnia. O material produzido pelos Kambeba, para os Kambeba, a partir dos Kambeba a ser referenciado neste trabalho são reflexões feitas pela cacique-geral Kambeba do Alto Solimões, Eronilde Fermin, a partir de entrevistas coletadas junto aos anciãos da etnia,

moradores do município de São Paulo de Olivença, reunidas em um trabalho de conclusão de curso de graduação em pedagogia intercultural cursado pela interlocutora. A motivação para a produção do trabalho, segundo ela, nasceu da necessidade de conhecimento etno-histórico do povo Kambeba, e o uso de entrevistas com anciãos se deu “com o intuito de revelar a verdadeira história desse povo, depois de anos no anonimato”¹. Segundo Fermin (2016), esperou-se que a produção deste material pudesse “dar autonomia e segurança ao índio Kambeba quanto a suas raízes e quanto a sua autoidentificação como povo Omágua Kambeba”.

A ampliação da voz destes sujeitos não significa de maneira alguma “dar voz” às insurgências, como se estas não tivessem voz anteriormente e desde sempre. Nenhuma voz é insuficiente que não possa falar por si mesma. Agir e pensar desta forma significa reproduzir a hierarquização de relações por meio do egoísmo travestido de altruísmo militante. Neste sentido, julgamos importante a utilização destes dados não com a pretensão de que aqui eles serão publicizados, como se eles por si só não fossem suficientes para tanto, mas sim por convergir com as contribuições de Clifford (2014) acerca dos denominados modos etnográficos que o autor categoriza, sendo dois deles postos de maneira paradigmática: o modo dialógico e polifônico da etnografia. Estes se dão à medida que diversas interpretações e concepções de mundo acerca de uma mesma realidade são justapostas ou mesmo, em certos momentos, contrapostas. No que tange à polifonia, Clifford ressalta que os antes pautados como objetos de estudo, agora e cada vez mais são protagonistas de sua própria história pensada, falada, escrita e problematizada intelectualmente. É neste cenário que se encontra a contribuição de Fermin quanto à história narrada pelos Kambeba acerca dos mesmos.

Acerca da caracterização dos conflitos socioambientais decorrentes do garimpo no rio Jandiatuba, objetivo do segundo capítulo, pretende-se expor a percepção dos indígenas quanto aos impactos das dragas presentes e as formas de violência, veladas ou não, praticadas pela exploração do garimpo. Além de uma etnografia do impacto do garimpo para as terras, florestas e águas do Jandiatuba e toda diversidade de vida que ele comporta, incluindo os Kambeba, tentou-se traçar uma tipologia dos conflitos socioambientais de modo a viabilizar uma maior compreensão das escalas de violência embutidas nos conflitos e sua relação com a

¹ Fermin (2016) faz uma ressalva acerca das versões e datas citadas pelos anciãos, as quais não necessariamente convergem com as versões da história já presente em outros materiais. Diante disto, ela faz a opção de assumir os fatos, datas e versões contadas por eles não somente por ser suas versões, como também a fim de registrar de que forma o povo Kambeba tem contado e recontado sua própria história.

realidade empírica. De forma inseparável, discute-se acerca do nível de influência que o Estado possui, ou não, na expressão destes conflitos por meio do que chamamos de uma *ausência-presente* do mesmo.

No terceiro capítulo, problematiza-se o paradoxo entre o interesse dos povos indígenas, sobretudo os Kambeba, pela demarcação de terras indígenas ao passo que há certa fragilidade institucional quanto a manutenção destes territórios, ainda mais agravada diante dos constantes desmontes políticos e orçamentários da Funai. Consideramos este paradoxo metaforicamente como sendo uma dança de espelhos. De modo a refletir os possíveis caminhos para a superação das ausências do Estado tratadas nos capítulos anteriores, faz-se um esforço de debate acerca de elementos que poderiam promover uma *presença-presente* do Estado a partir, sobretudo, do reconhecimento étnico, territorial e de direitos originários dos povos indígenas.

Conclui-se que houve uma série de situações históricas de invisibilização social, cultural e étnica dos povos indígenas, e que, pela resistência e r-existência indígena frente aos conflitos de interesse e processos de dominação de grupos sociais hegemônicos, acabaram culminaram em conflitos socioambientais. Estes por sua vez agravados pelo Estado e sua configuração de um *Estado espectral*, que ora se faz presente, ora ausente, conforme demandas e interesses das classes dominantes. O garimpo operado no rio Jandiatuba – e em demais localidades do Amazonas que ainda estão por vir com mais força, diante da convivência e incentivo do governo do estado para esta prática econômica –, a expropriação e exploração de bens naturais e bens comuns, a invisibilização da luta indígena Kambeba pela demarcação de suas terras invadidas, no “berço” de nascimento da etnia que é a microrregião do Alto Solimões (Brasil), baixo rio Amazonas (Peru) e baixo rio Napo (Equador), são casos de análise do Estado espectral com relação a povos e comunidades tradicionais que mantem a relação intrínseca com os bens naturais na Amazônia.

CAPÍTULO 1 – RACIONALIDADES RIVAIS: ENCONTROS DO "VELHO" E DO “NOVO MUNDO”

Pesa sobre o meu corpo / Um peso que eu não conheço /
Merecimento tão pouco / Com peso no lombo não penso /
Cabeça virada pro oco / Me benza seu padre, me benza seu
padre.

“O progresso não gosta de índio”, Magaiver Santos, poeta e filósofo amazonense.

Desde a inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo mercantil a partir do século XVI, e sucessivamente ao longo de toda sua história, o Brasil foi alvo de interesses da metrópole que o via como fornecedor de matérias-primas e recursos naturais. O ritmo de exploração foi galopante à medida que a dívida portuguesa cresce na corrida mercantilista mundial e, em consequência, a colônia Brasil, até então deixada em suspensão por desinteresse da coroa, passa a ser “a menina dos olhos” do Estado monárquico português para ajustes de sua balança comercial. Nesta conjuntura, como reforça Silva (2004), a “Amazônia é um dos lugares dos reajustes econômicos e políticos da Europa nos séculos XVI e XVII”.

Por esta razão, nunca esteve “vazia”, “isolada” e “desocupada”, como quiseram crer os governos brasileiros militares em suas políticas desenvolvimentistas², e queiram crer, até hoje, os governos que tratam a região como atrasada ou subdesenvolvida. Parafraseando Santos (2010) em um jogo de palavras, ela é o *Sul do Norte do Sul*³: geograficamente é o norte do país, contudo tratado como Sul pelo restante do país, e este integrando a lista do Sul mundial, elaborando neste processo um jogo de projeção e reprodução em que, em casa, o oprimido atua como opressor. Ao longo deste jogo, o mito do Eldorado se transforma em fato: transmuta-se em Eldorado dos Carajás⁴ e as extensas reproduções de conflitos agrários e

² Registra-se aqui a imagética do vazio demográfico e, por isso, a necessidade de ocupação das terras visando expansão da fronteira agrícola e, ao mesmo tempo, a proteção das fronteiras nacionais, e a integração econômica da Amazônia com as demais regiões. É com base neste ideal que surgem as políticas de colonização operacionalizadas pelo INCRA, e os grandes projetos de infraestrutura como hidrelétricas e rodovias federais. Para críticas mais contundentes, ver ESTERCI & SCHWEICKARDT (2010), FEARNSSIDE (2015), RODRIGUES (2011) e CASTRO (2012).

³ A expressão Sul é uma referência de Santos (2010) aos países não desenvolvidos, tal como a grande maioria dos situados no hemisfério Sul do globo, enquanto que os do Norte são os plenamente desenvolvidos. “O Sul exprime todas as formas de subordinação a que o sistema capitalista mundial deu origem: expropriação, supressão, silenciamento, diferenciação desigual, etc.”. É um jogo de palavras que brincam com a localização geográfica e o desenvolvimento econômico dos países, contrastando-as.

⁴ Em 17 de abril de 1996, dezenove trabalhadores rurais ligados ao movimento social dos sem terra – MST foram mortos pela polícia militar do estado do Pará no conflito que ficou mundialmente conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, no âmbito da reivindicação de 3.500 famílias para a desapropriação de uma

ambientais ao longo da história contemporânea da Amazônia. Um dos diversos casos de massacre anunciado (BARREIRA, 1999).

Voltando ao início do período colonial, em convergência com o projeto de colônia de exploração, visando, sobretudo, ouro, pedras e especiarias, o projeto da Igreja para expansão de fiéis e “catequização para a salvação” se torna um importante aliado na conquista do território e de seu gentio, escravizado de maneira física, cultural e subjetivamente. Segundo Silva (2004),

Os religiosos acompanharam as expedições espanholas, portuguesas e francesas. [...] Cada lote definido na competição mercantil era um espaço conquistado para a colonização espiritual. [...] Missões religiosas e governo temporal. A conciliação de Deus e Rei é possível e necessária.

Este capítulo procura debater de que maneira a etnia Kambeba foi invisibilizada pelos acontecimentos históricos de ocupação territorial e subjugação por parte do Estado colonial no âmbito do processo de colonização. Além disso, quais os possíveis reflexos disto para a formação de outras invisibilizações fundadas nas novas colonialidades e no não reconhecimento de suas outridades.

1.1. Mumuri sekwe⁵: os relatos sobre e dos Omágua-Kambeba do Alto Solimões

Conhecidos historicamente como Omágua e denominados como Kambeba ou Cambaba por obra dos portugueses (PORRO, 1996; FERMIN, 2016), os Omágua-Kambeba são originários das regiões dos rios Napo, Javari e Solimões, estas que, de acordo com a delimitação geográfica dos Estados-nação, são atualmente os territórios nacionais de Peru e Brasil respectivamente. Neste contexto de pan-amazônia, termo fruto do pensamento moderno ocidental, a racionalidade dos grupos indígenas tal como os Omágua-Kambeba não seguia e nem deveria seguir a ordem geopolítica de fronteiras, sendo reconhecidos, portanto, como uma etnia transfronteiriça que independe dos limites dos Estados-nação.

fazenda improdutiva e destinação destas terras à reforma agrária com base no artigo 184 da Constituição Federal e no Estatuto da Terra (BARREIRA, 1999).

⁵ Na língua Kambeba, tem o significado de “memórias vivas” (FERMIN, 2016).

Considerando as contribuições de Bauman (2005) acerca do surgimento desta delimitação dos Estados especificamente europeus, torna-se compreensível sua influência para a noção de pertencimento e identidade nacional. Contudo, em se tratando de sociedades indígenas, faz-se necessária a relativização desta influência uma vez que esta não seria a única característica, muito menos a mais influente, para contribuir com a identidade étnica ou a etnicidade dos povos indígenas.

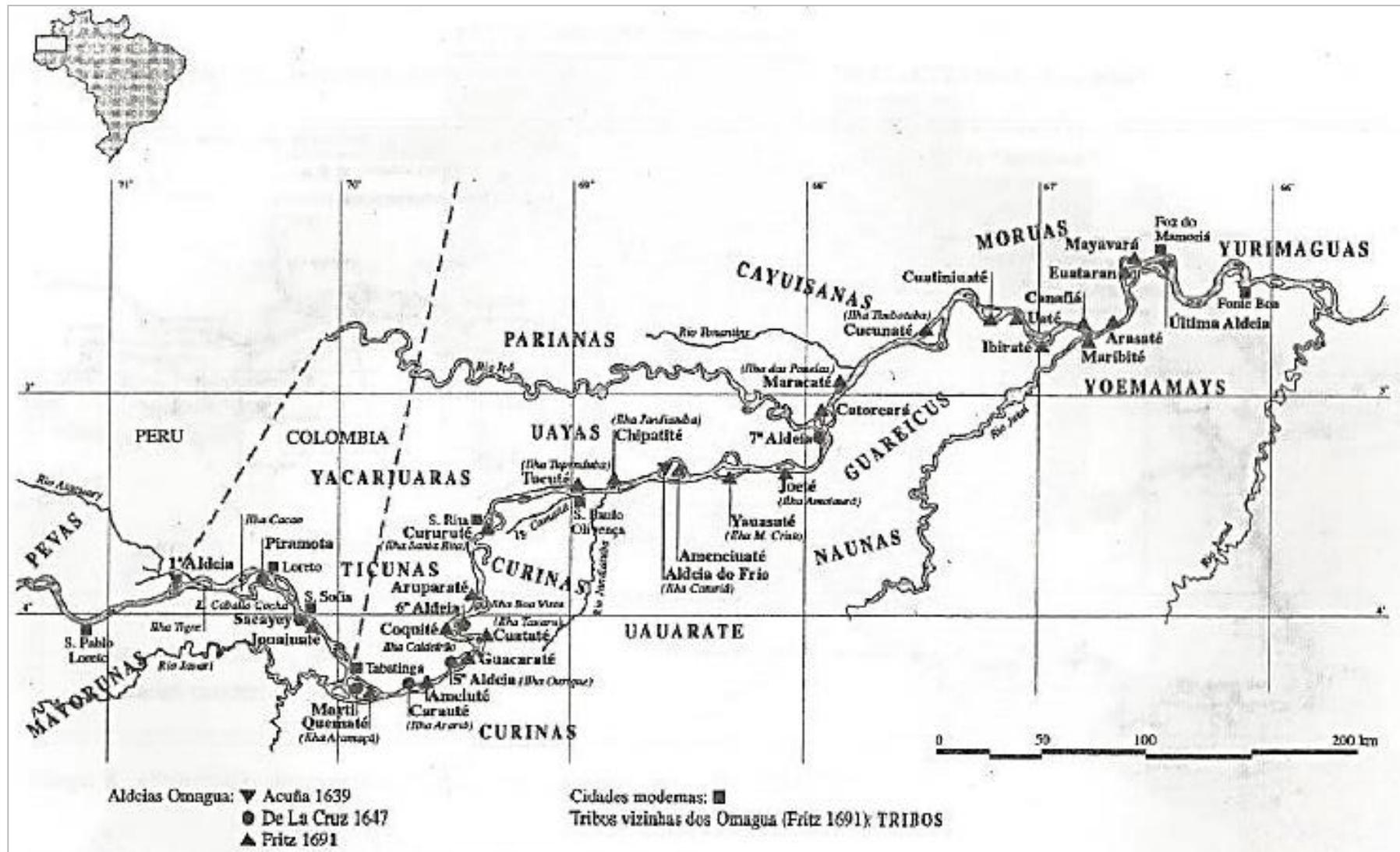
Acerca do território dos Omágua, a contribuição de Porro (1996), também elaboradas com base na leitura dos relatos de “viajantes naturalistas” que trataram e retrataram etnias pelas quais se deparavam ao longo do Amazonas peruano e Solimões brasileiro até o baixo Amazonas brasileiro, permite-nos compreender a extensão territorial de ocupação amazoníndia⁶ Omágua, a localização aproximada de tribos vizinhas, como os Mayoruna, e alguns fluxos migratórios. Contudo, algumas questões surgem a partir do cruzamento de alguns dados textuais e visuais-cartográficos, como por exemplo em que medida as citações acerca da localização geográfica ou territorialização dos povos feitas pelos “viajantes naturalistas” são de fato fieis àquela realidade que nos parece tão longínqua?

Embora a relativização dos relatos já é posta como necessária visto que a presença destes viajantes seguia propósitos bastante claros e objetivos que, objetiva ou subjetivamente, poderiam subestimar a grandiosidade e complexidade das sociedades amazônicas pré-colombianas, a dúvida paira especificamente sobre a denominação das etnias e localização geográfica por, aparentemente, haver desencontro de dados ou mesmo confusão entre tribos e etnias com nomenclaturas parecidas, a exemplo dos próprios Omágua e os Yurimágua (Solimões). Acerca destes últimos, localizados no médio Solimões, Acuña e Fritz os denomina desta forma, contudo Carvajal os chamará de Omágua na porção entre os rios Coari e Purus, não deixando de terem como “vizinhos” os Yurimágua. Assim, como é possível não questionar que seja possível a hipótese de Carvajal os ter confundido por conta da semelhança dos nomes? Sobretudo se for considerada a origem dos Omágua como sendo as várzeas do baixo Napo (Equador), baixo Amazonas (Peru) e alto Solimões (Brasil), e seu território se estendendo até pouco abaixo da foz do rio Jutai, antes da sede do município de Fonte Boa (Figura 1), tendo como vizinhas as etnias grafadas em caixa alta conforme Fritz aponta, com dados de 1691.

⁶ Nomenclatura presente em Batista (2007) e que é adotada por conter especificidades e significados em maior medida que, por exemplo, o comum “ameríndio”, que generaliza os indígenas do continente americano.

Convém ressaltar neste momento que as três localidades fluviais recém citadas são referentes ao mesmo curso de rio que nasce próximo aos Andes peruanos, atravessa todo Amazonas e tem sua foz no Oceano Atlântico, litoral do estado do Pará. As nomenclaturas, entretanto, variam pelo fato de que no lado brasileiro da tríplice fronteira, o rio se chama Solimões, e do lado peruano atende por rio Amazonas. Portanto, quando a presente narrativa se referir ao rio Amazonas, atente-se o leitor que se refere ao “Solimões do Peru”, e não ao Amazonas brasileiro, que se inicia no encontro das águas entre rio Negro e rio Solimões, abaixo da cidade de Manaus, e se estende até o Pará.

Figura 1 - Localização das aldeias Omágua na segunda metade do séc. XVII



Fonte: PORRO, 1996.

As representações gráficas do território Omágua-Kambeba, a despeito de suas possíveis migrações, corroboram com a localização historicamente conhecida: parte do Peru, região fronteira com o Brasil, parte do Brasil e inclusive podendo abranger uma pequena parte do que é hoje a Colômbia, no âmbito da conformação da tríplice fronteira atual. Contudo, mediante leitura a que Porro se refere sobre os territórios do cacicado de Aparia, entende-se por indicação e cruzamento de informações que o território Omágua-Kambeba seria ainda maior, em sentido oeste, do que o hachurado na Figura 2, abrangendo o que hoje é território equatoriano:

As fontes quinhentistas falam do poderoso cacicado de Aparia, que se estendia **desde o baixo Napo, no Equador**, até a região de São Paulo de Olivença; eram ao que tudo indica os Omágua, que os portugueses chamariam Cambeba. (PORRO, 1996, p. 26, grifos nossos)

O rio Napo nasce na região dos Andes equatorianos e percorre aproximadamente 1.100 quilômetros atravessando o Peru e desaguando na margem esquerda do rio Amazonas peruano, abaixo do município de Iquitos. Diante de tal, ao perceber a referência que se faz ao rio Napo, compreende-se que as fontes quinhentistas, tal como cita Porro, referiam-se à baixa porção deste rio sob a ótica dos limites do território equatoriano, e talvez não necessariamente à foz do Napo, localizada em território peruano. Neste sentido, portanto, o território Omágua ocupado poderia ter sido muito superior.

Outro trecho que nos comprova essa larga extensão do território Omágua dos séculos XVI e XVII, para além à oeste do Napo peruano, é no qual Porro (1996) aponta acerca dos dois tipos de grupos Omágua, diferenciados pela vida insular e em terra firme, contudo o grupo abordado em seus ensaios se restringe ao primeiro, os Omágua das ilhas, por serem “histórica e demograficamente mais expressivo e ecologicamente associado à várzea amazônica”:

Durante os séculos XVI e XVII havia dois agrupamentos Omágua ao longo do eixo Napo-Amazonas. No alto Napo equatoriano, os Omágua-Yetê (“Omágua verdadeiros”) e no Solimões os “Omágua das Ilhas”, ou “la Gran Omagua” dos autores espanhóis. (PORRO, 1996, p. 92)

Corroborando com este dado da existência de dois agrupamentos, a etno-história dos Omágua-Kambeba registrada pelas entrevistas de Fermin vem do relato de Regina Neves de Souza, pajé à época com 87 anos, que diz ter ouvido de seus ancestrais a existência de dois

grupos Omágua: o das várzeas, moradores das ilhas, mais acessíveis, pacíficos e mantinham relações e comércio com outros povos; e o das terras firmes, descendentes da linhagem de witchicu (carnívoro), mais isolados e bélicos, tinham os cabelos mais longos, usavam roupas de peles de animais, colares de dentes humanos e de animais e pintavam de preto ao redor de sua boca como distinção étnica dos outros Omágua das várzeas, fato que lhe conferia os apelidos de boca suja ou boca negra.

Segundo Porro (1996), presentes nos textos histórico-coloniais dos cronistas viajantes tais como Carvajal (1542), Acuña (1639), Fritz (1738), La Condamine (1743), além de Marcoy (2001 [1869]), os relatos que se apresentam retratam aspectos culturais, espirituais, territoriais e socioeconômicos dos aldeamentos Omágua-Kambeba pelos quais passaram ou conviveram. Segundo Pinto (2006), as constantes citações acerca desta etnia nas narrativas dos cronistas supracitados⁸ denota a relevância deste agrupamento neste contexto de divulgação do chamado novo mundo às metrópoles coloniais. Os relatos que se referem aos Omágua trazem a imagem de uma numerosa e rica sociedade, com habilidades artísticas, comerciais e na produção de itens de consumo como roupas de algodão. Pinto (2006) segue ainda referenciando as palavras do próprio Acuña,

[...] essa gente é a de mais razão e de melhor governo que há ao longo de todo o rio. Andam todos decentemente vestidos, tanto os homens como as mulheres, as quais tecem, do muito algodão que cultivam, não apenas as roupas de que necessitam, como também para o comércio com as nações vizinhas. (p. 131)

Assim como diversas outras etnias, os Omágua-Kambeba também confeccionavam a partir da cerâmica e de fibras naturais seus utensílios domésticos e instrumentos de caça e defesa. Porém, seu conhecimento que mais chamava atenção dos viajantes era o têxtil, materializados em roupas de algodão cru extraído a partir de cultivos da planta nas várzeas do Solimões, tecidas a partir de tecnologias “tradicionais” e ferramentas de beneficiamento do fio (Figura 3). Não somente para tecer as próprias roupas (Figura 4) o algodão lhes era útil, mas também fundamental para estabelecer relações sociais e comerciais, como instrumento em alguns rituais e partes da sua planta utilizada para chás de cura, espiritualização e proteção conforme relatos. Além disto, sabiam extrair e manejar o leite da seringueira para confecção de utensílios em látex (FERMIN, 2016).

⁸ Dos cronistas citados, o autor só não faz referência a Carvajal e Marcoy. Cita ainda João Daniel e Alexandre Rodrigues Ferreira.

Torna-se bastante simbólico para a discussão do etnocentrismo europeu e sua autoimagem de dotador da supremacia cultural o tom de surpresa com que é relatada por eles a habilidade dos Omágua Kambeba em produzir suas roupas e o costume de, segundo Acuña, andarem decentemente vestidos. Como se não existisse a possibilidade de “selvagens do Novo Mundo” terem os mesmos ou parecidos costumes e tecnologias que os “civilizados” – como a forma de se vestir, por exemplo – de maneira própria e autônoma, uma vez que não sabiam da existência uns dos outros.

Figura 3 - Vestígio de instrumento supostamente utilizado para beneficiamento do algodão



Fonte: FERMIN [2009], 2016.

Figura 4 - Índio Omágua Kambeba com roupas de própria confecção

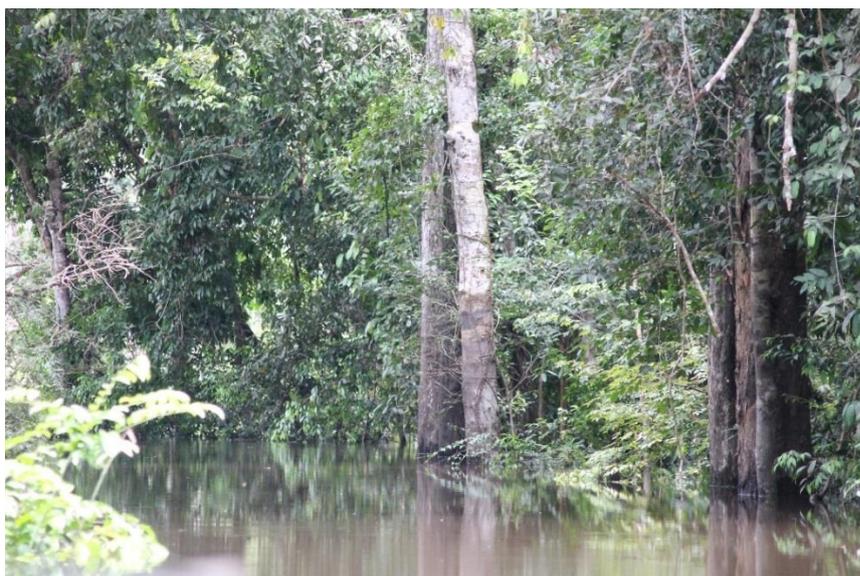


Fonte: FERREIRA, 1971, vol I, prancha 117.

Nas memórias vivas dos Kambeba, a sintropia entre homens e o meio natural fica evidente no trecho em que Fermin (2016) relata, a partir de entrevistas com os anciãos Kambeba de São Paulo de Olivença, os métodos e simbologias usados para os indígenas se orientarem quanto ao tempo, clima e fertilidade a partir da observação do comportamento de animais, fases da lua, direção do vento e movimento das águas:

Quando o uruá (caracol) coloca seus ovos no alto de uma árvore, ele está anunciando a cheia do rio⁹. A seca do rio é anunciada pela rama da tintarana (murerurana) que fica subindo no remanso [trecho de águas paradas] e inflando. O peixe-boi, quando come capim e depois enterra na lama, assinala que o rio está prestes a secar. Na vazante, a água do igapó [floresta alagada] está parada. O inverno é noticiado pela enchente, baixa muitos paus e mureru¹⁰ no rio. Quando o pau vem em pé no rio, vem anunciando a escassez. O repiquete¹¹ anuncia que o rio vai secar e ele fica espumoso. (FERMIN, 2016, p. 72)

Figura 5 - Marcas da cheia do rio no tronco das árvores o igapó



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O próprio mito de nascimento da etnia, segundo relatos dos anciões, é uma dança entre simbologias, natureza e sobrenatural, fazendo nascer este grupo étnico a partir de elementos como madeira, água e fenômenos naturais. Segundo Fermin (2016), os anciões tinham

⁹ Em conversas informais com algumas lideranças Kambeba, este mesmo fato, observado a partir do comportamento do caramujo, surge como indicador da altura das águas na cheia daquele período (Figura 3); ou seja, o nível das águas no pico da cheia não deverá ultrapassar a altura na qual o caramujo depositou seus ovos.

¹⁰ Designação comum as plantas aquáticas tipo aguapés. Palavra de origem Tupi.

¹¹ Fenômeno conhecido no Amazonas por uma rápida e inesperada enchente do rio em meio a sua vazante, tal como um efeito sanfona. Segundo Bates [1979] apud Fonseca (2008), o repiquete é resultado da cheia em algum afluente a montante do rio; esta, por sua vez, é causada pelo degelo andino.

vergonha de contar o mito de surgimento da etnia por julgarem feia, imprópria e obscena por seu cunho sexual.

O Jurupari foi um dos primeiros homens do sexo masculino da tribo Omágua Kambeba. [Ele era] considerado por seu povo como um deus que fazia a multiplicação da geração da humanidade através da prática do sexo com as nações femininas, esta desconhecida por todos os outros homens. [...] Para os outros povos, as crianças eram geradas pelo joelho. Todos tinham curiosidade de saber por que Jurupari engravidava uma jovem ao se aproximar dela. Jurupari causava curiosidade e inveja nos homens dos outros povos. Um dia, homens dos outros povos contrataram uma linda moça para atraí-lo a um lugar deserto, no meio da floresta. Então eles, enfurecidos, amarravam Jurupari e lhe obrigaram a dizer o segredo da reprodução. Diante de tantas ameaças, Jurupari mostrou-lhes o segredo: a parte íntima do homem, que ficou conhecida como Turuçu do Jurupari. Depois disto, tocaram fogo em seu corpo e, depois de alguns meses, nasceu no lugar das cinzas duas plantas, uma de cor verde e amarela chamada de Taboka (bambu) – representando as mulheres que ele havia engravidado [...] – e outra planta grande e forte chamada de Tanimbuka – representando o homem que viveu na terra e sabia multiplicar gente, o Jurupari. Um dia de raios, relâmpagos e trovões, as duas plantas, com a força do vento se entrelaçaram uma na outra e formaram o fenômeno do “torcimento”. O atrito entre as plantas e através da energia de um raio gerou uma explosão na floresta. O Guaricaya, deus do relâmpago e do trovão, da fumaça que subiu ao firmamento devido à explosão, fez duas nuvens, uma de cor escura representando o mal, e outra de cor branca representando o bem, e soprou caindo em forma de chuva. A água em contato com a madeira deu vida e origem ao povo forte e guerreiro Omágua. Devido a esse fato, todo Omágua Kambeba traz consigo de herança os dois gênios, um bom e outro raivoso. [...] a mesma água que caía da chuva foi rasgando a floresta e dando origem aos rios, fontes, nascentes e igarapés. [...] os gravetos de madeira que restaram, em contato com a chuva, geraram a vida dos animais. (FERMIN, 2016, p. 91-92)

Tal como a antropologia aponta, há diversas variações entre mitos de diferentes etnias, e inclusive no seio de uma única etnia. No caso da presente etnia, uma das variações acessadas é relatada por Silva (2012) em seu estudo sobre a aldeia Omágua-Kambeba Tururucari-Uka, em Manacapuru, que, segundo o tuxaua da aldeia e seus anciões, o surgimento da etnia se deu pela formação de uma grande gota d’água que continha duas menores em seu interior e que, ao tocar as folhas de uma sumaumeira, deu origem à mulher e ao homem Omágua-Kambeba.

São muito comuns mitos e lendas no interior da Amazônia, de comunidades indígenas e não indígenas, que contam da anunciação de que acontecimentos ruins estão por vir, como mortes e/ou conflitos, a partir do sobrevoou ou piar de alguns pássaros e manifestações de

outros animais. O mesmo também acontece para situações contrárias, do anúncio de bons ventos. Alguns destes “personagens” de anúncios são relatados por Fermin (2016) segundo crenças do povo Kambeba:

O povo sempre sabe quando algo de ruim está para acontecer devido a sua crença. Ao ver o corujão bate-caixão, o bicho do jenipapo, o ambuá¹² amontado, o pássaro anu preto, o kauã gritando, o matintim e o pássaro rasga mortalha. Esses bichos e pássaros estão agourando morte e conflito. [...] O povo tem a crença de que ao ver vômito e cocô amarelo do pássaro, mãe da lua, alguém na família está grávida, anuncia a chegada de um bebê. (FERMIN, 2016, p. 72)

Orientações de espaço e território nas empreitadas de caça e extrativismo florestal na mata, além de previsões climáticas a partir da direção dos ventos e do ângulo da luz solar também são utilizadas pelas sociedades amazônicas, indígenas ou não, tal como relata Fermin (2016) a partir do habitus Kambeba:

Na caçada, orienta-se pelo sol e pelo vento, quebrando os galhos das plantas para não se perder [na floresta]. Quando o vento sopra de cima, do leste, o rio está calmo. Se o vento sopra de baixo, do oeste, o rio está agitado com banzeiros. O vento do mato do sul traz friagem. Quando o vento sopra da frente para trás, espera-se banzeiro e temporal. (FERMIN, 2016, p. 72)

O domínio de toda essa simbologia é de uma precisão capaz de deixar desorientado qualquer cientista que se embrenhe pela mata juntamente com o amazônida, ainda que aquele porte consigo uma bússola ou qualquer outra ferramenta de localização. Este *ethos* indígena acerca de seus profundos saberes sobre a natureza, contudo, fora motivo de interesse em exploração de sua mão de obra (escravização) no período colonial pelos colonos portugueses em busca das “drogas do sertão” que fortaleceu a corrida mercantilista da coroa portuguesa. Segundo Loureiro (2009), com seus saberes sobre plantas, animais e águas, os indígenas eram recrutados a força para trabalharem como fornecedores de proteína animal das comitivas de colonos por meio da caça, e como guias e mateiros extrativistas das “especiarias”.

Como integrante da natureza selvagem a ser domesticada, o índio esteve sujeito à exploração pelo europeu “civilizado” nos primeiros séculos da colonização das Américas; e durante o século XIX foi objeto de inferiorização pelas teorias racistas, supostamente científicas [...] produzidas na Europa (LOUREIRO, 2009).

¹² Nome usado na Amazônia e no Nordeste ao inseto também conhecido pelos nomes de embuá, gongolo ou piolho-de-cobra.

Segundo Pinto (2006), a presença de ouro e outros minerais nos territórios deste grupo é outra questão que atraiu a atenção dos viajantes por serem de grande valoração econômico-comercial aos europeus, diferentemente dos usos que os Omágua e outros povos originários conferiam a este recurso. O mito do Eldorado como região de fartura de metais e pedras preciosas se tornou um dos mitos fundadores da imagética amazônica de abundância e riquezas naturais passíveis de exploração por agentes externos que primeiro aportarem os barcos em seus rios¹³.

Um terceiro aspecto importante que marcou os viajantes que entraram em contato com aldeias Omágua-Kambeba foi a respeito do formato cônico do topo de suas cabeças, modeladas pelo ritual do nascimento Omágua-Kambeba que consistia em instalar pequenas tábuas de madeira envoltas em pedaços de algodão nas partes frontais e laterais da cabeça da criança por um período de tempo específico que promoveria o afunilamento de sua forma, deixando-a cônica.

A Figura 6, uma gravura não assinada presente no relato do cronista viajante Alexandre Rodrigues Ferreira, ilustra o Omágua-Kambeba com a cabeça achatada portando em sua mão esquerda uma tala de caniços tal como eram as utilizadas para fixar na cabeça das crianças, conquistando assim sua forma característica, utilizada como um distintivo étnico. Esta ação fica evidente a partir do relato presente em Maroni (1738) apud Porro (1993) que diz da vaidade envolvida no processo de distinção étnica a partir do ritual de deformação: “e nisso, até os dias de hoje, põem toda a sua vaidade, em especial as mulheres, que chegam a zombar e insultar as de outras nações dizendo que têm a cabeça redonda como cuia ou cabaça, como os selvagens da mata”. Apenas como observação, esta gravura traz outros detalhes bastante recorrente nos relatos, não somente acerca da vestimenta com seus grafismos típicos, mas também sobre seus colares feitos de dentes de macaco ou de dentes humano dos inimigos que eram mortos em combate. É provável que o colar da gravura seja de dentes de macaco.

¹³ Embora sarcasticamente retratado como o eufemismo de um Estado ideal em uma de suas obras mais famosas – *Cândido ou O otimismo* –, o Eldorado de Voltaire (1759) traz a imagética da abundância de gemas da região da Amazônia peruana e, junto a isso, contrasta as diferentes perspectivas de mundo e de valoração material narrando o espanto expressado por Cândido e seu parceiro de viagem, Cacambo, ao avistarem crianças brincando, desinteressadamente, com pedras preciosas na aldeia em que atracam. Ao passarem por elas, que abandonaram as gemas ali mesmo no local da brincadeira para voltarem à aula, “os viajantes não deixaram de apanhar o ouro, os rubis e as esmeraldas.” (p. 32).

Figura 6 - Kanga pewa: Omágua-Kambeba de cabeça chata



Fonte: FERREIRA, 1971, vol I, prancha 117 *apud* PORRO, 1996

Segundo relato dos anciãos entrevistados por Fermin (2016), o ritual *kanga pewa* tinha início logo após o anúncio do nascimento da criança, feito pelo pai por meio de um rojão chamado roqueira para que toda aldeia soubesse do acontecimento, e em seguida ao corte do cordão umbilical. Após ouvirem o rojão,

[...] um grupo de anciãos de mulheres e homens que saíam de suas ukas (casas) ao ouvirem o barulho do tiro feito pelo pai; esses vinham dançando a dança do urubu chem chem até a casa do bebê. Apenas estes podiam se aproximar dele, vinham para a escolha dos padrinhos do Kanga Pewa, tomando pajuaru¹⁴, anunciando a urina do bebê. Após a dança, era feita a escolha do padrinho que faria o ritual. O escolhido começava a prensar a cabeça do recém-nascido com pequenos pedaços de bambu feito uma prancha embrulhados com algodão para não ferir a pele do bebê. Após terminar o ritual, com a ajuda dos demais presentes, o padrinho colocava o bebê num berço feito de madeira, uma canoa pequena dentro do reservado, juntamente com sua mãe. Terminando o ato, todos iam embora dançando da mesma forma que chegaram. (p. 67)

¹⁴ Bebida fermentada feita a partir da mandioca, como o caxiri, muito consumida em rituais indígenas.

Tal técnica é observada e apontada por todos os cronistas que minimamente contataram a etnia, sendo o aspecto cultural que, segundo Pinto (2006), mais chamou a atenção dos autores. Nos relatos organizados por Fermin (2016), o fim da prática do ritual *kanga pewa* se deu a partir da chegada dos jesuítas e da catequização imposta por eles, pois segundo os mesmos, a deformação do crânio consistia em um ato diabólico que contrariava a criação perfeita do ser humano à imagem e semelhança de Deus. Porro (1996) afirma que a prática do ritual caiu em desuso em meados do século XVIII. Mesmo assim, afirma Fermin (2016), houve quem desobedecesse às ordens, mas quando descobertos eram punidos e castigados. O mesmo controle e exigências foram feitas com relação à língua materna Kambeba, a qual foi aos poucos deixando de ser falada pelo misto de medo da punição e vergonha étnica, uma vez que ia “contra” ao padrão estabelecido pelos jesuítas.

Por muitas décadas, esse povo passou despercebido, como uma estratégia para escapar e sobreviver dos massacres e de outros acontecimentos vividos no passado, como torturas, invasões espanholas e portuguesas, doenças e catequizações. Crueldades que os fizeram passar por vários processos de fuga, alterando sua verdadeira identidade de índio Omágua (FERMIN, 2016, p. 16)

No registro de Fermin (2016) no âmbito da entrevista com uma das anciãs, Robertina da Silva, à época com 99 anos e atualmente já falecida, afirma que deixar de praticar o ritual de achatamento da cabeça a partir da imposição da Igreja e de seus missionários foi uma saída encontrada como forma de sobrevivência do povo Omágua-Kambeba. Outra versão que relaciona o fim da prática como forma de garantia da existência dos indígenas é relatada por Aurino Rabelo Lucas, à época com 85 anos, que afirma que a cabeça achatada era uma espécie de indicativo de origem e, portanto, poderia haver a morte daquele sujeito identificado, o que explica a redução populacional desta etnia vista como numerosa. Para Fermin (2016) esta foi uma decisão coletiva para que não houvesse mais mortes a partir da identificação da origem Omágua-Kambeba.

Fermin (2016) ressalta, a partir de entrevistas com anciãos Kambeba, que após muitos anos de anonimato e uso de diversas outras identidades para se desvincular da estirpe Omágua-Kambeba por receio, violência e/ou vergonha, atualmente, o processo de autoafirmação étnica tem crescido, pelo qual muitos querem ter sua identidade preservada e, sobretudo respeitada. Contudo, ainda assim “há pessoas e órgãos que lhes negam os direitos

sociais, ressaltando em seus argumentos que os direitos destinados aos índios não lhes convêm, pois os consideram como povo incivilizado” (FERMIN, 2016, p. 22).

Ao longo dos anos, o reconhecimento da população indígena perpassou por políticas de Estado que garantiram seus direitos, antes renegados, relevados ou invisibilizados. Além disso, promoveram o acesso a bens e serviços básicos considerando suas especificidades e ampliando sua renda para uma maior possibilidade de manutenção das formas de reprodução da vida social e de sua própria existência. Neste pacote de direitos, encontram-se os relacionados a seus territórios e os bens naturais dispostos neles, garantindo a manifestação de suas territorialidades.

Em se tratando de uma compreensão sobre a terminologia de etnicidade dos Kambeba, podemos entendê-lo a partir de Barth (2000) que a caracteriza a partir de quatro elementos significativos: a autopropetuação do ponto de vista biológico, o compartilhamento de valores culturais fundamentais, a constituição de um campo de comunicação e interação e, por último, a formação de um conjunto de membros que se identificam e são identificados.

Neste contexto em que a autodeclaração aparece como um elemento central desta discussão, para Bauman (1990) *apud* Hall (2006) estes processos resultam naquilo que seria denominado pelo autor de *ressurgimento da etnia* como um exemplo do que ocorre com a identidade face ao impacto do pós-moderno global com tendência à homogeneização, afirmando que há uma poderosa demanda por distintividade étnica pronunciada, ainda que simbólica, sobretudo reafirmada nas sociedades amazônicas pela demarcação de suas fronteiras étnicas, territoriais e ambientais.

Atualmente, em questão de territórios legalmente demarcados, os Kambeba se encontram em uma diferente configuração espacial, mais voltada para a região do Médio Solimões, onde garantiram a demarcação de seus territórios como áreas protegidas. De acordo com dados estatísticos demográficos e territoriais de demarcação de Terras Indígenas – TI, estima-se que a população que se declara como pertencente a etnia Kambeba vai de 744 a 1.547 indivíduos (IGBE, 2010) moradores de cinco TI sendo 4 delas homologadas juridicamente¹⁵, localizadas no médio Solimões, e uma aldeia em situação jurídica

¹⁵ Terras indígenas denominadas como Barreira da Missão, Jaquiri, Igarapé Grande e Cajuhiri Atravessado.

denominada como dominial indígena (ISA, 2017)¹⁶. Para além destas, sabe-se ainda, a partir de estudos académicas, de duas aldeias que lutam pelo reconhecimento territorial: a Tururucari-Uka, em Manacapuru (SILVA, 2012), e a Nossa Senhora da Saúde, próxima de Manaus (BONIN & SILVA KAMBEBA, 1999).

Em uma temporalidade diferente da conquista de direitos, os Kambeba de São Paulo de Olivença¹⁷, Alto Solimões, atualmente se encontram num processo de autodeterminação étnica como instrumento de luta para o seu reconhecimento identitário e de seus territórios a partir da demarcação territorial.

O município de São Paulo de Olivença, de acordo com o último censo, tem uma população de 31.422 habitantes (IBGE, 2010) e, destes, 14.974 habitantes (47,7%) se declaram como indígenas, uma expressiva parcela da população. Assim, configura-se como o segundo município do país com maior população que assim se declara segundo o último censo.

Quadro 1 - Municípios com maior população declarada indígena do Brasil

#	Município	População indígena	População total	%
1	São Gabriel da Cachoeira	29.017	37.896	76,6
2	São Paulo de Olivença	14.974	31.422	47,7
3	Tabatinga	14.855	52.272	28,4

Fonte: Censo 2010, IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/>

¹⁶ De acordo com o Estatuto do Índio, Lei nº 6.001/73, as terras em situação jurídica de dominial indígena se referem àquelas que foram havidas por quaisquer formas de aquisição seguindo os termos da legislação civil, e dispõe que se torna propriedade plena do indígena que a ocupe se estabelecido por dez anos consecutivos e esta ter trecho inferior a cinquenta hectares (BRASIL, 1973).

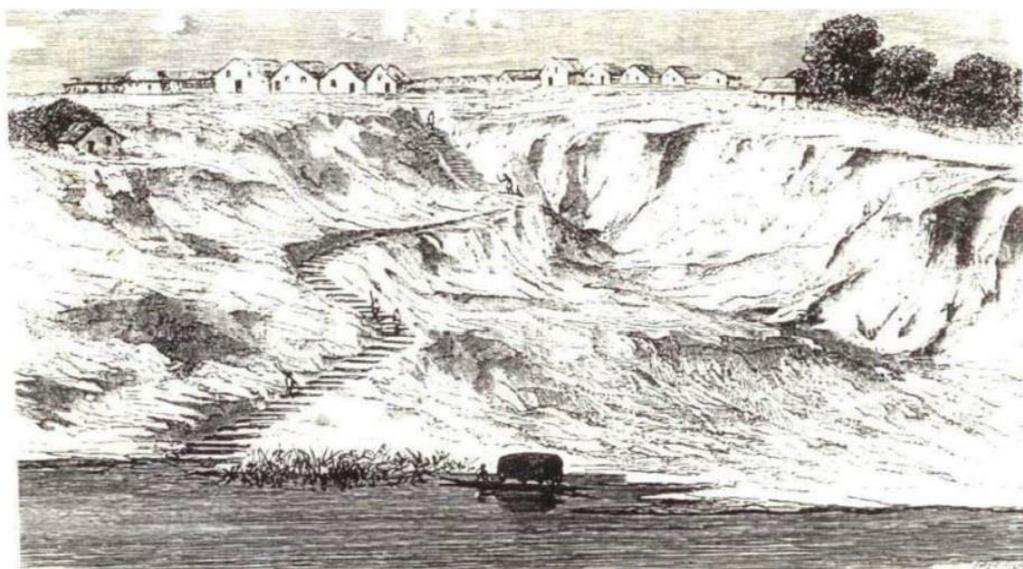
¹⁷ Segundo o Protocolo de reconhecimento étnico Omágua-Kambeba, o município já teve os nomes de São Paulo Apóstolo, São Paulo dos Kambeba, São Pedro, São Paulo do Javari e, por fim, São Paulo de Olivença.

Figura 7 - Vista parcial da orla de São Paulo de Olivença



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 8 - Orla de São Paulo de Olivença retratada em Paul Marcoy



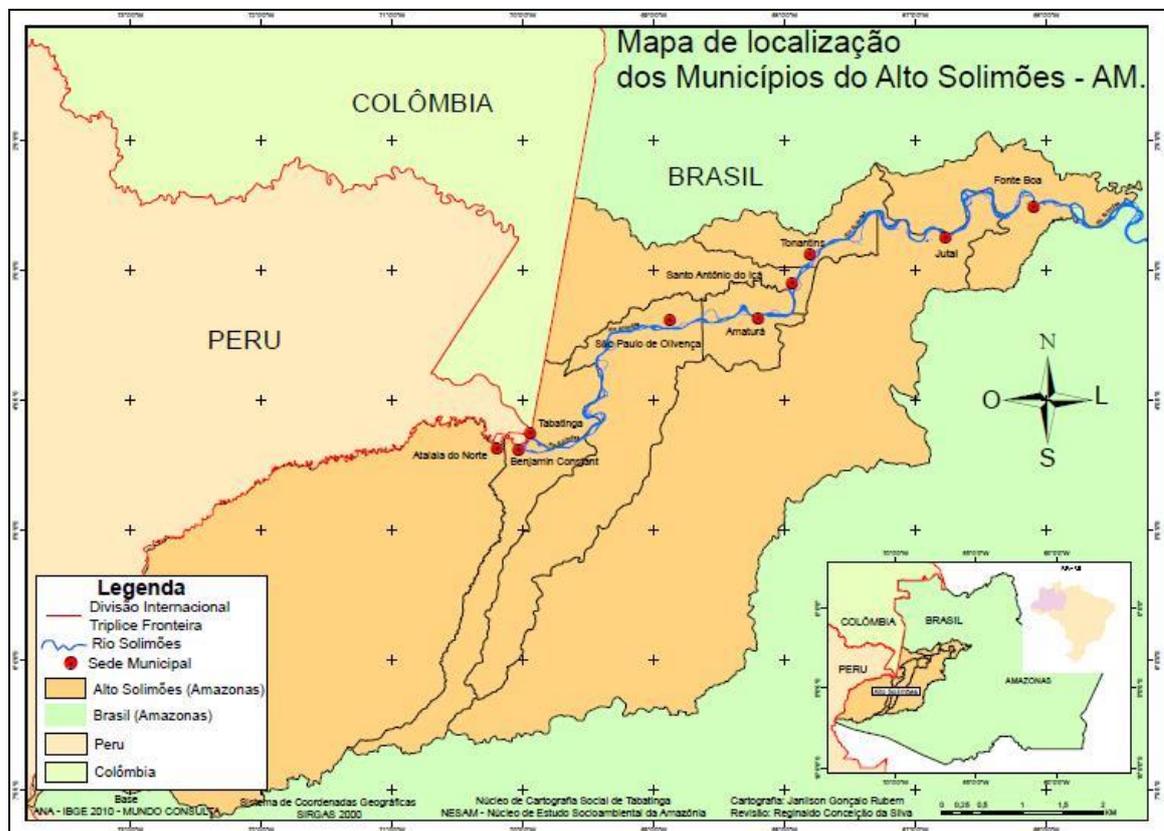
Fonte: MARCOY [1869], 2001, p. 63.

“Todo o Jandiatuba era cheio de família indígena”

O rio Jandiatuba é um dos afluentes do rio Solimões, tendo sua foz localizada a jusante da sede do município de São Paulo de Olivença, no Amazonas e sua nascente na região da TI Vale do Javari, na microrregião do Alto Solimões, considerada região de tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru (Figura 9).

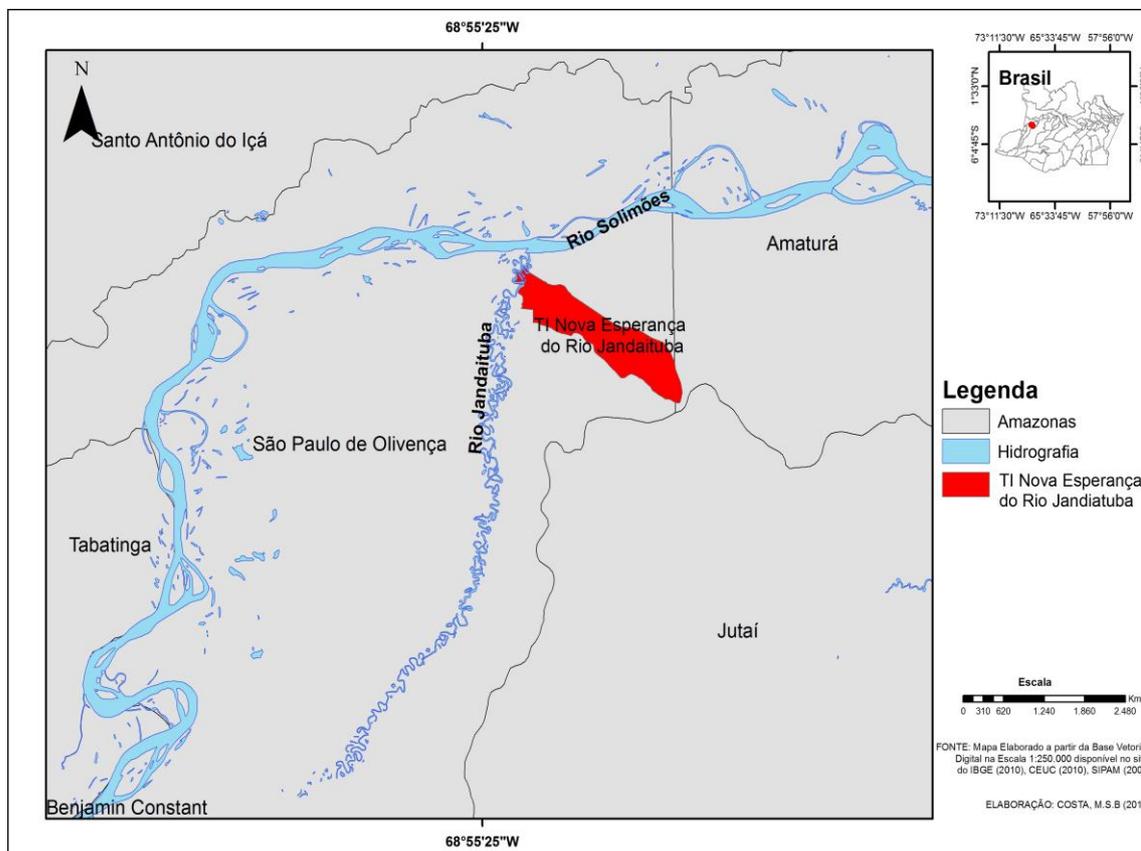
Muito próximo da foz do rio, encontra-se a Terra Indígena legalmente reconhecida e demarcada chamada Nova Esperança do Rio Jandiatuba (Figura 10), na qual habitam 275 indígenas da etnia Tikuna em uma área de vinte mil hectares (ISA, 2017).

Figura 9 – Microregião do Alto Solimões no âmbito da tríplice fronteira



Fonte: NESAM, 2016.

Figura 10 - Localização da Terra Indígena Nova Esperança, da etnia Tikuna



Fonte: COSTA, 2018.

A história de ocupação da terra firme ao longo do Jandiatuba está intrinsecamente ligada à exploração da seringa, tal como ocorreu em outras localidades do interior do estado do Amazonas, nas quais ribeirinhos, indígenas e migrantes, como os nordestinos, assentaram-se visando o trabalho nos seringais no âmbito da economia da borracha¹⁸. As famílias entrevistadas relatam que chegaram a trabalhar em seringais na cabeceira do rio, e após o decréscimo da borracha, foram migrando por terras rio abaixo, até se fixarem onde fundaram as comunidades.

¹⁸ É comum a denominação “ciclo da borracha”, porém não utilizaremos o termo “ciclo” em convergência com o que propõe diversos autores críticos a este período da história do Amazonas.

A gente morava lá em Boa Esperança, foi lá onde ela [esposa] nasceu. Fica lá pra cima do Jandiatuba [sentido cabeceira], pra cima do igarapé Preto, perto do [rio] Jutaizinho. Ali tinha as comunidades dos seringueiros que era naquele tempo, e aí depois que a seringa acabou que nós viemos descendo. Tivemos umas cinco moradias de lá descendo até ficar onde nós estamos [comunidade atual]. Aqui mesmo estamos há 12 anos. Sempre moramos nossa família eu e meu pai, e a família do meu tio, mas não tem ninguém ali porque ele faleceu. (B. A. M., agricultor Kambeba; pesquisa de campo, 2016)

Contudo, devido o fato do Alto Solimões ser, historicamente, um território de alta densidade de etnias e territórios indígenas, é necessário compreender de que maneira se deram os processos de ocupação e desocupação da terra. Em entrevista com um dos interlocutores, ele relata como o Jandiatuba foi “esvaziado” de famílias indígenas e, ao mesmo tempo, houve a apropriação destas terras por patrões da seringa. Segundo ele, os que permaneceram, fizeram-no para trabalhar aviados no sistema de extração do látex.

Na época [década de 70], aqui tinha bastante família indígena, nós, os Tikuna, Kokama [...]. Todo Jandiatuba era cheio de família indígena. Depois de ter ido pra cidade estudar, voltei pra cá em 89. Depois de cinco anos meu pai veio também. Quando voltei, as famílias indígenas já tinham abandonado aqui, não tinha ninguém mais aqui na comunidade. [Abandonaram] porque teve umas outras pessoas, que os filhos ainda vivem aqui hoje, que chegaram aí e disseram pros povos indígenas que viviam aqui né que eles não tinham direito a nada, e que a terra era deles [dos recém-chegados], que tinham documento, arrendado a propriedade pra trabalhar a seringa e que eles [indígenas] tinham que desocupar. E também naquele tempo acho que os Tikuna nem tinham uma visão assim de ter terra demarcada. Foi quando a seringa começou a cair também, mas mesmo assim eles abandonaram por isso. (L. A. R., pescador Kambeba; pesquisa de campo, 2016)

Na minha época aqui era habitado, era cheio de gente! Essa área aqui tudo era seringal, era cheio de gente até nas cabeceiras, que tinha os patrão. Trabalhava só com seringa, não tinha pesca, garimpo nem nada. Essa terra aqui, eu trabalhei com o dono da terra até quando morreu, ele morreu e eu fiquei. A terra era do pai dele, e ele herdou. Trabalhava todo os dois com a borracha. O Jandiatuba era só duas propriedades, tudo seringal. (B. R. A., agricultor Kambeba; pesquisa de campo, 2016)

Aos olhos de um dos interlocutores, o trabalho nos seringais contribuía para a conservação madeireira e, indiretamente, ao uso sustentável dos outros bens naturais, que sofriam menos pressão de exploração intensa por invasores. Chama atenção também a

percepção do comunitário quanto ao status social dos fregueses dos patrões; para ele, estavam no mesmo patamar de dependência econômica da economia extrativista da borracha¹⁹.

Sem a borracha [fim da exploração da seringa], atacaram a caça e o peixe. Desde aí começou a perseguição [invasões]. A madeira é do mesmo jeito! A madeira tava indo bem pq no tempo dos patrão velho, eles [fregueses do patrão] cuidavam do seringal deles [patrões]. Eles tinham essa terra como se fosse um ganha pão deles, viviam disso. Aí eles ficavam cuidando, porque eles eram pobre como a gente né. Nós vendia a borracha pra ele e ele trazia a mercadoria²⁰. A caça tá igual a madeira, porque não tem limite também, não tem quem empate. (B. R. A., agricultor Kambeba; pesquisa de campo, 2016)

Dinâmicas socioeconômicas dos Kambeba no rio Jandiatuba

Cada comunidade é habitada por duas famílias moradoras de um mesmo domicílio, excetuando-se a comunidade Mata Cachorro que há duas casas diferentes, embora os vizinhos sejam pai e filho. Neste sentido, portanto, realizou-se a aplicação de quatro formulários para um diagnóstico socioeconômico das famílias, sendo um na comunidade Bacaba (Figura 11), dois na comunidade Mata Cachorro (Figura 12), e um na comunidade Pinã²¹.

¹⁹ Para maior detalhamento das relações sociais e econômicas entre seringalistas (patrões), fregueses e seringueiros, ver Schweickardt (2012).

²⁰ Indicativo da existência de uma relação social padrão nos seringais denominada de aviamento.

²¹ Não tendo sido possível realizar a visita à comunidade Pinã por conta do mau tempo à época da pesquisa de campo, além de sua localização distante que envolveria consideráveis despesas, o formulário e entrevistas à Uf Pinã foram realizados na sede do município, em proveito à presença da família na cidade. Por este motivo, não há registros fotográficos da comunidade até o presente momento da pesquisa.

Figura 11 - Comunidade Bacaba



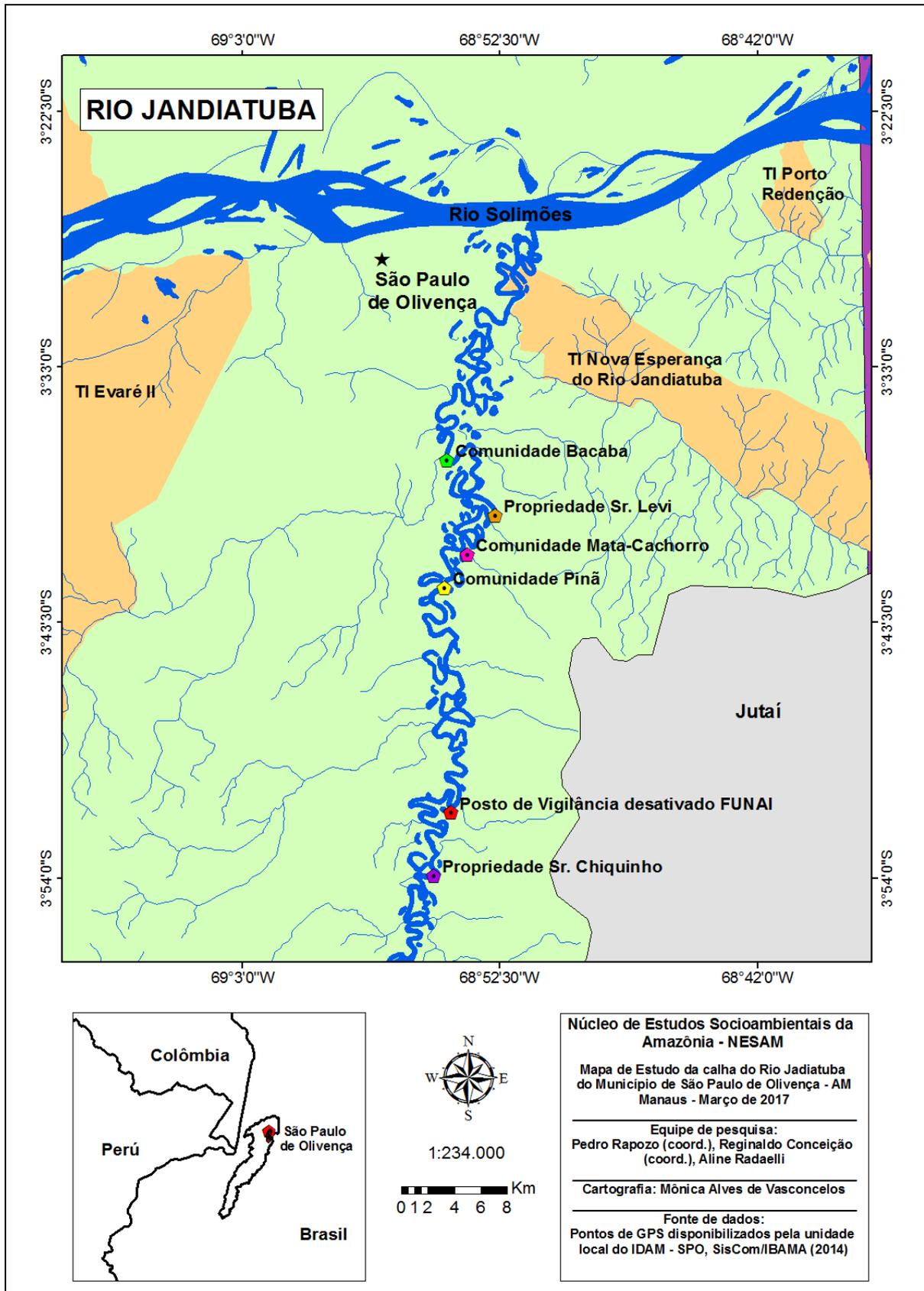
Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 12 - Comunidade Mata Cachorro



Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Figura 13 - Localização das comunidades Kambeba no rio Jandiutuba



Fonte: NESAM com base em dados de pesquisa de campo.

Foram entrevistados os líderes das famílias, sendo duas delas mulheres e dois homens. A média de idade dos entrevistados é de 52 anos, a entrevistada mais nova tendo 34 anos e o mais velho tendo 88 anos. Todos eles nasceram em alguma localidade do próprio rio Jandiatuba, exceto a entrevistada da comunidade Pinã, que é nascida em Santo Antônio do Içá e veio para o Jandiatuba casada com o companheiro, este Kambeba nascido no Jandiatuba. A média do tempo de moradia onde eles habitam hoje é de 28,2 anos.

A identidade e autoimagem considerada pelos comunitários é declarada como sendo de agricultores/agricultoras Kambeba ou pescadores Kambeba, resposta a qual todos fizeram questão de frisar a ascendência étnica juntamente com a atividade de trabalho e labor desempenhada na vida da várzea para a produção e reprodução material e simbólica de seus meios de existência (MARX & ENGELS, 1998). Tal como Arendt (2007) nos ajuda a pensar a distinção entre trabalho e labor, quando o primeiro é a construção do mundo em si, significado e ressignificado em sua edificação, o segundo é a síntese dos processos vitais ao homem para mantê-lo vivo e em meio às relações sociais da vida coletiva, processos estes que vão desde o nascimento até sua não existência, em uma espiral dialética que constituem a vida humana. Portanto, a condição de um e outro é a própria vida ao labor, e a mundanidade ao trabalho. Algo como se o labor prescindisse o trabalho, uma vez que o total que o labor produz é destinado a alimentar o processo da vida humana. Em se tratando da vida na várzea amazônica, ou mesmo em terra firme, labor e trabalho andam tão lado a lado que por vezes parecem se fundir, tamanha interdependência de um e outro para os sujeitos sociais amazônicos. Todas as famílias relataram que se encontram na condição de autônomos, trabalhando por conta própria com agricultura e/ou pesca para o consumo de suas próprias famílias e, caso haja excedente, comercializam na cidade.

Corroborando com esta condição de labor e trabalho se permeando na vida ribeirinha, a percepção do lugar e o sentimento de pertença, como topofilia (TUAN, 1980), apresenta-nos que todos acreditam que a vida tenha melhorado, ainda que um pouco, ao se instalarem onde moram atualmente na calha do rio Jandiatuba, e nenhuma das famílias entrevistadas têm a pretensão de sair dali para instalar moradia em outra localidade. Duas das quatro famílias possuem casa na sede de São Paulo de Olivença – ainda que a motivação maior seja dar condições dos filhos estudarem na sede –, mas não é interesse delas se instalarem no município. Preferem a vida ribeirinha.

A despeito destes depoimentos de melhora de vida, todos concordaram que antigamente havia mais disponibilidade de caça e pesca, “mais fartura”, e afirmam que essa diminuição de oferta de caça e peixes tenha se dado por conta dos invasores que entram na calha para explorar indiscriminadamente os bens naturais desta. Cabe ressaltar a importante informação de que um dos indígenas das comunidades recebeu treinamento do programa Agente Ambiental Voluntário - AAV²², do governo do Estado do Amazonas, ministrado pela antiga Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável por meio do antigo Centro Estadual de Unidades de Conservação²³. Sua liderança e vigilância ambiental é importante para as comunidades, mas também gera em certa medida uma série de questões que acabam refletindo tensões internas, intracomunitárias.

Acerca de documento de posse da terra, nenhum dos entrevistados afirmou possuir documento que lhes permita afirmar legalmente a propriedade da terra. Uma das famílias apresentou somente uma declaração de uso da terra, expedida pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. Ao serem questionados do por que não tinham o documento, afirmaram que foi devido sempre morarem ali, desde os ancestrais diretos Kambeba e que, por conta disto, não houve necessidade de buscar pelos órgãos competentes o documento da terra. Sabe-se que, contrastando com o tempo de moradia em suas localidades, legalmente e considerando imóveis rurais, eles já poderiam acessar o documento da terra pela lei de usucapião. Em se tratando de territórios tradicionalmente ocupados (ALMEIDA, 2008), os direitos são de maior garantia.

Quanto a questões de transporte e deslocamento, as famílias utilizam suas próprias rabetas²⁴ para se deslocarem entre comunidades, para pesca e caça e, sobretudo, para ida à sede do município, sendo este a localidade que julgam mais distante que costumam frequentar. Para este trajeto em uma rabeta, leva-se em torno de 2 a 4 horas de viagem na

²² Criado em 2008 por meio de uma resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEMAAM e inspirado nos moldes de agentes voluntários do Ibama, o AAV foi construído com metodologias aplicáveis à realidade do estado e com vistas a se constituir como um programa de proteção adicional que conta com os moradores de UC que, de forma voluntária e sem se configurar com o poder de polícia ambiental, realizam a vigilância e o monitoramento ambiental da Unidade. Foi pensado inicialmente como um instrumento de resolução de conflitos pautado nos pilares da educação ambiental (AMAZONAS, 2015; FEITOSA, 2014).

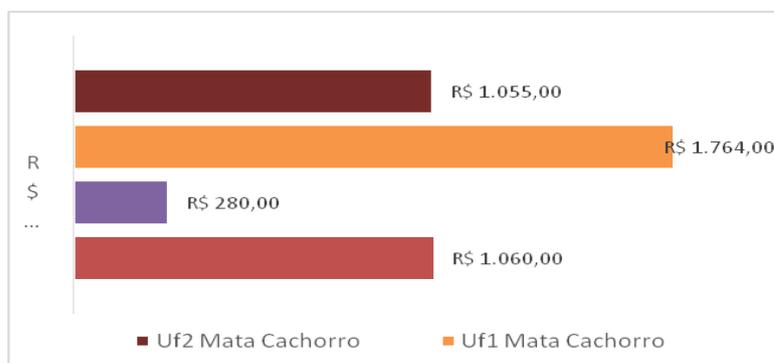
²³ Após a reforma administrativa do Estado do Amazonas, prescrita pela Lei 4.163/2015 de proposição do gestor em exercício, reduziu-se a estrutura, orçamento e quadro técnico no que se refere à gestão do meio ambiente e UC no estado: a antiga SDS passou a ser Secretaria de Meio Ambiente - SEMA, e o Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC passou a se chamar Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação - DMUC.

²⁴ Denominação regional para a canoa de madeira ou bote de alumínio motorizados com motor de popa. Neste caso, todas as famílias possuem a canoa de madeira, na grande maioria das vezes construída por eles mesmos.

época de enchente ou cheia de rio – na qual fica possível cortar caminho por atalhos formados pela floresta alagada (igapó) – e de 7 a 9 horas na época seca, quando o curso de água navegável se limita ao curso original do rio, à calha principal. Por ser um rio bastante sinuoso, o tempo de viagem aumenta.

As motivações de ir à cidade, localidade mais distante frequentada, vão desde a retirada de benefícios sociais (Figura 14) ou comprar rancho²⁵, até levar os filhos à escola após a época de recesso, inserindo-se aí as questões ligadas à saúde das famílias, seja para levar um enfermo ou para realizar uma consulta de rotina. Neste sentido, todos os entrevistados frisaram que nunca receberam um agente de saúde em sua casa ou comunidade, e quando é necessário tratamento, utilizam remédios caseiros, mas também se encaminham ao posto de saúde na sede. Dentre as doenças citadas como mais recorrentes entre os adultos está a malária, seguida de diarreia e febre amarela, e entre as crianças a gripe e a diarreia. Dentre os remédios caseiros citados, estão: chás de carapanaúba e saracura, óleo de andiroba, mel de jandaíra, casca e óleo de copaíba, cajuí do mato, água do cipó jupindá (bom para diarreia), chá de folha de algodão (bom para pneumonia) e casca da capara.

Figura 14 - Renda familiar a partir dos benefícios sociais²⁶



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Na maioria das famílias, a renda familiar para além dos benefícios sociais é complementada pela eventual comercialização de pescados e/ou de culturas agrícolas, que são feitas na feira de São Paulo de Olivença ou nas casas dos próprios comunitários localizadas na sede, realizando o que chamam de “venda para passantes”. Pelo fato de serem vendas muito eventuais e a produção mensal/safra ser destinada prioritariamente ao consumo da família,

²⁵ Rancho é popularmente conhecido como sendo a compra básica do mês, como os itens da cesta básica.

²⁶ Incluem-se em benefícios sociais, o programa Bolsa Família e aposentadorias diversas. A sigla “Uf” é para referenciar a unidade familiar em questão.

não foi possível mensurar qual seria a renda obtida com a venda do excedente da produção. A única exceção é a UF Pinã que, das treze culturas que relataram trabalhar, duas delas – macaxeira e banana – são comercializadas para a Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença via Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE do Governo Federal. O total de sua última produção foi de 180 quilos de macaxeira e 130 quilos de banana, o que lhes garantiu uma complementação da renda familiar da ordem de R\$ 360,00 referentes à macaxeira comercializada e R\$ 650,00 referentes à entrega da banana para o PNAE.

Acerca dos plantios das culturas, trabalham com culturas temporárias e permanentes, sobretudo roças de mandioca e macaxeira (Quadro 2), e realizam os plantios dispensando o uso de quaisquer químicos. Três das famílias não utilizam nada para o plantio e a outra trabalha utilizando adubo orgânico feito a partir de restos de árvores velhas, pois relataram saber da qualidade desse material em decomposição. Todas afirmaram que o solo de suas áreas é bom e não precisa de correção. Contudo, eventualmente praticam a coivara, técnica agrícola tradicional em que se realiza a queima da vegetação existente na área a ser plantada que garante, a partir de suas cinzas, uma melhora na qualidade do solo. Contudo, é uma técnica que promove o rápido esgotamento do solo e a necessidade de pousio – descanso para recuperação do solo – daquela área.

Quadro 2 - Culturas agrícolas cultivadas pelas famílias entrevistadas

Culturas / famílias	Uf Pinã	Uf Bacaba	Uf1 Mata Cachorro	Uf2 Mata Cachorro
Macaxeira	x	x	x	x
Banana	x	x	x	x
Abacaxi	x	x		
Mandioca	x	x	x	
Abacate	x	x		
Pupunha	x			
Mari	x			
Castanha	x			
Pepino	x			
Limão	x			
Laranja	x			
Coco	x			
Melancia				x
Cupuaçu	x			
Cará			x	
Taioba			x	x
Cará roxo				x
Maxixe				x
Pimentão				x
Tomate				x

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O trabalho empregado nos plantios é majoritariamente familiar, contando eventualmente com as parcerias de ajuri/mutirão/puxirum²⁷, o que explica a pouca diversificação de plantios da Uf1 Mata Cachorro, uma vez que a unidade familiar é composta somente pelo casal de idosos. Os cultivos da Uf Bacaba também não são muito diversificados, porém por um motivo contrário ao da família de idosos da Mata Cachorro: a mão de obra familiar é basicamente o casal chefe da família, uma vez que os demais componentes são crianças em idade muito jovem (de 11 anos a 8 meses) e um idoso.

A origem das sementes utilizadas são as cultivadas na própria unidade familiar em todos os casos, o que indica que são plantios orgânicos, sem o uso de qualquer adubo, fertilizante, agrotóxico ou do rol de produtos que detém o sufixo “cida” de origem química. Este dado se relaciona com a questão acerca dos órgãos do governo que os auxiliam nos plantios, como os serviços de extensão rural por exemplo. Excetuando-se uma das famílias (Pinã) que relatou ter recebido auxílio de orientações para a comercialização e acesso ao PNAE, nenhuma das famílias recebeu em suas casas e roças a visita de um agente extensionista para dar orientações sobre as culturas.

Sabendo-se que tais órgãos adotaram o pacote tecnológico agrícola vendido pela dita “revolução verde”, e que as sementes distribuídas aos agricultores de forma gratuita são sementes híbridas, geneticamente modificadas, o fato de as famílias cultivarem a totalidade de suas sementes por conta própria, e ainda não utilizar químicos em qualquer etapa dos plantios, é um forte indicador da ausência dos órgãos deste setor; fato que, em certa medida, é benéfico se considerarmos o impacto socioambiental de plantios realizados a partir da cartela de insumos do pacote tecnológico.

Com relação aos extrativismos, a pesca é o mais praticado pelas famílias, sendo inclusive atividade principal de uma delas, em que o entrevistado se denomina como pescador Kambeba e o faz para consumo e também para a venda. Esta família foi a única a demonstrar que trabalha com um viés mais mercadológico com relação à pesca. Isto fica evidente em suas respostas acerca da melhor ou pior época para realizar a atividade, uma vez que todas suas

²⁷ Os termos “mutirão”, “puxirum” e “ajuri” são utilizados em suas variações em diversas regiões do Amazonas. De modo a contemplar os usos das palavras para expressar as relações de trabalho no plantio e na colheita, o instrumento de pesquisa abordou as três palavras. Tanto “puxirum” como “ajuri” são palavras vindouras do Tupi que significam ajuda, auxílio mútuo.

justificativas foram relacionadas ao preço do pescado no mercado. As demais famílias praticam este tipo de extrativismo animal apenas para consumo próprio.

Ao serem questionados sobre se houve algum movimento de diminuição da quantidade de peixes disponível na região, somente uma família entrevistada relatou não ter percebido queda no quantitativo, enquanto que as demais confirmaram:

Tem muita gente de fora da comunidade que vem pescar aqui e pescam em grande quantidade. Acaba diminuindo a quantidade disponível pra gente se alimentar. (R. M., agricultora Kambeba; pesquisa de campo, 2016)

Os peixes sumiram e estão com pior qualidade. (L. E. A. pescador Kambeba; pesquisa de campo, 2016)

[Diminuíram] por conta do garimpo, principalmente o surubim. Sumiu muito. (L. A. R. pescador Kambeba; pesquisa de campo, 2016)

Foram indicados em suas respostas os locais que houve diminuição de pescado, sendo eles a própria calha principal do rio Jandiatuba, além de alguns lagos de uso e igarapés. Acerca dos lagos de uso, todas as famílias reconhecem a existência de um acordo firmado entre as comunidades para categorizar lagos de uso e lagos de preservação. A idade deste acordo, contudo, não foi informada com precisão, uma vez que uma família acredita que tenha cinco anos e outra nove anos. As outras duas não estabeleceram data de início do acordo, apenas manifestaram que há o acordo e eles mesmos fazem a proteção dos lagos de preservação, sabendo que são importantes para a reprodução das espécies e manutenção da oferta de peixes.

Os usos sociais dos bens comuns²⁸ pelas sociedades rurais amazônicas são dotados de racionalidades intrínsecas aos seus modos de vida e de trabalho que se dão em confluência com o tempo de “produzir” da natureza em que se encontram inseridas. Deste modo, o respeito e cuidados conferidos ao meio ambiente envolvente lhes permitem uma relação entre conservação e manejo racional de seus bens. Para Ostrom & Tucker (2009), as localidades onde os usuários – no caso, os Kambeba do Jandiatuba – participam e, em alguma medida, formulam suas regras de uso, apresentam-se com melhores condições de conservação e

²⁸ Bens que possuem usuários que compartilham direitos e responsabilidades sobre seu uso sob o cenário de propriedade comum, a qual se configura como arranjos de direitos de propriedade entre determinados grupos. O termo propriedade aqui posto se relaciona as instituições sociais, e não as qualidades do próprio recurso (OSTROM & McKEAN, 2001)

preservação, o que nos permite compreender, segunda as autoras, que este cenário deriva do fato de que as próprias instituições sociais em espaços comunitários são determinantes para o sucesso do manejo comunal dos recursos que utilizam²⁹ o que implica, sobretudo, na manutenção, produção e reprodução dos seus territórios.

Acerca dos demais tipos de extrativismo praticados pelos comunitários, a caça, a extração de madeira e de vegetais não madeireiros são práticas muito eventuais que, quando realizadas, são destinadas apenas para consumo próprio. Na caça, costumam abater apenas um indivíduo de espécies como queixada, paca, cotia, veado, mutum, anta e catitu com o intuito de variar o cardápio de proteína animal. A única família que relatou não realizar mais atividade de caça foi a Uf1 Mata Cachorro, por conta da idade avançada de seus membros. Quanto ao extrativismo madeireiro, costumam extrair uma ou duas toras somente com fins de construir ou reformar casas ou para a confecção de canoas e barcos. As espécies citadas que costumam ser utilizadas foi o anoirá, orelha de burro, ocuuba e a paxiúba. Acerca do extrativismo não madeireiro, costumam realizar a coleta de sementes para fins medicinais, como a andiroba, e para fins alimentícios, como a castanha-do-Brasil, além de extraírem diversos cipós para a fabricação de cestarias e utensílios domésticos. Foram citados os cipós titica, ambé e o timbó-açu.

Os modos de vida dos grupos sociais amazônicos e as intrínsecas relações estabelecidas com os bens naturais comuns que dispõem os confere uma complexidade organizacional a partir da polivalência de seu trabalho e labor e da sensível percepção de seu território, marcado por representações materiais e simbólicas que significam e ressignificam suas territorialidades e identidades coletivas. Tal complexidade, em geral, é permeada por racionalidades que consideram aspectos da coletividade, da cooperação, das temporalidades ecológicas e de resiliência face às sazonalidades ambientais que marcam suas ações enquanto sujeitos políticos em sociedade; aspectos estes que se encontram cada vez mais díspares da (ir)racionalidade da sociedade urbano-industrial.

Esta disparidade entre racionalidades reflete, muitas vezes, a oposição das formas de uso dos bens naturais comuns quando agentes exógenos são movidos por interesses econômicos no âmbito da exploração destes – que a seus olhos e interpretações não passam de

²⁹ As autoras desenvolvem seus estudos refutando os apontamentos produzidos por Hardin (1968) com relação à iminência de uma *tragédia dos comuns* na gestão e manejo de recursos naturais de livre acesso considerando que cada indivíduo tenderia a maximizar sua utilidade, desconsiderando a finitude dos recursos naturais.

recursos naturais. As diferenças desde a terminologia adotada, bens naturais comuns ou recursos naturais, até a significação e espacialidade do uso podem ser a causa para os inúmeros conflitos socioambientais por acesso, uma vez que se releva ou torna invisível o caráter indispensável de tais bens naturais às comunidades “tradicionais”. Nesta queda de braços, grupos sociais, minoritários em sua maioria, insurgem na defesa de seus territórios e territorialidades, ato que influencia o valor e sentidos que dão a suas próprias culturas e múltiplas identidades.

1.2. As diversas formas de colonização e colonialidade dos amazoníndios

Sabidamente, o projeto colonial europeu implementado em diversas regiões do Brasil com fins econômicos para a espoliação de bens naturais comuns representou um profundo etnocídio e, com o passar dos anos de contato com a cultura europeia, um etnoepistemicídio (CUCHE, 1999). Em termos de Amazônia, diversos autores que contribuíram com discussões acerca deste contato não se arriscaram a afirmar, ou sequer aproximar, os números da população indígena amazônica, os amazoníndios, da época pré-colonial. Viana (1936) é categórico quanto a esse tema: “a Amazônia como que desmoraliza o próprio princípio da contradição [...] Tanto se pode errar afirmando como negando”. Batista (2007) entende a necessidade de se aceitar estas inconsistências de informações para dar continuidade ao raciocínio, deixando de lado possíveis pretensões, e expressa o que adota como fato historicamente certo quanto a dimensão populacional amazônica pré-colonial: havia tantos indivíduos indígenas quanto puderam resistir a mais de quatro séculos de conflitos com os não-indígenas, entendendo como não-indígenas não apenas europeus e seus descendentes como também, posteriormente, brasileiros migrantes de outras regiões que compuseram as chamadas “frentes extrativistas” e “frentes de ocupação”. Acerca deste tema, embora seja bastante atrativo e sugestivo a reflexões, não será proposta do trabalho verticalizá-lo na seara das políticas de migração para a Amazônia do século XX.

Tupiassu (1969) afirma que a dificuldade em afirmar números reside por ambos os envolvidos, indígenas e colonizadores, não terem tido ferramentas para tal contagem estatisticamente segura, além do fato de que os colonizadores não chegaram a estabelecer contato com exatamente todas as etnias. Há autores que estimam o número em centenas de milhares, outros em milhões. Fato é que por maior ou menor que fosse essa população, nem

todas foram contatadas, o que não necessariamente significou pacifismo, sobretudo às aldeias da várzea (PORRO, 1996; DENEVAN, 1992; ROOSEVELT, 1992) tal como os Omágua-Kambeba (Figura 15).

Talvez tenha sido justamente por essa limitação que o contato se mostrou tão verticalizado e, em muitos casos, deveras violento, representando um choque. Além das modalidades de dizimação que outros autores afirmam – tais como a eliminação direta em lutas por posses, doenças contagiosas e escravização –, o autor afirma ter havido uma modalidade indireta de eliminação “por meio da estimulação de guerras intertribais”. É refutável, contudo, o caráter *indireto* desta forma de subjugação pela simples correlação de que o *estímulo* a realizar algo reflete uma ação social com relação a fins. Ou seja, uma atitude objetivada e dotada de interesses que configuraria, então, em uma modalidade direta de dizimação.

Como contribui Weber (2015), age de maneira racional visando fins

[...] quem orienta sua ação pelos fins, meios e consequências secundárias, *ponderando* racionalmente tanto os meios em relação às consequências secundárias, assim como os diferentes fins possíveis entre si: isto é, quem não age *nem* de modo afetivo (e particularmente não-emocional) *nem* de modo tradicional (p. 16)

Atendo-se mais a questões de ordem demográfica, Tupiassu (1969) relativiza os aspectos negativos da presença de missionários jesuítas afirmando que a “segregação relativa” proposta pelos missionários teve um caráter positivo em comparação ao processo integrador dos colonizadores escravocratas, que viria por tornar preponderante os padrões culturais portugueses. A “segregação relativa” deste modelo jesuítico reduzida a “aldeamentos”, segundo o autor, propiciou uma conservação “quase total” dos traços e padrões culturais indígenas, o que significou profundas alterações da cultura indígena em “poucas áreas”: adoção de uma língua geral, de atos e dogmas do catolicismo, de vestuário dito adequado, do consumo de bens “civilizados”, a renúncia de sua forma de gestão e organização política e de outros *ethos* e *habitus* tal como práticas antropófagas. O autor reconhece que estas foram mudanças radicais, porém deixa a interpretação de que por seu baixo número absoluto de modificações profundas, comparado as que o modelo escravocrata causou, elas foram inexpressivas.

Contudo, o reducionismo de uma análise fundada somente em parâmetros quantitativos e demográficos subestima as dimensões materiais e simbólicas abissais da dominação que pairou sobre as sociedades indígenas, impondo-lhes uma redução cultural permeada por estigmas produzidos pela supremacia da cultura europeia por

meio de sua moral, leis e costumes. Tal dominação simbólica afetou suas cosmologias e seus modos de vida e, inevitavelmente, suas identidades, formas de expressão das mesmas e, em longo prazo, suas etnicidades, corroborando em uma espécie de morte social e um etnoepistemicídio pautado na naturalização das experiências diferentes das eurocêntricas, e que, por serem diferentes, passam a ser educados no mesmo molde padrão e aceito como único validado (QUIJANO, 2009). No que se refere ao uso da língua materna da etnia, o relato feito pela filha de uma Kambeba nos dá pistas acerca deste etnoepistemicídio.

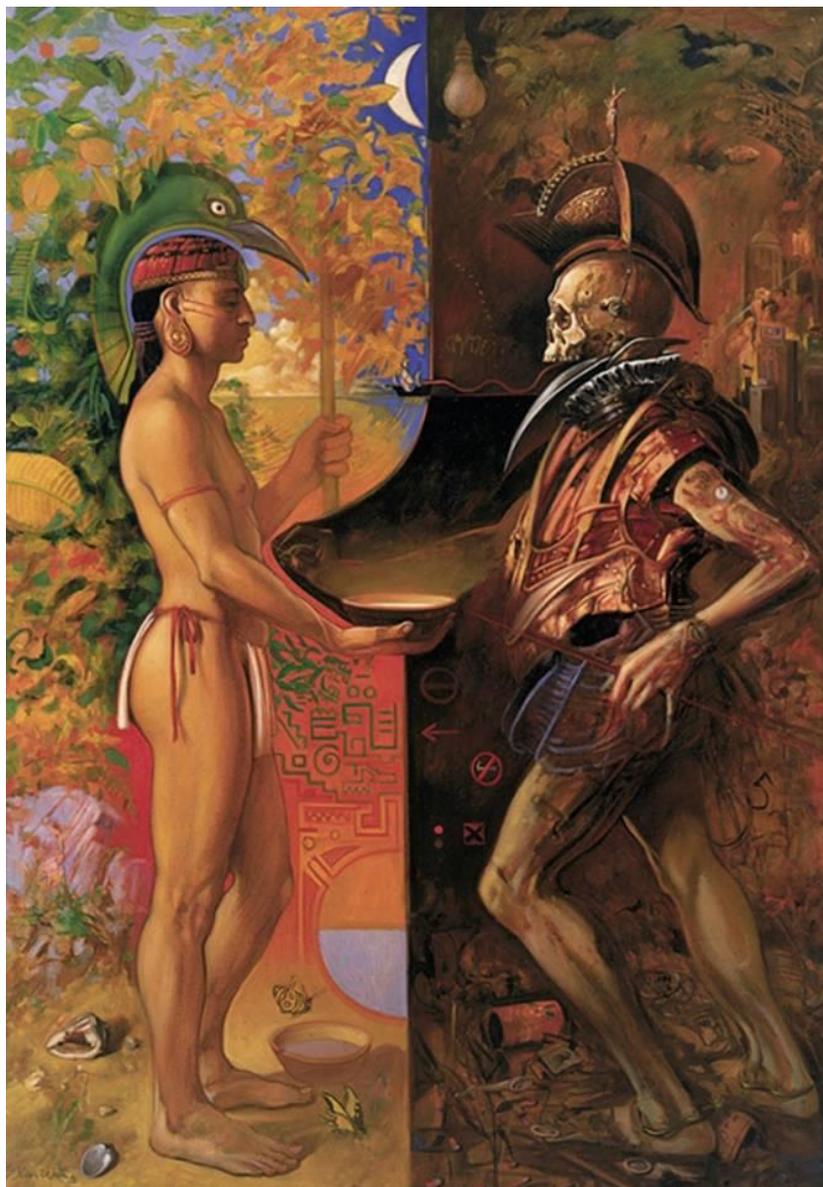
Minha mãe falava [a língua Kambeba], mas naqueles tempos não existia essas coisas que tá existindo agora [do interesse pela língua]. Às vezes nós dizia ‘mamãe, ensina pra gente’, aí ela ‘pra que vocês querem? Isso não vai ser preciso pra vocês!’ [reproduziu a fala com tom de voz alto e rude] (B. L. C., agricultora Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

A luta da questão indígena é uma luta contra o genocídio, segundo afirma Pinto (2006), mas que limitada à dicotomia entre vida e morte, acaba que por se esgotar em si mesma, resultando numa segunda morte em um contexto “duplamente trágico”. O âmbito da segunda morte e o que aprofunda sua tragicidade, segundo o autor, é que em face deste cenário passa a se tornar impossível às sociedades indígenas se apresentarem em suas epistemes, verdades e robustez cultural. Para Loureiro (2009), a história da região amazônica e de seus povos tem sido marcada, desde o período colonial se prolongando até a modernidade, por constantes conflitos e choques culturais.

A obra de arte disposta na Figura 16 contém uma profunda crítica a este encontro de racionalidades no âmbito da colonização de povos e territórios. Ela pode ser percebida por diversos elementos e recursos utilizados de maneira discrepante, tais como cores, paisagem e objetos de cenário, vestimentas, porte e linguagem corporal dos sujeitos retratados, além dos objetos que portam. Enquanto o indígena se encontra desnudo, apresenta corporal forte, expressão de tranquilidade e saúde, em posição acolhedora e em movimento de oferta do objeto em um cenário de cores vivas, luz, natureza abundante e com a presença de outras formas de vida, o colonizador se encontra vestido com armadura, apresenta corporal ferido, em expressão colérica representativa da morte, em posição ofensiva, direcionando uma lança em um cenário de cores obscuras, paisagem tenebrosa, ácida e sem luz, com a presença de lixo e

contaminação. A dicotomia do cenário é quebrada pelo avançar da paisagem do colonizador sobre o colonizado, representando a dominação de um sobre o outro. É o encontro conflituoso entre a tradicionalidade do “selvagem” e a “modernidade” do “civilizado”.

Figura 16 – Obra “El Encuentro”



Fonte: ZAPATA, 1992.

Contudo, é possível visualizar contribuições, digamos, mais otimistas que retratam a insurgência das minorias contextualizadas em processos que representam a crise identitária por qual sofrem as nações modernas não somente quanto a si mesma, quanto à sua autoimagem de símbolo da civilização moderna (PINTO, 2006), como

também por acompanharem o ruir de sua hegemonia cultural frente aos movimentos, minorias e nações ditas subdesenvolvidas que propõem o que Santos (2009) denomina de *regresso do colonial*. Este movimento é a síntese do deslocamento expansivo das linhas visíveis e invisíveis do pensamento abissal que divide a realidade social em, de um lado, conhecimentos visíveis e aceitáveis e, de outro, formas incompreensíveis de conhecimento por não obedecerem a critérios – estes normalmente validados pelo campo do conhecimento fundado no outro lado da linha abissal. O *regresso do colonial* é uma metáfora sobre os que se encontram “do outro lado da linha” e, discordantes desta condição, rebelam-se contra isso.

Podemos traçar um paralelo com a “emergência de identidades indígenas”³⁰, representada pelo movimento de reivindicação pública e oficial por parte de grupos indígenas ao Estado brasileiro para que seja reconhecida sua condição, identidade e autoafirmação como indígenas, conforme discutido no âmbito da Figura 5. Famílias territorialmente espoliadas, deslocadas e concentradas ao longo do tempo que, no presente, encontram contextos sociopolíticos e históricos que viabilizam a luta pela retomada de identidades coletivas.

Os desdobramentos deste movimento são vários elencados pelo autor, incluindo movimentos contra-hegemônicos, sendo os movimentos indígenas um dos quais que o autor julga como o de maior expressão não somente por suas concepções e práticas, como também por serem “habitantes paradigmáticos” da porção do outro lado. Pode-se exemplificar o que Santos afirma quanto ao fato que o movimento indígena suscita a emergência da construção de uma pensamento *pós-abissal*, superando estas linhas distintas e subjogadoras, a partir do reconhecimento que Pinto (2006) faz acerca das contribuições das racionalidades e conhecimentos destes indivíduos:

[...] é nessas sociedades indígenas sobreviventes em vários pontos da terra que se encontram, provavelmente, conhecimentos e percepções que nos restam para modificarmos o significado de nossa experiência humana, combinando os elementos dessas civilizações ao que conseguimos construir de positivo. (p. 72)

Tal combinação de elementos a que o autor supracitado faz referência pode ser igualada ao que Santos (2009) sugere como sendo a prática de uma “ecologia de

³⁰ Não significando, porém, que até então estas identidades estivessem imersas no desconhecido.

saberes, que tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (p. 54) e pode ser igualada à prática do pensamento pós-abissal.

O ato de não relevar ou invisibilizar outras formas de conhecimento, como o das sociedades indígenas, inclui também o ato de considerar suas formas organizacionais e de agir em sociedade como sujeito social que o é. Neste sentido, como bem chama atenção Batista (2007) para a relativização deste sujeito rousseuniano historicamente conhecido como “bom selvagem”, imbuído de imagens e fantasias acerca do seu pacifismo e pureza vivenciados no lugar exótico e inóspito de selva, ele afirma que os indígenas cultivavam e cultivam disputas e ojerizas interétnicas. Assim como próprio da sociedade humana, travavam conflitos internos e externos, sob diversos temas de disputa e competição. Os próprios Omágua-Kambéba são conhecidos por seu caráter belicoso e territorialista. Porro (1996) vai além e cita ações que envolvem a escravidão e comercialização de inimigos capturados e casos de morte entre os próprios nativos:

A posse de escravos aprisionados em guerra era frequente, mas só após a conquista, pela demanda dos colonos, eles adquiriram um valor de troca que fez do apresamento maciço de inimigos uma atividade econômica importante para muitas tribos. Os Omágua só matavam, entre os cativos, os chefes e os muito valentes para prevenir insurreições; os demais eram incorporados à comunidade, onde cada chefe de família tinha um ou dois escravos domésticos, geralmente muito bem tratados. (1996, p. 31)

Acerca da imagética de “selvagem da selva”, Schweickardt (2012) discute os trabalhos de viajantes naturalistas e cronistas como forte contribuição para a construção e consolidação desta visão de interpretação da Amazônia que a autora denomina de “modelo inconsciente de matriz biológica e naturalista” (p. 82). Ao citar Pratt (1999), que afirma que para além da colonização territorial, o projeto colonial foi eficaz em colonizar a mente dos colonizados, Schweickardt (2012) questiona a naturalização do pensamento hegemônico europeu acerca do imaginário criado a partir dos relatos dos viajantes, estes que, obviamente, devem ser relativizados à medida que se compreende as intenções e contextualização desta presença “alienígena” nas calhas dos rios amazônicos. Em um movimento dialético quase como de um chicote – ou uma “dança de espelhos” conforme a obra metáforiza –, a divulgação para a Europa deste que era

conhecido como “novo mundo” também a influenciou e a reinventou, reafirmando a imagem de si mesma como superior (PRATT, 1999) tanto em termos culturais e sociais como em termos materiais e, inclusive, bélicos.

Nesta linha, Elias (2001) e sua teoria sociológica figuracional nos ajuda a refletir a interdependência, por mais invisível que ela seja, presente nas relações de poder entre dominantes e dominados, cujas quais um só é superior a partir da autoimagem que cria de si mesmo e das representações que reflete ao outro, da mesma forma que o subjugado só o é também a partir da sua própria imagem e da forma como ele significa a imagem que o dominante lhe impute, aceitando-a. Contudo, Elias faz o alerta de que as análises destes tipos de relações sociais devem contar com o exercício da relativização e, mais ainda, feitas sob a ótica processual de interrelações e contextos, uma vez que a posição dos sujeitos podem variar conforme variam as figurações. Como ampara, o estigma é um consistente mecanismo que se soma a construção da autoimagem para reforçar a diferenciação dos sujeitos envolvidos nestas relações hierarquizadas (ELIAS, 2000).

A despeito desta autoimagem europeia de superioridade que foi cravada em ainda maior profundidade, a força e, por vezes, a superioridade indígena nas disputas com colonizadores são invisibilizadas nos relatos dos cronistas viajantes, exatamente como forma de exaltar a supremacia eurocêntrica, como se encontra evidente no seguinte trecho de Batista (2007, p. 57):

Orellana, descendo pela primeira vez o rio, enfrentou lutas e guerras, à procura de alimentos, e Carvajal (ob. cit: 56), **não referiu, senão de passagem**, as mortes resultantes desses encontros. Não pôde escapar, todavia, ao relato de que houve índios enforcados e outros atingidos mortalmente pelos arcabuzeiros e balheteiros, revidando guerreiros munidos de arco e flecha, no máximo flechas envenenadas com curare³¹. (grifos nossos).

À luz da contribuição de Quijano (2009), a colonialidade é uma arma extremamente eficaz dos dominantes para perpetuar sua dominação e como ferramenta de controle de poder. No caso da dominação amazônica pelos países ibéricos, a suposta superioridade cultural imposta pela classificação, racialização e categorização dos amazoníndios é reforçada simbolicamente pela construção da

³¹ Mistura de substâncias vegetais e/ou animais (de anfíbios venenosos por exemplo) que é usada pelos índios amazônicos nas pontas de suas flechas no ato de caça. A substância imobiliza a presa e auxilia a captura.

autoimagem de sujeito dominado, estigmatizado e subjugado; sujeito este em desconformidade ao padrão único e aceitável que representa o pensamento eurocentrado, que se configura como abissal (SANTOS, 2009) à medida que hierarquiza e exclui as diferentes racionalidades e saberes.

Tal forma de dominação pautada em critérios étnico-raciais do período colonial, atualmente se traduz em dominações cognitiva/intelectual e econômica, que assumem “um caráter cada vez mais impessoal, mais imperceptível e, aparentemente, mais legítimo” (LOUREIRO, 2009). No que tange as desigualdades econômicas, a imposição de modelos neoliberais foi um movimento literalmente verticalizado – do Norte para o Sul – e que contribuiu para a subjugação das periferias econômicas a serem importadoras de tecnologia dos desenvolvidos. Embora travestida em uma “moderna” roupagem, a dominação sobre o outro permanece e mantém firme suas raízes excludentes e reprodutoras da indiferença socioeconômica.

Outro aspecto enraizado que aproxima estas duas lógicas, expressas em tempos históricos diferentes, é o ato de legitimar a dominação pela suposta superioridade cultural de um em detrimento do outro, à medida que identifica e estigmatiza o outro como atrasado, não civilizado e/ou subdesenvolvido e se auto institui como superior.

Podemos traçar dois dos principais fatores que influenciam a permanência e profundidade desta relação social: o tempo histórico de dominação – dezenas de séculos da história social dos países que seguem no “topo da pirâmide” – e a monetarização de valores, bens e sujeitos, desde o mercantilismo até o capitalismo pós-moderno. Segundo Loureiro (2009), ainda que ela seja menos visível na modernidade, isto não significa que seja mais branda ao dominado do que foi no passado colonial. A persistência dessa visão de mundo e mentalidade colonial, produzida não somente pelas classes dominantes, como reproduzida e imputada pelas classes dominadas³², entranha-se na vida cultural, política e econômica da região amazônica com a força da correnteza do rio Solimões em uma tempestade amazônica. Os sujeitos sociais que são porta-vozes desta colonialidade são as elites

³² À luz de Norbert Elias e suas colaborações para a compreensão das relações de poder entre estigmatizadores e estigmatizados, um dos fatores que leva à permanência desta relação é a auto-imagem criada por e para cada sujeito, e uma influenciando a outra de maneira dinâmica e fluida.

regionais e o Estado que ela integra. Entendemos elites e elites regionais a partir de Mills (1981):

A elite se considera, e é considerada pelos outros, como círculo íntimo das “classes sociais superiores”. Forma uma entidade social e psicológica mais ou menos compacta; seus componentes se tornaram membros conscientes de uma classe social. [...]. Aceitam-se, compreendem-se, casam entre si, e procuram trabalhar e pensar, se não juntos, pelo menos de forma semelhante. [...]. Em toda cidade média ou pequena, um grupo superior de famílias paira acima da classe média e sobre a massa da população [...]. Os membros desse grupo possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. (p. 20 e 41).

O resultado é indiferença e invisibilização das potencialidades e especificidades das sociedades amazônicas. Isto se torna perceptível a partir da entrevista que a pesquisa realizou junto a um gestor local, ligado à pasta ambiental, na qual, ao ser questionado acerca do sítio arqueológico Santa Terezinha – cujo reconhecimento não é feito pelo poder público municipal e os Kambeba tem lutado pelo seu tombamento juntamente com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN – afirma que os paulivenses³³ reconhecem como indígenas os pertencentes à etnia Tikuna:

³³ Diz-se do gentio nascido no município de São Paulo de Olivença.

Na verdade, aqui não tem nenhum sítio arqueológico. Como a cidade aqui é um pouco alta e nossos ancestrais eram Kambeba e Omágua, então ele por si só contraponto ele é um cemitério arqueológico³⁴ que botavam as urnas funerárias indígenas em algum monte, nas áreas mais altas do Solimões, e depositar suas urnas. Então o que aconteceu [...]. Com essa nova chamada, nova abertura de usar os índios para ganhar benefício, porque os caras não são índios, nunca foram e nunca [interrompeu a frase]. Eles querem usar os benefícios como lugar na universidade, dinheiro de programas indígenas [...]. Então começou uma onda de indígenas querendo ser índio, querendo ser índio, que é pra usar, usufruir dos direitos dos índios. Nós paulenses, consideramos só índio aqui os Tikuna, que ainda tem sua raiz, tem sua língua. Os outros é só bacaba³⁵ mesmo, só querendo dinheiro, querendo usar os benefícios dos povos indígenas. Mas não existe, é só isso mesmo, eles querem mesmo [...]. Inventam língua, inventam [interrompeu a frase]. Pode ver que nenhum sabe falar nada. Aí eles querem demarcar tudinho aqui a área como se fosse terras indígenas. Não existe isso não. É só para ganhar os benefícios mesmo. Pense num povo nocego é esse. (C.S [nome fictício], gestor municipal, pesquisa de campo, 2016)

Segundo artigo 1º da Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho – OIT sobre povos indígenas e tribais (BRASIL, 2004), o critério fundamental para determinar a quais grupos regem os termos da presente Convenção é a consciência de sua identidade indígena ou tribal, ou seja, é o reconhecimento por parte dos governos e seus agentes da autodeclaração dos grupos indígenas, sejam eles ainda detentores de sua cultura a partir da preservação da mesma, ou não. Estes, portanto, não representam o “deixar de ser índio”, sobretudo quando esta análise parte de um não indígena tal como o entrevistado se declara. Como afirmam a Convenção e o (defasado) Estatuto do Índio (BRASIL, 1973), são considerados indígenas os indivíduos que se declaram como tal, que se identificam como tal e, ao mesmo tempo, são identificados como tal em meio a sua comunidade.

³⁴ Antes de utilizar a palavra “cemitério”, o gestor havia iniciado a palavra “aterro”, para depois se corrigir e pronunciar “cemitério arqueológico”. Algo bastante simbólico que deixa subentendido a dificuldade ou o não reconhecimento do poder público municipal da existência e importância do sítio arqueológico Kambeba. Ainda que seja reconhecido a ancestralidade Kambeba, acreditam que a perda histórica de sua língua e costumes não os fazem mais indígenas, diferentemente dos Tikuna.

³⁵ Variação de “abacaba”, termo do vocabulário amazonense utilizado em referência a alguém que se finge, que não é confiável no que diz e no que faz (FREIRE, 2011).

1.3. A *presença-ausente* do Estado no (não-)reconhecimento das outridades

O processo de apropriação e (re)ocupação da Amazônia brasileira, sabidamente violento e forçado, nos séculos de colonização – sobretudo XVI e XVII – traz reflexos na composição socioeconômica da sociedade amazônica até os presentes dias. Obviamente de uma forma diferenciada e por vezes velada, o que anteriormente era expressado pelo Estado colonial aliado à Igreja, atualmente se configura nas forças veladas do Estado aliado com o grande capital nacional e estrangeiro para exploração elitista dos bens naturais da Amazônia. Elitista à medida que reproduz e enrijece o conflito de classes refletidos pelas relações de poder hierarquizadas, onde há dominação de uma sobre a outra.

O que é apropriação senão se apossar do desconhecido (SILVA, 2004) a partir de seu não reconhecimento e somente torná-lo conhecido a partir da imposição e reprodução da cultura dominante? Sob o pretexto de conquista e viabilizada (acidentalmente) pelas grandes navegações da expansão mercantil europeia que buscavam mercados indianos, a apropriação da Amazônia se deu por meio de interesses econômicos, políticos e religiosos de Estado que tentou reduzir a realidade do “Novo mundo” em imagem e semelhança da europeia.

O Estado aqui tratado no contexto do encontro entre os “Novo” e “Velho” Mundos tem duas faces: é o Estado laico, na pessoa dos colonos responsáveis pela posse e (re)ocupação da Amazônia, e o Estado religioso, representado pelas Missões e seus missionários. Silva (2004) traça o cenário social das diversas Amazônias contida na Amazônia pós contato europeu: Amazônia indígena, Amazônia portuguesa e Amazônia brasileira. A primeira é a Amazônia pré-colonial, pretérita, fundante, sintrópica. A segunda representa a dominação e exploração da primeira na relação metrópole-colônia, mas também sua integração à lógica mercantilista do Estado monárquico lusitano – ainda que tenha favorecido somente um dos lados, tal como são as relações hierarquizadas fundadas na subjugação do outro – e a presença expropriadora dos colonos portugueses que foram “agraciados” por terras e pela oportunidade de exploração da mão de obra indígena³⁶. E a terceira é o misto de continuidade e ruptura

³⁶ Silva (2004) afirma que os referidos colonos representavam para a sociedade portuguesa o “excedente populacional, a escória e os indesejáveis” que foram transformados em predadores de indígenas,

com as duas Amazôniaas anteriores, na suposta eterna tentativa de se moldar de maneira própria, porém se deparando com os fantasmas do pensamento colonizado recorrentemente.

A região amazônica que se constitui na sociedade nacional como continuidade da sociedade colonial da Amazônia Lusitana negou, da Amazônia Indígena, a sua *identidade pluricultural*. Inserida na revolução popular da Cabanagem, a Amazônia Indígena penetra na Amazônia Brasileira, constituindo-se em ruptura regional com a Amazônia Lusitana. É, nesse sentido, força social. Mas é também passado, presente e futuro de um modo de ser; é uma expectativa social e um projeto político em construção, buscando viabilizar-se na História (SILVA, 2004, p. 182).

Frente a esta configuração de forças politicamente organizadas, podemos considerar que a dominação representou o monopólio de forças politicamente organizadas (WEBER, 2015) nos processos de conquista, expropriação e exploração de homens e bens naturais, subjugados a selvagens, incivilizados e passíveis de dominação.

Embora Marx e Engels (1998; 2008) reconheçam que o Estado surge inicialmente para suprir as contradições entre os interesses particulares e coletivos, configurando-se como instrumento de mediação, eles convergem com Weber ao pontuar o caráter dominante do Estado e da classe igualmente dominante que o compõe, e suas respectivas elites.

Na discussão do Estado em Marx e Engels (1998), os autores revolucionam o pensar político acerca da instituição que, até então, era compreendida como instância representativa dos interesses coletivos e gerais da sociedade. Segundo eles, é a partir da divisão do trabalho social e como a ação do homem *se transforma para ele em força estranha, que a ele se opõe e o subjuga*, provocando forças alienadoras, que o Estado surge como necessário,

extrativistas e senhores de escravos indígenas e negros por meio do controle da mão de obra e as oportunidades mercantis na Amazônia. É o oprimido português sendo o opressor do outro lado do Atlântico, na reprodução da hierarquização social e cultural.

Essa fixação da atividade social, essa consolidação do nosso próprio produto pessoal em uma força objetiva que nos domina, escapando ao nosso controle, [...] é até hoje um dos momentos capitais do desenvolvimento histórico. É justamente essa contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que leva o interesse coletivo a tomar, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto. (p. 29)

A ruptura paradigmática que ambos promovem é argumentar que o Estado, no fundo, é vinculado a interesses de determinada classe social dominante em que esta o usa como instrumento de dominação. Os autores reforçam o argumento apontando que a antiga concepção de garantia de representatividade igualitária é ilusória, velada sob uma máscara ideológica, e isto se torna claro a seus olhos a partir das vitórias da burguesia para sua ascensão ao poder político – viabilizadas no âmbito histórico da Revolução Francesa –, organizando o Estado conforme a favorecer a seus interesses. Ou seja, para Marx e Engels (2008), não há Estado livre de intenções políticas voltadas para determinada classe:

A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos: a burguesia e o proletariado. [...] O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo. (p. 9-12)

Contudo, sob o ponto de vista da dupla de intelectuais, o Estado também exerce a função de mediador a fim de impedir conflitos que possam ser emergidos justamente por estes antagonismos de classes, embora ele mesmo não se atenha ao exercício de mediação em si, e sim contribua para fortalecer a manutenção do *status quo* de domínio da classe burguesa sobre a classe dominada. Neste sentido, o Estado também passa a ser, juntamente com o trabalho a partir de sua divisão, uma força alheia ao indivíduo a partir de sua crescente complexidade burocrática, punitiva e repressora da sociedade ao passo que exprime o poder da classe dominante.

Para a concepção crítica de Marx, a atuação do Estado se dá por meio de sua instrumentalização a partir de uma determinada classe social, a dominante, o que o torna desprovido de poder por si só uma vez que é utilizado como aparelho de repressão e

dominação desta classe em detrimento das demais, inferiores. Encontra-se aqui convergência com a teoria de dominação exercida pelo Estado contida em Weber. Este, por sua vez, em seu processo de concepção do conceito de Estado, realiza uma análise regulamentar à medida que se define como o monopólio legítimo da força física. Tal pressuposto será decisivo para moldar o posicionamento de Weber acerca da superação desta instância: justamente pela dominação legítima, entrando em divergência com Marx, o autor desacredita na ideia de que o Estado e sua burocracia possa ser superado a partir da supressão das classes promovida pela revolução social.

Para Weber ainda, há intensa correlação entre atividades políticas e econômicas sublimadas no Estado, o que lhe garante racionalidade em sua organização burocrático-administrativa. Interacionando os pressupostos epistemológicos dos autores, toma-se a liberdade de resumi-los – porém distante de qualquer presunção aparente de reduzi-los – em conceitos-chave a título de fixação: em Marx e Engels, o Estado-instrumento e em Weber o Estado-dominação.

À luz da concepção de Estado que problematiza o jogo de interesses da burguesia que o compõe, e considerando ainda a hierarquização das relações sociais entre Estado lusitano (colonos e Igreja) e sociedades indígenas, agindo como “civilizadores”, “tutelares” e “catequistas”, é que se propõe o termo *presença-ausente*. Sob este pano de fundo de rivalização de classes e dominação sociocultural, desvela-se o caráter fantasmagórico deste Estado, um *Estado espectral*, que é presente em determinados momentos e para certas classes, e ausente a outras; que é presente no diagnóstico, classificação, valoração do outro, e ausente no reconhecimento destas diferentes outridades; que é presente na expropriação de bens naturais e da mão de obra indígena pela escravização, e ausente na divisão dos ativos ambientais e econômicos conquistados unicamente pela força de trabalho, saberes e conhecimentos indígenas (colonos e missionários não conheceram as drogas do sertão, nem saberiam se embrenhar na mata para o extrativismo); que é presente na imposição de um modo de vida, de organização sociopolítica, língua, crença e símbolo a imagem e semelhança do modo europeu católico, e ausente no (re)conhecimento dos modos de vida, sociabilidades, línguas, cosmologias e simbologias indígenas – os termos todos no plural, em contradição aos termos no singular referidos a cultura europeia, é proposital para reforçar a imensa variedade, diversidade e riqueza de grupos sociais indígenas

amazônicos. Estado que é presente como operador da morte física, espiritual e cultural dos indígenas, e ausente no diálogo e na audição das alteridades.

CAPÍTULO 2 – NAS TERRAS E ÁGUAS DO BEM-VIRÁ: OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO RIO JANDIATUBA

São Paulo de Olivença – AM
Comunidade Mata Cachorro, Jandiatuba.
04-06-14
Ofício nº 01
Para o Coordenador Regional do Alto Solimões – CRAS-TBT Ismael Adércio Custódio

Senhor Ismael, venho através deste ofício lhe comunicar sobre tudo que está ocorrendo na área do Jandiatuba com a chegada do garimpo em nossas terras. Vale frisar que os mesmos estão danificando, poluindo e desmatando esta área com escoriações, provocando erosão no solo no qual foi destruída uma parte da praia que se concentra em frente a minha residência no lugar denominado Mata Cachorro. Também a contaminação de óleo dentro do rio está matando os peixes e animais e todos os tipos de lixo que são jogados dentro do rio, poluindo a água para consumo. Durante esses fatos ocorridos, já fui ameaçado juntamente com minha esposa porque chamei atenção deles para sair da área. Depois de dois dias, avistei uma balieira³⁷ com três pessoas armadas rodeando minha residência no Jandiatuba, armando tocaia para dar fim na minha esposa e assim se livrarem de mim, já fui ameaçado várias vezes. Procurei os órgãos competentes do município, mas não encontrei resposta. Diante de todos esses fatos, venho pedir ajuda dos órgãos federais juntamente com a Funai que mande urgente uma fiscalização para essa área e determine a expulsão desses garimpeiros da nossa área do Jandiatuba. Sem mais para o momento, desejo votos de considerações e apreços.

Assina Cacique Kambeba da área Mata Cachorro, Jandiatuba.

A carta reproduzida acima, a partir da original escrita à mão, é uma das diversas denúncias realizadas para a Coordenação Regional do Alto Solimões - CRAS da Funai que relatam as ameaças com a presença do garimpo no rio Jandiatuba e exigem providências e o cumprimento das leis ambientais e dos direitos indígenas.

É neste cenário que se centra a discussão do presente capítulo, trazendo trechos de fala e elementos que evidenciam os conflitos surgidos na região do rio Jandiatuba. Em forma de paráfrase, o título faz referência ao premiado documentário “Nas terras do bem-virá” (2007), que expõe o debate dos conflitos agrários no interior da Amazônia

³⁷ O mesmo que voadeira, pequena lancha rápida.

relacionados aos processos migratórios, ao avanço do agronegócio e desmatamento, trabalho escravo, e, como resistência dos trabalhadores rurais, a luta pela terra.

A partir da década de 50, as políticas de valorização econômica dos estados da Amazônia brasileira ganharam força, demarcando um processo de homogeneização dos espaços econômicos nacionais como uma consequência da integração. Isto se dá, sobretudo, por meio de políticas desenvolvimentistas pensadas (de maneira exógena e verticalizada) para regiões “pouco integradas” ao espaço econômico nacional e global. Ao passo que tiveram este objetivo, tais políticas refletiram grandes transformações sociais, tendo sido estas traduzidas como negativas às populações locais no que se refere a seus impactos.

Do ponto de vista das consequências de um projeto modernizador que exclua a sociedade amazônica local, grande parte dos problemas decorrentes dos modelos de desenvolvimento adotados reflete em conflitos socioambientais, geralmente marcados pelo acesso à apropriação, manutenção e exploração dos bens naturais disponíveis enquanto fonte de autonomia dos moradores locais, e, ao mesmo tempo, enquanto matéria-prima para as forças do capital na região.

2.1 A draga que arrasta, lava e lava: os impactos do garimpo nas águas e famílias Omágua-Kambeba

A lógica de funcionamento da exploração garimpeira nos rios da Amazônia é perversa por alterar o modo de vida das populações locais, a qualidade da água de consumo das mesmas, a paisagem do rio ao explorarem não somente o fundo do leito como suas margens e barrancas, e a oferta e qualidade dos peixes. Ou seja, o ecossistema aquático como um todo é afetado.

Tal lógica de operação nos rios, de acordo com Caheté (2008), dá-se por meio da sucção do material deposto no fundo dos leitos dos rios através de dragas dotadas de bombas com dimensões entre 10 e 12 polegadas com comando hidráulico, ou por mangueira operada manualmente por um trabalhador de mergulho submerso – modo de exploração bastante frequente na garimpagem artesanal de pequenas dragas (Figura 17). Após o material emergir a superfície da draga ou balsa, ele é triado em esteiras onde se

realiza a primeira separação entre sedimentos grandes e menores, facilitando as próximas etapas de peneiragem. São nestas etapas em que a draga “arrasta, lava e lava”: *arrasta* os sedimentos sugados para si e posteriormente depositados em outra localidade do leito do rio; *lava*³⁸ todo o material, inclusive biológico, que foi sugado como primeiro processo de triagem, e; *lavra*, ou seja, realiza a extração do ouro.

Figura 17 - Vista parcial de uma draga em funcionamento em trecho do Jandiatuba



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Após emergir e ser triado nas esteiras das balsas, o material recebe contato com o mercúrio, responsável por amalgamar com as partículas de ouro presentes no material. Após amálgama formada, o mercúrio perde seu valor de uso e ele é eliminado pelo processo de queima da liga, restando somente o ouro em sua pureza química. Como em todo processo químico, há perda de energia e materiais, não sendo diferente nestes dois processos que utilizam mercúrio. No primeiro deles, quando depositado para formar a amálgama, parte do mercúrio pode não se combinar com o ouro e, portanto, ela pode ser perdida para o rio. No segundo processo, de queima da liga ouro e mercúrio para obter a pureza do primeiro, o mercúrio é perdido por meio da combustão e evaporação deste metal, podendo ser extremamente nocivo ao sistema respiratório do trabalhador que realiza esta etapa da cadeia sem os devidos equipamentos de proteção individual.

³⁸ A ambiguidade desta palavra também nos permite relacionar este jogo de palavras aos relatos de que a garimpagem é uma fecunda atividade econômica para lavagem de dinheiro e evasão de divisas, ambos atos considerados como crimes financeiros.

Há dragas melhores equipadas com sondas e equipamentos – chamados de retorta, comumente utilizados nos processos de destilação – que reaproveitam o vapor de combustão do mercúrio, fazendo-o voltar ao sistema físico-químico e inferindo em menos riscos à saúde do garimpeiro operador.

Com os poucos garimpeiros que a gente conversou em campo, a gente percebe que aquela atividade desenvolvida por eles tá muito longe de ser uma atividade que traz alguma sustentabilidade econômica ou ambiental para as próprias pessoas que estão envolvidas naquela ação. [...] Então não é, de longe, não é uma atividade sustentável, uma atividade digna. A gente percebe que nenhum daqueles trabalhadores possui equipamentos básicos de proteção individual, eles não possuem treinamento pra poder lidar com aqueles equipamentos ou com aqueles produtos tóxicos, aquelas balsas possuem uma estrutura muito precária, as balsas elas se tiverem diariamente, praticamente a cada hora, dando manutenção elas afundam, ou seja, uma estrutura que apresenta um risco pra quem tá operando elas, não existe equipamentos de segurança. Enfim, são atividades que são muito precárias. (H. L., chefe da divisão técnico-ambiental do Ibama-AM, 42ª reunião ordinária do CEMAAM, em 17/11/17)

Os impactos aos chamados garimpeiros são muitas vezes naturalizados, seja pela atração dos altos ganhos monetários que esta atividade lhes oferece – que, sob sua ótica, podem “compensar” o risco à sua saúde –, pela falta de alternativa de trabalho e ocupação, por conjunturas político-econômicas de crise que os direcionam para a economia informal, ou mesmo por todos estes fatores combinados. Podemos relacionar essa racionalidade com o conceito econômico de custo de oportunidade, que representa aquilo que um determinado agente econômico está disposto a renunciar no âmbito de uma tomada de decisão. Neste caso, portanto, pode-se afirmar que há um baixo custo de oportunidade envolvido. Isto fica evidente em outro trecho de fala do chefe de divisão do Ibama, no âmbito da 42ª reunião ordinária do CEMAAM:

Não há nenhum garimpeiro com o qual a gente conversou em campo – e foram vários né, imaginem que uma balsa de garimpo tem em média seis pessoas trabalhando, ao longo desse processo³⁹ nós abordamos mais de 50 balsas – que se orgulha daquela atividade que ele desenvolve, nenhum garimpeiro se sente satisfeito com aquela atividade. Muito pelo contrário, ele é, de certa forma, empurrado para aquela atividade ilegal diante da impossibilidade de desenvolver algum outro trabalho que traga uma sustentação pra família dele. Ou seja, o movimento de entrada de uma população dentro do garimpo ela é muito semelhante também à entrada de uma população dentro do tráfico de drogas. A pessoa é empurrada pra aquela atividade ilegal diante de uma fragilidade social e de uma ausência de políticas públicas voltada pra aquela população. (H. L., CEMAAM, 17/11/17)

Então de quem se trata este sujeito social da garimpagem artesanal operada nos rios do Amazonas? Embora a pesquisa não possa ter tido acesso a dados primários entrevistando estes *outsiders*, os relatos são diversos quanto à origem destes agentes. No caso da garimpagem no rio Madeira, os sujeitos organizados em cooperativas são os chamados “ribeirinhos”, “indígenas”, “nordestinos”, “desempregados”, “desalojados de seus territórios”, “pescadores” e “deslocados”. Suas múltiplas identidades se reduzem a de garimpeiro frente à precarização de seu modo de vida de um lado e, de outro, a oportunidade de ganhos monetários com a exploração. São deslocados a esta atividade, como pontuou a fala do representante do Ibama.

Os garimpeiros do ponto de vista dos Kambeba

O caso do Jandiatuba é um tanto diferente quanto a origem destes sujeitos, segundo os relatos dos Kambeba moradores do rio. São garimpeiros de fora da cidade de São Paulo de Olivença, inclusive da região da tríplice fronteira, articulados com empresários do município e agentes do poder público municipal.

Já ouvi falar que tinha duas pra cá que quem mandava nelas era aquele tal de VM [nome fictício], daí de São Paulo [de Olivença], que é parente de prefeito. E as outras tudo era ele que diz que governava aí, pra cá pra dentro. Tinha alguns que era lá do [rio] Jutai, uns trabalhador, não era gente de São Paulo [de Olivença] não. De São Paulo [de Olivença] mesmo é só esse tal de VM [nome fictício] mesmo que pega gente de São Paulo [de Olivença] pra trabalhar. (B. A. M., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

³⁹ Referência às ações de abordagem e desarticulação dos garimpos instalados no rio Jandiatuba, no município de São Paulo de Olivença, região sudoeste do Amazonas, e no rio Madeira, no município de Humaitá, sul do Amazonas, realizadas em agosto e outubro respectivamente.

Eu não converso com eles não. Só sei que umas dragas é deles daí mesmo de São Paulo [de Olivença], algumas do VM [nome fictício] que é comerciante parente do prefeito, e as outras é do [rio] Jutai, que não conheço. Eles mineravam no rio lá ouvi dizer, e parece que começaram a prender eles por lá e vieram tudo pra cá, o que eu soube. (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

[o número de trabalhadores varia] Conforme o tamanho da draga. Tem draga com sete pessoas, com seis, com cinco [...]. São todos os operadores. Que eu saiba, tem um só que é daqui de São Paulo [de Olivença]. A maioria é de fora. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

M [nome fictício] o nome dele, o sobrenome não sei. Ele é lá de Goiânia. Goiânia? Sei não, parece. Só sei que ele é de longe. Ele foi o primeiro garimpeiro que entrou aqui. Quando ele entrou aqui dentro foi com uma balsinha chupão e entrou como que fosse tirar seixo pro município, o prefeito contratou ele pra tirar seixo, só que nessa entrada ele foi pra explorar minério. Então desde 2008 que ele tá aqui dentro. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

Quando vi eles passando, já imaginava que era extração de minério pq já tinha ouvido falar. O líder deles era até um estrangeiro, um colombiano ele. Ele andava numa lancha bem grande, bem grande mesmo! Bem bonita lancha. **E na frente dele assim, andava vários tipos de arma, muita arma mesmo, calibre doze, sei lá que calibre mais, só era arma potente porque ele era o chefe.** Ninguém teve informação se eles vieram baixando de lá [da tríplice fronteira] ou se vieram subindo o Solimões. A gente só viu quando entrou aqui mesmo. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016, grifos nossos)

É necessário, portanto, pontuar que estes sujeitos sociais que operam a garimpagem no Jandiatuba não estão nem, por um lado, articulados ao grande capital de uma mineradora, por exemplo, como ocorre em outras localidades da Amazônia, e nem são, por outro lado, ribeirinhos tais como os organizados no Madeira. Entre estes dois cenários, o grupo do Jandiatuba configura-se como algo mais próximo a uma “pequena burguesia tradicional” do garimpo, aliada a pequena burguesia local.

“Água barrenta” e “peixe ferido”: máquina, óleo e mercúrio

Para além da discussão acerca dos operadores do garimpo, o foco desta seção é discutir os impactos socioambientais aos Kambeba que vivem do rio Jandiatuba. Faz-se

entendido como impacto ambiental a definição constante na resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA⁴⁰, que consiste em

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, segurança, bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais. (Art. 1º, Resolução CONAMA Nº 001/1986)

As alterações físicas ou paisagísticas do rio são resultados de assoreamentos em trechos do leito e, em consequência, alterações no seu curso natural provocados por duas ações realizadas pelo garimpo: o desbarrancamento de margens e a sucção de sedimentos pela dragagem, que pode depositar este material de forma concentrada em alguma localidade do rio. O desequilíbrio pode favorecer o surgimento de bancos de areia que dificultam a navegabilidade do rio, e a formação de áreas de água empossada que são propícias para a procriação de insetos, incluindo os que são vetores de doenças como a malária. Os indicativos de assoreamento e mudanças do curso do leito do rio ficam evidentes nas declarações acerca das modificações percebidas pelas comunidades após a chegada da atividade garimpeira no Jandiatuba e podem ser ilustrados pela Figura 18.

Tem lugar que você olha assim parece o Solimões, escavaçado [refere-se às barrancas de terras caídas comuns nas margens do Solimões]. Eu queria que vocês viessem no verão, é aqueles barranco de terra lá no meio [apontando para o rio]. Uns buracãozão danado assim. Aqui [normalmente] não tem buraco não. Aí eles tiraram aquela praia todinha de repente! (L. E. A., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

Essas buraqueira que tem aí pelos barranco é trabalho deles. Só dá pra ver quando o rio seca, vocês vão ver só. Eles derrubam [a mata ciliar] com motosserra e tacam a draga, cavoca, cavoca. Porque pra lá que diz que tá o ouro. A gente ia reclamar que era bom eles saírem daqui, e aí disseram pra mim que eles não tavam maltratando o rio, porque eles não tavam trabalhando no meio do rio, tavam trabalhando lá pra dentro [risos]... Mas a água vem de lá pra cá né [risos], é a mesma coisa! Fora aquelas [dragas] que chupa [o fundo do rio]. Trabalham dia e noite que a gente consegue ouvir o barulho. (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

⁴⁰ Órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA instituído pela Lei Nº6.938/81.

Figura 18 - Vista aérea das dragas em operação e bancos de areia que apontam risco de assoreamento



Fonte: Ibama, 2017.

Como resultado destes processos adotados pelo garimpo, há modificações nas condições físico-químicas da água, tornando-a barrenta (mudança de coloração e qualidade), com alta concentração de organismos decompostos ou em decomposição, refletindo diretamente na saúde das comunidades que utilizam a água do Jandiatuba não somente como meio de trabalho, como também para consumo – culinária, banho, recreação.

Segundo Caheté (2008), uma das características mais significativas para a saúde dos ecossistemas aquáticos que sofre modificação com estas “reviradas” das dragas em busca de ouro é a luminosidade abaixo da superfície da água, ou seja, uma considerável limitação da incidência de raios solares essencial para alguns organismos aquáticos, como as comunidades de fitoplânctons que compõem as bases da cadeia alimentar. Além destas alterações biológicas que impactam toda cadeia, há relatos da percepção de poluição das águas causada por derramamentos de óleo, detergentes, soda cáustica e outros químicos, resíduos sólidos e até mesmo eletrônicos. Estas são visíveis na água por meio de manchas translúcidas e blocos de espuma branca que boiam na superfície da água. Para além destas, há as poluições não perceptíveis a olho nu, como é o caso do mercúrio e outros possíveis metais utilizados.

Pelo o que a gente via descendo no rio, a gente não tinha condições de consumir a água. Tinha óleo diesel, lixo [fica pensativo]. No momento, a água já subiu muito [de nível] né, mas eu fiz uma colheita de lixo, televisão e tudo o que vão jogando, e tirei fotos disso. A gente não conseguia consumir água e tinha que pegar do igarapé, tomar banho era lá. Agora esses dias, depois que saíram que a água mudou, mudou pra cor quase dela. Ainda não tá bem na cor que ela é, porque quando chega nesse período [de cheia] a água fica mais clara, mais limpinha. Mas ainda tá meio barrenta por causa das outras dragas que ainda tão aí. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

O garimpo o que ele fez muito foi espantar os peixes do rio né, porque derramam barro, faz aquela sujeira na água, aí a gente percebeu que os bichos afugentaram. Mudou muito nosso trabalho, a água ficou branca, suja! Só espuma baixando aí no rio [...]. Do barro e de produto químico. E tem produto químico sim porque peguei um peixe que tava cheio de defeito, uma pirarara grande com uma banda⁴¹ toda roída dela, acredito que seja uma coisa bem tóxica. Deu problema de estômago em nós, um tempo deu muita dor de barriga que os meninos rolavam aqui de dor e foi preciso levar tudo pra fora [cidade]. (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

Ela [água do rio] fica muito cheia de barro, tira assim na vasilha e fica um monte de barro embaixo. As dragas que estão trabalhando ainda lá pra cima que tão fazendo isso, porque antes delas a água era *bemmm* [enfático] limpinha. Mas até janeiro desse ano [2016] a gente tava tendo que ir lá pro igarapé pegar água porque aqui tava muito sujo. A gente sentiu muita dor de barriga, e acho que é por isso daí porque depois que nós começemo a consumir mais a água do igarapé, parou mais. As crianças tiveram muita diarreia, sempre sentiam dor de barriga. (B. A. M., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

Ninguém pode nem beber água nem tomar banho. Um horror. Aqui eu queria que você visse quando tava seco, tinha surubim tudo cheio de ferida, de tanto óleo e mercúrio na água, os peixes ficaram tudo ferido. Até soda cáustica jogam. Ixi, [mudou] muita coisa [...]. Com os peixes, com a gente [...]. Tomava banho, saía da água era o mesmo que tá batendo urtiga, ardendo e coçando. Coçava que Deus me defenda. Até hoje tenho marca das coceiras na pele. Essa espuma toda é a draga que tá comendo. Tal de arrotto que eles chamam, porque ela tá comendo. A água mas ficou que parecia leite! Branca, branca, branca. E ainda não tá muito boa não [mesmo estando na cheia]. Tá mais limpa, mas não tá igual era antes. (L. E. A., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

Ninguém tomava banho e nem tomava água daqui da beira. Tinha que ir lá pra dentro no igarapé. Quando a gente tomava banho aqui, deus o livre, de noite ninguém conseguia dormir com a coceira. Era doença de tudo jeito. (B. L. C., agricultora Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

⁴¹ Diz-se de uma das metades do peixe. Do verbo regional “bandar”, dividir ao meio (FREIRE, 2011).

Pra mim acho que isso que eles tão fazendo é errado porque a gente não pode fazer nada com a água do rio. Quer dizer, poder, pode sim, mas tem que tirar ela numas vasilhas e deixar muitas horas aí pra poder o barro assentar um pouco no fundo e usar a água de cima. No meu pensamento, acho que deveriam tirar [as dragas] né, parar com as atividades.(B. A. M., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Para além das mudanças e impactos negativos à água e à saúde dos Kambeba do Jandiatuba, chama atenção a fala que expressa a mudança no trabalho cotidiano das famílias, denotando os efeitos sociais desta lógica exploratória perversa. Embora tenha vindo de um ribeirão que se define como agricultor indígena, atividade realizada nas porções de terra firma do rio e que, supostamente, não sofreria impactos significativos como os trabalhos realizados diretamente no rio, todas as demais sociabilidades e reprodução simbólica da vida Kambeba se dá em relação direta com o rio, este modificado, arrastado, revirado e arrasado.

O fato de terem o conhecimento de quão nociva é esta atividade os levam a rir, ironicamente, diante das justificativas e explicações dos garimpeiros afirmando que não há maus tratos ao rio. O riso denuncia uma parcela de impotência quanto ao que podem fazer diante de tal problemática: “Nós não vamos enxotar eles, nem não, porque nós não somos justiça né.” (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

A presença das dragas e a continuidade das atividades garimpeiras afetam ainda a oferta de caça e pesca, de acordo com os relatos dos indígenas. Para Caheté (2008), configura-se como impacto ambiental também os efeitos na agricultura e na fauna local, além da poluição sonora que contribui com o afugentar dos animais.

Ixi, peixe diminuiu muito. Tambaqui não tem mais! Aqui dentro do rio não tem mais não. O peixe que você encontra aqui é aqueles filhinho de pirarara, surubim [...]. O que mais tem é surubim. Outro peixe não tem mais nada. Não tem mais porque o pessoal invadiram. (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

O meio ambiente era assim mais saudável do que agora. Porque na época não tinha tanta degradação, exploração de madeira, caça [...]. Era mais lá pra cima que o pessoal iam, lá pro lado do Igarapé Preto, mas depois de passado um tempo, o pessoal já foram entrando, invadindo a área, o município crescendo também né [...]. Aí a caça foi ficando em extinção. Tinha muita queixada⁴², era todo santo dia, tinha queixada que varava aqui, ali pra trás, e a gente pegava, assim, pra alimento né. E aí eu não tinha uma formação assim né, de impedir a entrada, às vezes ficava assim querendo ir, ficava suspeito de chegar lá com o predador, falar alguma coisa e ele me agredir né, então eu ficava nessa dúvida [...]. Não sabia se reagia ou se deixava acontecer. E aí foi ficando em extinção da caça. E pescado também. Pirarucu você entrava nos lagos e você via certinho, tinha bastante. Consegui perceber a diferença dessa mudança de 94 pra cá. A gente sentiu o impacto mesmo nos quelônios. Tinha bastante aqui nessa área e praticamente na área toda, diminuiu muito, não sei por motivo de que [...]. Eu acho que assim por motivo de muito mercúrio, óleo diesel, tudo isso que eles jogavam na água, e por esse motivo que hoje a gente vê esse impacto. Diminuiu também porque dentro desse trabalho do garimpo eles caçam né, pegam o peixe, tudo isso eles vão pegando. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

Afetam ainda a resistência de pequenos animais de criação, como ilustra o relato abaixo. Ao ser questionado sobre estas perdas de animais e se haviam relatado a algum órgão do município para que fossem indenizados, a resposta foi negativa e traz indicativos de que há, em maior ou menor grau, envolvimento do governo do estado na continuidade de operação das dragas.

Animal morria. Porco, galinha, pato, bebia água e quando subia só fazia subir e morria. Agora tá um pouco melhor, agora tá mais bonito [na cheia]. Mas perdi bem uns 50 porcos. (L. E. A., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Xii, nunca [fomos indenizados]. Fui lá com o prefeito, falei com o vice [que disse] “ah rapaz, ninguém dá jeito [na situação da presença das dragas], isso aí eu não posso fazer nada, porque sou vice e é ordem do governo”. (L. E. A., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

O desinteresse do poder público local como catalisador

A recorrência de relatos quanto ao desinteresse do poder público local em situações de denúncia, tanto de extrações ilegais de madeira quanto a ocorrências

⁴² Espécie de porco-do-mato (*Tayassu pecari*).

ligadas a operação das dragas no rio Jandiatuba, deixa evidente o caráter invisível destas comunidades frente aos interesses econômicos, que se tornam obstáculos à visão dos órgãos e gestores municipais. A ausência do Estado em sua esfera local se dá tanto quando os comunitários indígenas vão à sede do município realizar alguma denúncia a respeito da extração ilegal de madeira ou do garimpo, e são desacreditados, como com relação à negação de realizar possíveis idas à campo para averiguar as informações recebidas.

Três lideranças entrevistadas em dias e locais distintos fazem relatos parecidos quanto às duas situações de ausência do Estado supracitada: a não aceitação de denúncias na sede e a não verificação *in locu*. Uma delas ainda apresenta o posicionamento negativista acerca do ato de se realizar a denúncia, tanto é que, sob a ótica deste interlocutor, ninguém mais denuncia nada aos órgãos competentes da sede do município por ser em vão, visto a realidade de que segundo ele, com relação à extração de madeira, há demanda da própria prefeitura.

Aí fui lá com o AA [nome fictício do vice-prefeito à época], mas não tava. Fui atrás do prefeito, andei o dia todinho, mas não encontrei, parecia que ele se escondia. Até que consegui falar com o AA [e ele falou] “ah porque eu tô fora daí, não sei o que”. [E eu disse] “mas você tem algum documento [de licença pro garimpo]?, ele [falou] “teeem” [de forma enfática]. Pois é [eu disse], vê o que tu faz porque assim não tá dando certo não. (L. E. A., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Nada, nada, nada [de intervenção do poder público]. Eles [gestores municipais] não falam sobre isso não. Quando a gente fala, algum que fala, eles acham ruim, eles não querem que acabe. **Ninguém não reclama porque vem de lá.** Às vezes é até a própria prefeitura que manda eles tirarem [madeira] aqui [risos]. A gente vive esperando todo tempo que apareça uma lei pra proibir, pra ter, como que a gente diz? Justiça né. (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016, grifos nossos).

Não, nunca vieram não [verificar as denúncias]. O que eu queria mermo é que viesse alguma coisa que pudesse ajudar a gente pra gente impedir mais a extração de madeira. De caça também, que ainda [os invasores] vendem a caça até mesmo pra gente consumir. (B. A. M., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

[a falta de atenção do poder público local] É [um problema] e muito! Nunca vieram aqui, nem em período de eleição. Pra votar, a gente é que vai [pra cidade], na boa vontade, vai pra lá no dia que é pra votar. (L. E. A., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Um dos reflexos práticos desta ausência é a não consulta pública das comunidades indígenas do Jandiatuba quanto às atividades econômicas que exploram seus bens naturais. É recorrente nas falas dos entrevistados que em nenhuma temporada de exploração do ouro no Jandiatuba houve qualquer iniciativa de consulta aos povos.

Não, nós não tivemos informação dos órgãos [públicos] não. Tivemos informação de uns colegas pescador que sempre tã por aqui, e eles já que trouxeram essa informação. Chegaram aqui comigo e disseram ‘tu sabia que vai entrar draga aqui pra dentro?’, eu disse ‘não [silêncio]’, ‘diz que tá vindo umas dragas aí, ninguém sabe quantas dragas que tá vindo aí pra entrar pra cá’. Aí a gente ficou aguardando né, vamo ver. Aí que quando foi um belo dia a gente começou ouvir zuada [barulho de motor] né, zuada, zuada, zuada, zuada. Aí começou a passar. Primeiro entrou duas, daí veio mais duas, aí ficou quatro. E depois mais atrás veio mais duas, aí ficou seis, e por último veio mais uma, aí ficou sete dragas que tinha aqui. Duas era de um tal de J [nome fictício] e outras duas era de um senhor que chamavam ele de M [nome fictício]. Inclusive o gerente que trabalhava na draga disse que esse senhor M [nome fictício] já tinha trabalhado na Polícia Federal, então quando vinha a fiscalização ou quando a PF pedia um valor em dinheiro [em multa], eles não tinham pena de pagar. Ele e o J [nome fictício] eram os dois garimpeiros mais forte que tinha aqui. A gente recebeu [informação] que agora, nessa segunda vez que eles entraram, o prefeito tinha assinado o termo pra eles entrarem. E nenhuma comunidade que pertence a área do Jandiatuba tiveram acesso de informação. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Ouro, conflitos e arena política

O ouro é milenarmente conhecido e reconhecido⁴³ como importante meio de troca de alto valor e confiabilidade, desde sociedades que faziam uso de sua função monetária, em formato de moedas ou pepitas, até a história recente que passou a utilizá-lo como padrão de moeda universal, em que as nações e seus bancos nacionais deveriam expedir moeda em uma proporção fixa (regime cambial fixo) com relação ao quantitativo de sua reserva de ouro, ou seja, tornando o mineral um importante lastro⁴⁴ para a economia monetária mundial. Este sistema foi conhecido como *padrão-ouro* e foi

⁴³ Marx (2003, p. 300-304) afirma ser o mais antigo metal que a humanidade conhece, e especificamente “o ouro dos rios foi o primeiro a ser descoberto” por não exigir técnicas elaboradas e sim “apenas um trabalho rudimentar”. Marx, além de debater as funções e características que conferem ao ouro ser um “substrato da função monetária”, cita ainda seu “valor de uso intrínseco” e suas qualidades estéticas: “o ouro e a prata são, em sua pureza inata, como uma espécie de luz que o homem extrai do mundo subterrâneo”.

⁴⁴ Em economia, lastro é a garantia implícita de um ativo, sendo este a composição de bens, valores e créditos que podem formar o patrimônio de um sujeito ou Estado.

substituído após a Primeira Guerra Mundial por padrões que estabeleceram um regime cambial flutuante, e, posteriormente, com o advento de Bretton Woods em 1944, garantiu o estabelecimento do dólar como padrão mundial das operações monetárias e financeiras⁴⁵.

A confiabilidade do uso do ouro como valor de troca nas grandes economias mundiais, de forma atemporal, também lhe confere um alto grau de liquidez, ou seja, há muita facilidade em converter este ativo em dinheiro, ou simplesmente sua venda é realizada de maneira rápida caso o operador precise transformá-lo em dinheiro de imediato.

Tendo tudo isto sendo dito aos olhos da lógica economicista e de exploração e valoração da natureza, os projetos político-desenvolvimentistas que se apresentam hoje não diferem desta racionalidade de exploração de *commodities* para salvar as balanças comerciais que, sob outra roupagem supostamente moderna, nada mais é que continuar tratando as potencialidades dos bens naturais amazônicos com subestima e vislumbrar uma economia agrária-extrativista-exportadora como modernizante da região. Comparando as épocas da história econômica brasileira com a presente, tal “modernização” parece seguir a rotina de Sísifo, uma vez que acredita que está avançando, quando na verdade qualquer recessão mais forte da economia mundial, a pedra torna a rolar morro abaixo, fazendo com que Sísifo tenha sempre o retrabalho de seguir com a mesma lógica de trabalho.

Os projetos de governos atuais para flexibilizar a legislação de licenciamento ambiental, facilitando a exploração mineral e garimpeira, são inúmeros nas esferas nacional e estadual⁴⁶. Aqui, entendemos que é grande a diferença entre mineração e garimpagem. Enquanto a primeira se dá em caráter mais industrial e de organização complexa, envolvendo inclusive capital estrangeiro, a segunda se dá no âmbito mais informal do setor, muitas vezes utilizando métodos artesanais de exploração. Segundo Caheté (2008), a atividade de garimpo é caracterizada, sobretudo, pela ênfase ao trabalho individual ou em equipes diminutas, o uso predominante de ferramentas

⁴⁵ Há estudos que sugerem a necessidade de retorno do padrão-ouro, porém de maneira em que além das principais moedas internacionais como indicadores, o ouro seria uma importante variável de acompanhamento do valor futuro das moedas.

⁴⁶ A “recodificação” de códigos e legislações de grandes temas de interesse exploratório é uma onda que, nos últimos dez anos, tem abrangido não somente o código de mineração, mas também o código florestal, de regularização fundiária, de recursos hídricos e quanto a demarcação de terras indígenas e quilombolas.

manuais ou semimecanizadas que fazem uso de combustíveis fósseis, e pelo uso do mercúrio como método de amalgamento do ouro.

Além desta intenção clara de licenciamento a qualquer custo, à revelia dos órgãos federais de fiscalização e licenciamento ambiental, de representação dos povos e populações tradicionais e de defesa ao patrimônio histórico, atualmente se encontra em debate no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas – CEMAAM⁴⁷ a revisão de artigos das resoluções produzidas pelo referido espaço de governança no que se refere à licença das lavras garimpeiras em operação em outro importante rio do estado, o rio Madeira, localizado na região sul e sudeste do Amazonas.

Na 42ª reunião ordinária do Conselho, realizada no dia 17 de novembro de 2017 no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, pautou o requerimento feito pela da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia – COOGAM solicitando a suspensão da exigência ambiental estabelecida pelo Parágrafo único do Art. 12 da Resolução Nº 011/2012 e a renovação da licença de operação da cooperativa, que foi suspensa pelo não cumprimento desta exigência, além de outras duas detectadas pelo IPAAM. Consta no parágrafo único que

O resto ou rejeito do material concentrado, após azogado (amalgamado) com a formação da mistura ouro-mercúrio, deve ser acondicionado em um recipiente específico. O material deverá ser transportado até a sede municipal, onde será depositado em um local apropriado, previamente autorizado pelo IPAAM. (Art. 12, Resolução CEMAAM Nº 011/2012)

A pauta foi iniciada após uma contextualização da situação feita pelo secretário executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, Adilson Cordeiro, que presidiu a reunião, e denominou de “imbróglio” a situação que impediu a renovação das licenças da Cooperativa em questão, afirmando que há pouco tempo tinha ocorrido uma rodada de negociações com as cooperativas de garimpeiros atuantes do Madeira para

⁴⁷ O CEMAAM é o órgão de deliberação coletiva e normatização superior da Política de Meio Ambiente do Estado do Amazonas. Foi criado pela Lei Estadual nº. 2985 de 18 de outubro de 2005. Sua função é propor diretrizes para elaboração, monitoramento, avaliação e implementação de planos, programas, projetos e ações para o meio ambiente, visando à conservação e preservação dos bens e ecossistemas naturais do Estado. Como garantia de representação paritária, o Conselho é composto por representantes de secretarias e entidades da administração pública, bem como de órgãos e entidades da administração privada e da sociedade civil organizada.

que a licença seja liberada novamente e os garimpeiros possam trabalhar na legalidade. Fica um tanto evidente o interesse do Estado para que haja esta regularização, a despeito da existência de qualquer laudo técnico acerca da maneira como as atividades são realizadas, e de laudo de caracterização química que analise os efluentes gerados pela exploração e que estabeleça limites no uso do mercúrio. As duas medidas prescindem de fiscalização *in locu*, o que é algo dificultoso para o órgão ambiental do estado uma vez que sua presença não é capilarizada pelas regiões do interior do Amazonas.

A ausência de laudos por parte do Estado e das cooperativas foi algo apontado pelo químico e analista ambiental do IPAAM, chefe da gerência de recursos hídricos e minerais do órgão, Sérgio de Oliveira, que compôs a mesa e teceu considerações técnicas à pauta. Ao explicitar que as políticas públicas ambientais são compostas por instrumentos econômicos e instrumentos regulatórios, estes sendo licenças, zoneamentos e padrões estabelecidos, o analista ambiental teve sua fala a estes padrões, que são estabelecidos por decisões técnico-científicas com base na referida legislação que determina limites gerais. Um destes padrões é, por exemplo, o lançamento de efluentes nas águas jurisdicionais por atividades econômicas com base na exploração de recursos naturais das mesmas – tal como o caso do garimpo fluvial tanto do Madeira quanto do Jandiatuba.

Neste sentido, o fato de não haver nenhum laudo de caracterização química que dê conhecimento aos processos as substâncias contaminantes, em suas palavras, “foge do escopo de parâmetros técnico-científicos definidos pelo órgão”. E finaliza: “isto é necessário para haver proibição da atividade e do uso do mercúrio, do contrário, não há respaldo”.

A pesquisa coletou impressões de duas pessoas que estiveram presentes na reunião: um conselheiro efetivo do CEMAAM, representante de um órgão do Estado, e um participante da reunião como ouvinte, ambientalista pesquisador de uma organização não governamental. A leitura que ambos fizeram quanto ao discutido e aos encaminhamentos foram convergentes: “confusos” e “capciosos”. A síntese da reunião feita pelo conselheiro efetivo entrevistado foi de que a mesa propôs uma votação para a suspensão do Art.12 em questão, no sentido de tornar novamente legais as atividades da cooperativa. Contudo, ao longo do processo foi sugerido pela própria mesa que a votação seria para aprovação da ata desta mesma reunião. A confusão foi feita pelos

condutores da reunião e estabelecida entre os conselheiros, que deixaram de compreender o sentido da votação e seu encaminhamento. O resultado disto foi uma ampla margem de abstenções entre os conselheiros votantes.

Já para o ouvinte da sociedade civil, seu entendimento foi de que a votação estava sendo proposta para a reunião de um grupo de trabalho, para atuar em paralelo com o CEMAAM na construção de uma nova redação para o referido artigo conflitante. Ou seja, houve três interpretações diferentes sobre o que estava sendo definido como encaminhamento para votação do Conselho. Ambos acreditam que esta possa ter sido uma manobra estratégica, podendo se configurar como de má-fé, por parte da presidência do Conselho que pretende liberar novamente a licença da Cooperativa sob a alcunha de que foi decisão majoritária do CEMAAM.

Para o conselheiro ouvido, o trâmite correto seria realizar a análise química para estabelecer parâmetros de proibição e uso de substâncias, e só então, com base nestes, é que haveria condições do Art. 12 ser revisto da forma como estão propondo. A partir disto, estabelecer votação em reunião para aprovação ou reprovação da nova redação do artigo. Para o pesquisador ambientalista, o debate deve ir além considerando toda calha do Madeira a partir de um estudo completo da mesma, desde Rondônia e os impactos causados naquela porção do rio pelas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, passando pela porção referente ao município de Humaitá, até afluir no rio Amazonas. Segundo ele, o fato de o Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE não estar concluído impossibilita a tomada de decisões e medidas com base na realidade ecológica e socioeconômica daquela bacia.

Com relação aos argumentos que foram colocados, a gente entende o seguinte: em primeiro lugar, a licença ela foi dada como inválida. Não há como retomar uma licença inválida, validar ela novamente depois que um ato administrativo disser que ela não vale mais, ou seja, o processo teria que ser reiniciado, desde o início. Teria que ser apresentado um estudo de impacto ambiental, tem que ser feito audiência pública, tem que ser feito termo de referência, tem que ser reiniciado todo o licenciamento ambiental. A retirada de um item da resolução pra legalizar é algo que pro Ibama é *inconcebível* [entonação enfática]. É sério, a gente tá assustado com o que foi colocado. Se vocês vão retirar o item da resolução porque não existe estudo técnico pra saber qual efeito que aquele produto causa nas pessoas e no meio ambiente, pelo princípio da precaução, que é um princípio do direito ambiental, você tem que manter a proibição. (H. L., chefe da divisão técnico-ambiental do Ibama-AM, 42ª reunião ordinária do CEMAAM, em 17/11/17).

Mesmo com o cenário de abstenções diante da confusão e não entendimento entre os presentes na reunião, o ato do governo do estado foi o de, em menos de um mês depois da reunião do Conselho, em 12 de dezembro de 2017, expedir a licença e autorização da lavra garimpeira para a cooperativa no rio Madeira. O documento foi entregue – e comemorado – por meio da visita que o governador fez ao município de Humaitá em evento organizado pela prefeitura municipal.

Este movimento de flexibilização das regras de licenciamento e garimpagem por parte do governo contradiz os compromissos assumidos pelo próprio no âmbito da 23ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática – COP23, realizada na Alemanha na mesma semana em que ocorreu a reunião do CEMAAM, justificando assim a ausência do secretário da pasta na mesa da presidência do Conselho, uma vez que ele esteve presente no evento das Nações Unidas.

Se a preocupação de organismos internacionais era com relação à baixa governança ambiental apresentada pelo Amazonas nos últimos painéis de discussão sobre o tema, a partir da apresentação *Amazonas for the planet program* feita pelo governo demonstrando compromissos para a implementação de uma nova gestão ambiental, o setor supostamente se tornou mais confiante. Para o secretário, “autoridades renomadas em meio ambiente viram o esforço do Governo do Amazonas como estratégia em potencial de novos rumos para gestão ambiental [...]. E isso recuperou a confiança em nosso Estado”⁴⁸. Contrapondo os dois acontecimentos e os rumos que cada um propõe, em diferentes escalas, tornam-se visíveis as contradições do Estado quanto a compromissos estabelecidos e práticas efetivamente adotadas na área socioambiental.

Embora os casos dos garimpos fluviais do rio Jandiatuba e do rio Madeira sejam diferentes em diversos aspectos, considera-se importante a problematização destas atuais discussões de interesse do Estado na liberação da lavra garimpeira, flexibilizando a legislação que delimita prerrogativas básicas para este modelo de exploração mineral agressivo social e ambientalmente. Esta flexibilização de normas, conceitos e valores é componente da atual conjuntura de atualização de critérios de classificação territorial, étnica e ambiental, tal como aponta Almeida (2012), em que estes recentes critérios

⁴⁸ Entrevista concedida à sala de imprensa do governo do Estado. Disponível em <http://www.amazonas.am.gov.br/2017/11/amazonas-e-destaque-no-encerramento-da-cop23-na-alemanha/>

Reeditam a prevalência do quadro natural, privilegiam biomas e ecossistemas como delimitadores de “regiões”, flexibilizam normas jurídicas que asseguram os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e objetivam atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente em commodities minerais e agrícolas (ALMEIDA, 2012).

As diferenças entre os dois casos vão desde o licenciamento expedido pelo Estado – e que, no caso do Madeira, teve sua validade suspensa posteriormente⁴⁹ –, até a natureza de organização dos agentes garimpeiros, em cooperativas e representação de classe no caso do Madeira, e de maneira privada em conluio com o poder público municipal no caso do Jandiatuba. As similaridades de ambos os casos se centram, sobretudo, em serem explorações artesanais, com baixas ou ausentes normas de segurança no manuseio e descarte correto dos metais pesados utilizados no processo de amalgamento do ouro, e ambas executadas nos leitos dos referidos rios, contaminando em maior ou menor grau a vida aquática destes e da população que tem sua reprodução social, material e simbólica intrinsecamente ligada aos mesmos. Malm et al (1997) estima que, nos últimos dez anos de atividade garimpeira no rio Madeira, foram despejadas entre duzentas e trezentas toneladas de mercúrio no ambiente fluvial.

2.2 A ausência-presente do Estado: os conflitos latentes e manifestos (e outros cinco tipos) na apropriação e expropriação dos bens naturais

A compreensão dos direitos coletivos e das territorialidades indígenas é necessária para o entendimento dos conflitos latentes e manifestos, ambos os reflexos da expropriação e consequente apropriação dos bens naturais. Para Santos (2009), apropriação é o ato que envolve incorporação, cooptação e assimilação de um sujeito ou grupo social sobre o outro, e, empiricamente, encontra-se profundamente ligado à violência, que, para o autor, se conceitua como sendo atos que implicam a eliminação física, humana, material e cultural de grupos sociais. Em se tratando do fato de que apropriação e violência é uma dicotomia aplicada em territórios coloniais pelas sociedades metropolitanas, estas produzem e radicalizam as distinções entre estes dois

⁴⁹ Laudo de suspensão emitido pelo Ministério Público Federal disponível em https://drive.google.com/file/d/1ax2Aeq9x2u1e8ROw6qLmZF_scSu9zeJk/view

campos divididos pelo o que ele denomina de *pensamento abissal*. Para o autor, os conflitos das sociedades modernas são oriundos da tensão entre, de um lado, regulação e emancipação social⁵⁰ no interior das sociedades metropolitanas, e de outro, a apropriação e violência no seio das sociedades subjugadas, colonizadas.

A inserção da temática ambiental nos debates políticos – reflexo das preocupações climáticas da sociedade moderna – tem pressionado a reflexão acerca dos diferentes usos sociais e percepções dos bens naturais, revelando diversas concepções e racionalidades da relação homem-natureza. Tais concepções e racionalidades, entrando em tensão, geram conflitos que permitem analisá-los quanto ao seu fundamento, as relações de poder intrínsecas a eles e os interesses em disputa.

Ao debater a história da Amazônia a partir dos seus elementos fundadores, Loureiro (2009) pontua alguns pilares de perdas e danos e afirma que, em se tratando da persistência de sua representação ao longo do tempo, estes são também elementos estruturantes das sociedades amazônicas. Dentre os pilares elencados em tópicos, é possível estabelecermos relações causais entre uns e outros, de maneira linear ou não: a persistência, na formação social da Amazônia, “de políticas de caráter elitista, patrimonialista e voltadas para a acumulação de capital”, relevando as populações locais; o estabelecimento de tensões, antagonismo e conflitos de interesse entre a elite articulada com o Estado e as populações locais⁵¹; como reflexo disto, alijamento e invisibilização destes grupos que, por sua vez, tem recorrido a sua organização em movimentos sociais de resistência as políticas elitistas de Estado; dentro deste contexto de uma sociedade local estratificada, surgem as tensões e conflitos sociais polarizando dois eixos bem distintos: de um lado, o eixo produtivo “moderno”, composto por uma elite de diversas escalas que, apoiadas pelo Estado, visam à geração de divisas a partir dos bens naturais exportáveis, como a mineração, agropecuária e o extrativismo madeireiro, além dos bens manufaturados no âmbito do Polo Industrial de Manaus; e de outro lado, uma economia pautada na força de trabalho familiar, descapitalizada e

⁵⁰ Segundo o autor, a regulação social é constituída pelos princípios de Estado, de comunidade e de mercado, enquanto a emancipação social é composta pelas três lógicas da racionalidade e suas devidas manifestações na realidade: as racionalidades estético-expressiva, instrumental-cognitiva e moral-prática, manifestadas por dispositivos das artes e literatura, da ciência e tecnologia e da ética e do direito, respectivamente (SANTOS, 2009).

⁵¹ Segundo a autora, sobretudo as populações do interior da Amazônia, pelas terras que ocupam, estas muitas vezes estratégicas para o interesse do grande capital, e por seus modos de vida intrínsecos à natureza, vistos como improdutivos, atrasados e obstáculos à modernização da região.

considerada enfraquecida, composta pelos pequenos produtores da agricultura, pesca artesanal, extrativismo, que se veem ainda mais enfraquecidos por sua racionalidade de trabalho – em geral, coletivo – ser incompreendida pelo Estado e a lógica do capital.

O primeiro eixo se caracteriza por uma exploração excessiva e predatória, não contabilizando o caráter finito dos bens e os passivos ambientais deixados às populações locais, enquanto o segundo é o responsável pelo manejo e gestão racional dos bens de maneira a não os esgotar em longo prazo. Aquele que se pauta como moderno é dotado de uma irracionalidade no uso dos bens, enquanto que no extremo oposto se encontra aquele que torna o uso racional, mas é subjugado como “arcaico”.

Seguindo a pontuação dos elementos fundantes e estruturantes da Amazônia no âmbito de sua história de perdas e danos, a autora afirma que a economia se encontra articulada com base em sólidas estruturas de relações sociais exploratórias, que alimentam uma cadeia de transferência de riqueza material direta para fora da região e, a pouca riqueza que permanece, é concentrada em segmentos sociais historicamente privilegiados, uma elite local e regional que reproduz, ainda que em menor escala, estas estruturas de concentração de capital e poder.

Refletindo acerca deste elemento em especial levantado por Loureiro (2009), pensa-se que as estruturas de classe da Amazônia, em sua lógica político-econômica de exploração de bens naturais, podem ser ilustradas pela Figura 19, onde diversas escalas do grande capital se relacionam dialeticamente, produzindo concentrações e desigualdades no seio da figura maior do Estado, seja este institucionalmente⁵² colonial ou republicano. Este representado por um retângulo tracejado demonstrando sua *ausência-presença*, ou seja, a intermitência de suas políticas de governo pautadas com interesses claros na manutenção do *status quo* quanto às estruturas de poder e de classe que compõe este mosaico.

Na base, a estrutura composta pelos sujeitos sociais amazônicos que estabelecem “relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais” (MARX, 2003) e os bens naturais com os quais se relacionam de maneira intrínseca. Sua forma desproporcionalmente menor do que o que

⁵² Reforça-se o termo considerando os acontecimentos institucionais que provocaram as mudanças históricas de governo, contudo, a discussão até aqui desenvolvida acredita que, empiricamente, seguimos produzindo e reproduzindo ideias, valores, morais e relações socioeconômicas coloniais e colonizadoras.

ela suporta representa, comparativamente, a diminuta força, articulação e influência política dos grupos sociais – representada ainda por se localizar de maneira alheia, marginal, às demais formas – e, quanto aos bens naturais, sua finitude e necessidade de manejo racionalmente ecológico.

Figura 19 - Escalas das estruturas do capital e do poder



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Embora Loureiro (2009) traga a discussão de que as elites são as que secularmente pautam as atividades econômicas que esgotam os bens naturais da Amazônia – desde as drogas do sertão, passando pela seringa e minérios, e chegando a madeira, plantas medicinais e agropecuária –, os sujeitos sociais do garimpo no Jandiatuba compõem, em menor grau, uma elite local composta por comerciantes e políticos de São Paulo de Olivença⁵³, mas em maior grau são integrantes de uma "classe média" exploradora oriunda de localidades vizinhas ao município. Ou seja, na figura que representa as escalas do grande capital articulados com o Estado para a exploração econômica da Amazônia, a garimpagem do Jandiatuba estaria na interseção com a estrutura e a elite local.

⁵³ Segundo fontes, envolvem-se proprietários de postos de gasolina, embarcações, mercados e distribuidoras, e hotéis em parceria com o poder público executivo e legislativo municipal.

As escalas representadas se encontram, no decorrer da realidade social, dialeticamente relacionadas e produtoras de tensões de interesses que leva a cenários de conflitos em seus mais diversos graus de expressão, tal como colabora Ostrom (1987)

As características sociais e políticas dos usuários de recursos, assim como a maneira como estes se relacionam com o sistema político dominante, afetam a habilidade dos grupos locais em organizar e manejar a propriedade comunal (OSTROM, 1987 *apud* FEENY, 2001).

Outro elemento necessário para a discussão desta esfera contemporânea de conflitos – além das estruturas seculares de colonialismo, elitismo e dominação e as referidas subjugações que provocam – é a fragilidade e tenra idade do aparato institucional que produz, implementa e fiscaliza as políticas públicas ambientais no estado do Amazonas. As mudanças ocorridas na primeira década do século XXI nesta temática de políticas públicas se deveram, sobretudo, a nova forma de perceber as questões socioambientais em se tratando de um estado que possui cerca de 95% de sua cobertura florestal original e, a partir da década de 90 e as discussões da Rio-92, passou a ter os olhos do mundo voltados para si. Entretanto, até o final do século XX, era inexistente a contundência de um discurso ambiental, uma vez que a perspectiva ambiental desta época era de dotada de um cunho mais preservacionista e, portanto, pouco aceita aos governantes locais por afetar as atividades produtivas planejadas pelo modelo econômico da época.

O início do século XXI é responsável por uma inflexão da lógica até então praticada devido, sobretudo, a criação de um aparato institucional consolidado a partir de diversos órgãos ambientais e de legislações específicas para a efetividade da gestão ambiental do Estado. O órgão central criado foi a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS e, vinculados a ela, a Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas que abarcava o Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC e o Centro Estadual de Mudanças Climáticas - CECLIMA. O órgão gestor das unidades de conservação do estado administra 43 UC estaduais que representam uma área de cerca de 19 milhões de hectares protegidos⁵⁴ e é

⁵⁴ Atualmente, o Estado do Amazonas tem discutido propostas que procuram atender a interesses na recategorização e redefinição territorial de suas áreas protegidas, agindo em convergência com as medidas provisórias propostas em nível nacional. Tais interesses resultariam em um cenário alarmante de

local de labor e trabalho para centenas de milhares de ribeirinhos, agricultores, pescadores, extrativistas organizados em comunidades tradicionais.

Contudo, tais marcos para a consolidação das políticas ambientais do Estado sofreram forte abalo comprometendo sua efetividade e eficiência. Após reforma administrativa realizada pelo executivo em exercício no ano de 2015, prescrita pela Lei 4.163/2015, reduziu-se a estrutura de gestão das UC em nível de departamento da Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, antiga SDS, e, assim sendo, o CEUC passou a se chamar Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC. A pasta ambiental em sua totalidade sofreu duros cortes que configurou em uma desidratação de recursos pessoais, técnicos e financeiros para o enfraquecimento do setor.

Segundo Meirelles (2017), neste período das reformas administrativas, as despesas empenhadas representaram somente 0,47% do orçamento estadual, indicando que o setor deixou de ser uma prioridade ao Estado, que até então vinha tendo avanços significativos para a gestão e o fomento à governança ambiental. A SEMA teve uma redução de 75% em suas despesas realizadas no ano de 2015. Atualmente, todos os profissionais do DEMUC são contratados comissionados ou bolsistas, ou seja, não há posições que sejam ocupadas por técnicos concursados, o que aponta uma extrema instabilidade institucional para a implementação efetiva das leis ambientais do estado da maneira técnico-científica esperada, estando estes profissionais a mercê da superficialidade das políticas de governo. Em 2013, o Tribunal de Contas do Estado – TCE-AM já havia apontado em estudo os riscos ambientais de uma alta dependência de recursos externos, provenientes de organismos internacionais de cooperação e conservação ambiental, por parte do, à época, CEUC (AMAZONAS, 2013; RADAELLI & WITKOSKI, 2015).

Em articulação as reformas administrativas que desidrataram o setor ambiental no estado, o poder executivo à época encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALE-AM um projeto de lei de sua elaboração que acabou sendo rapidamente aprovado e se tornou a Lei Ordinária N° 4.185/2015 que, a julgar pela ausência de celeridade dos órgãos federais de licenciamento implicando em prejuízos ao

redução dos atuais milhões de hectares protegidos e da ampliação dos casos de conflitos agrários e ambientais.

andamento dos processos do Amazonas, transfere a competência primeira de licenciamento ambiental ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM (AMAZONAS, 2015).

Tal resolução contém um grau de periculosidade em se tratando de solicitações de exploração em territórios juridicamente estabelecidos como áreas protegidas, nas quais o processo de impedimento das ações por parte da Funai ou do Instituto Chico Mendes – ICMBio se tornaria minimamente dificultado. Além destes, as decisões do IPHAN e do Ibama seriam sobrepostas pela decisão primeira do órgão de fiscalização ambiental do estado, que, ironicamente, é desprovido de recursos humanos e técnicos em quantidade adequada para ser o responsável majoritário dos licenciamentos, além de não possuir estrutura de gestão e fiscalização capilarizada pelas regiões interioranas do extenso estado do Amazonas. A lei se encontra interpelada pelo Ministério Público Federal.

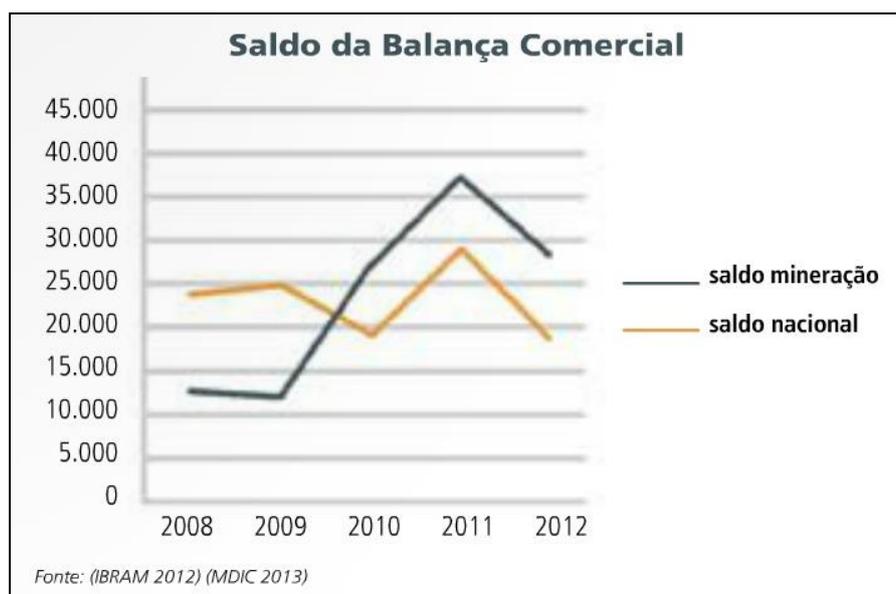
Os fatos por si só são graves e se tornam ainda mais ao juntá-los em um quebra-cabeça que gera a paisagem nublada de uma política ambiental de Estado frágil e pequena, e que pode ser ainda mais fragilizada. O precedente para o surgimento de conflitos neste cenário é grande e cresce à medida que garimpeiros, madeireiros, latifundiários e demais sujeitos capitalizados, e com claros interesses na exploração predatória dos bens naturais, realizam suas articulações com a elite local/regional e, sobretudo, com o poder público local. Os trabalhadores cooptados para prestarem serviços nesta cadeia o fazem naturalizando sua lógica predatória a partir da impotência causada pela falta de oportunidades e alternativas econômicas. Questionado acerca de seu conhecimento sobre os rendimentos do garimpo e se ele já havia visto esse ouro que é expropriado do Jandiatuba, um dos interlocutores respondeu,

Muita quantidade. Inclusive agora nesses daí [atuais garimpeiros em operação], a gente teve a abordagem quando eles tavam fazendo a apuração do ouro e a gente via a quantia assim, calculadamente assim, um quilo e meio, dois quilo, em cada batida que eles chamam né, que eles trabalham, assim, 24h [de trabalho] eles fazem a busca do ouro. Tive conversando com um garimpeiro que ele sempre se deu aqui comigo né, sempre vinha aqui né, atrás de comprar galinha, ver se tinha alguma banana, alguma coisa pra comprar... E aí em conversa eu sempre me informei né, [perguntei] ‘quanto vocês adquirem assim por mês?’, ele disse ‘olha, depende... De onde a gente acha mermo, a gente adquire produção que dá pra suprir a necessidade da draga, que é muita despesa, porque às vezes quebra peça né, tem que mandar pedir [de fora do município] e aí tem que pagar os trabalhadores...

Mas aí sobra! Sobra uma quantia...’, ele só não fez dizer a quantia né, mas sobra uma quantia sem dúvida deve ser grande né. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

A paisagem nublada das políticas públicas ambientais fragilizadas produzem discursos de interesses economicistas dos bens naturais e abrem margem para flexibilizações que podem ser impactantes ambientalmente. Exemplo disto é a rediscussão do Código de Mineração, datado de 1967, posto como caráter de urgência no Congresso Nacional desde 2013. A ideia é que o texto do Código seja atualizado no que estão denominando de “Novo Marco Regulatório da Mineração”. As principais modificações propostas se dão no âmbito das metodologias de concessão da exploração mineral, da criação de uma agência reguladora – em substituição ao DNPM – e de ajustes da política fiscal de arrecadação do Estado a partir da concessão da exploração. O retorno da temática tem motivações econômicas, mas também políticas à medida que o setor tem se articulado a partir de financiamento de campanhas políticas de congressistas. No âmbito dos interesses econômicos, o objetivo fim é que dá mais força ao discurso do setor, encontra-se o fato da balança comercial da mineração ter grande peso na conjuntura do superávit da balança comercial nacional, superando sua média a partir de meados de 2009 e permanecendo acima (Figura 20).

Figura 20 - Saldo da balança comercial nacional e setorial



Fonte: OLIVEIRA, 2013.

Estas questões estão mais relacionadas, obviamente, a esfera mais alta do setor mineral que é gerida por grandes capitais nacionais e estrangeiros, e está muito indiretamente relacionada à realidade local a qual este trabalho se debruça. Contudo, defendemos a necessidade deste debate devido à dialética das relações de poder sociopolítico e econômico que, por meio de suas decisões, impactam em maior ou menor grau os garimpeiros locais, menores e/ou informais.

Conflitos sociais

“A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” é uma das passagens mais conhecidas da obra acrônica de Marx e Engels (2008) que sintetiza a visão dos autores acerca das contradições das sociedades e de como são constitutivas da história e do ser social. O conflito, sendo a expressão imediata dos antagonismos, é tomado como motor de transformação a partir da concepção dos autores que afirmam que as lutas, disfarçadas ou abertas, sempre resultaram ou na transformação revolucionária da sociedade e suas estruturas ou no declínio das classes em conflito.

Para os autores, a matriz dos conflitos sociais tem fundamento nas relações econômicas entre os sujeitos inseridos nas estruturas políticas e de poder da sociedade. As contradições do sistema econômico estudado por Marx e Engels são inerentes e, ao se chocarem, deverão/deveriam provocar a mudança do sistema. Ao contrário do funcionalismo de Durkheim, que vê a anomia sob a ótica negativa e a entende como resultado de um afrouxamento das regras sociais, que podem levar a consequências imprevisíveis e desastrosas, o materialismo de Marx e Engels vê a contradição e o conflito de maneira positiva à medida que são combustíveis à mudança.

Ao longo do surgimento de novas epistemologias na sociologia, outros pensadores, como Elias e Bourdieu, debateram os conflitos e as relações de poder envolvidas nos mesmos sob outras óticas de surgimento que não as fundadas nas relações econômicas da sociedade, trazendo novas contribuições metodológicas de análises e compreensão da realidade. Para Elias, por exemplo, Marx produziu um “modelo reducionista” no qual julgou que todas as diferenças de poder poderiam ser explicados, em primeiro lugar, pelas vias do poder econômico. Caso esta ótica de

análise fosse a única empregada no estudo de Elias e Scotson (2000)⁵⁵ das comunidades de trabalhadores de Winston Parva, as configurações de poder poderiam não ser desveladas pois suas estruturas sociais e econômicas eram similares.

Portanto, Elias revela outras características que fundam os conflitos e os estigmas inter-grupais naquela localidade. Ele o faz por meio da análise da figuração *estabelecidos-outsiders*, que exige do observador-pesquisador a compreensão processual⁵⁶ das relações e contextos abordados, de modo a viabilizar a percepção de que a figuração pode tomar diversas formas de expressão e sempre se apresentará de forma não estática. Todos os elementos de uma configuração, por exemplo, dotados de suas especificidades, só são o que são em virtude da posição e função que têm nela [configuração], podendo eles assumirem outras formas e sentidos conforme modificam as variáveis envolvidas. Elias (1980) *apud* Matos (2015) relaciona a mutabilidade das configurações com o conceito de poder para afirmar que este último subsiste por si só e não é vitalício:

No seio das configurações mutáveis – que constituem o próprio centro do processo de configuração – há um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para outro. Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração. (MATOS, 2015, p. 99)

Outra exigência a que Elias faz referência como sendo imprescindível nas análises comparativas entre relações de igualdade-desigualdade é a capacidade do observador em relativizar fenômenos, laços, contextos, oratórias, e não absolutizá-los. Somente por esta via o sujeito do conhecimento teria condições de escapar das armadilhas de produzir uma falsa representação simbólica da realidade. No caso do Jandiatuba, além dos conflitos envolvendo os *outsiders*, há os intra-comunidades, entre algumas das próprias famílias Kambeba, sobretudo por divergências de concepção acerca dos usos econômicos de lagos de pesca. O zoneamento dos lagos e o acordo de

⁵⁵ Os autores procuraram esclarecer em seu estudo de que maneira um grupo social é capaz de se apropriar das oportunidades de poder e utilizá-las para marginalizar outro grupo social.

⁵⁶ Cf. Matos (2015, p. 106) “O conceito de processo social refere-se às transformações amplas, contínuas, de longa duração – ou seja, em geral não aquém de três gerações – de *figurações* formadas por seres humanos ou de seus aspectos, em uma de duas direções opostas. (...) Diferentemente do processo biológico de *evolução*, os processos sociais são reversíveis.”.

pesca resultante disto, orientado por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA em 2008 e 2009, colaborou para maiores entendimentos entre as famílias e mitigação de alguns conflitos internos.

Para Bourdieu (2007), o *locus* de conflito entre sujeitos sociais em disputa por legitimidade – seja de ações, concepções, estilos de vida – é o que ele denomina de *campo*. A disputa se dá a partir do domínio de algum capital específico, seja econômico, político, social ou simbólico. O campo social é a soma do “campo de forças e campo de lutas”, e cada campo específico – o ambiental, por exemplo – guarda relações correlativas com outros campos, ou seja, não há a possibilidade de existir na sociedade um campo isolado: os campos possuem dinâmicas internas próprias e ainda dinâmicas entre si que, por sua vez, dialogam com dinâmicas sociais amplificadas.

Para Simmel (1983; 2013), a relevância sociológica dos conflitos se encontra na necessidade de quantidades proporcionais de ações e sensações divergentes para que a sociedade alcance determinadas configurações e, portanto, considera que as discordâncias não se apresentam como deficiências sociológicas, uma vez que sociedades não são constituídas somente por forças sociais convergentes. Na sua concepção, se entre dois agentes sociais há um conflito que não envolve intenções de supressão total do outro elemento, ou seja, se há algum tipo de limite à violência, então é possível estabelecer um fator socializante. O conflito, portanto, é parte integrante da sociedade e contribui para a formação de formas associativas no seio do coletivo que, por sua vez, influencia sua capacidade de regulação social.

Si toda interacción entre los hombres es socialización, entonces, el conflicto, que no puede reducirse lógicamente a un sólo elemento, es una forma de socialización, y de las más intensas. [...] El conflicto en sí mismo ya es una resolución de la tensión entre los contrarios. [...] viene a ser algo parecido a los síntomas más violentos de las enfermedades: representan el esfuerzo del organismo por librarse de sus desajustes y dolores. (SIMMEL, 2013, p. 17).

Ao fazer uma tipologia, Simmel aponta as principais formas de finalização de um conflito: a vitória de uma das partes (e seu oposto correlato, a derrota da outra parte envolvida), a reconciliação (maneira puramente subjetiva) e o compromisso, segundo ele, “um dos grandes inventos da humanidade”. O tipo de finalização de conflito representado pela reconciliação pode envolver a criação e/ou o reestabelecimento de

laços de amizade e cooperação. Com relação aos outros dois tipos de finalização, a vitória/derrota e o compromisso, é possível perceber um caráter de iminência do conflito, ou seja, uma resolução muito tênue, pois no caso do primeiro tipo, o sujeito derrotado pode revisitar o resultado a partir do revanchismo. Já no terceiro tipo, o compromisso estabelecido por meio de acordos, pode haver um grau iminente de conflito à medida que o acordo deixe de interessar uma das partes, e o antagonismo volte à tona.

Simmel e Elias possuem óticas similares no que se refere às razões dos conflitos sociais e o fato de desempenhar um papel fundamental na sociedade. Segundo Waizbort (2001), os conflitos, as lutas e as tensões são elementos que estruturam o todo aos olhos de Elias⁵⁷, e que conduzem à “síntese da sociedade” segundo Simmel.

Tipologia dos conflitos sociais

Para Weber (2001), a reflexão e construção de tipos ideais não é de interesse final, e sim como meio de conhecimento da realidade, acessada por meio da ciência empírica a qual a ciência social pretende praticar. Ressalta-se que o quadro conceitual gerado quando do uso deste método de compreensão da realidade não deve ser confundido com a noção do “dever ser”, como se fosse um exemplo que deve caber de forma hermética e forçada na realidade expressa.

Para tanto, e com base nas contribuições de Santos (2007), trabalharemos com a concepção de *conflitos latentes* e *manifestos*, podendo eventualmente problematizar o surgimento de outros graus de conflito conforme aponta o quadro 3. Entendemos como *conflitos latentes* as tensões que, por alguma razão, são veladas por quaisquer dinâmicas sociopolíticas e são invisibilizados em maior ou menor grau. Os *conflitos manifestos* são, por sua vez, os que ganham um amplo reconhecimento social de quem o vivencia direta ou indiretamente e que, contudo, não detém força política suficiente para ser pautado em espaços de reivindicação, mediação e resolução de conflitos. Em certa medida, são abafados no meio do processo.

⁵⁷ Segundo Waizbort (2001), Elias afirma que não é a agressividade que é capaz de deflagrar um conflito, e sim os conflitos que, a depender do grau e intencionalidade, deflagram a agressividade.

Para além da reflexão de Santos (2007), podemos estabelecer dois novos tipos de conflitos. Um de caráter mais geral, que pode ocorrer entre quaisquer outros graus de conflitos, que são os *conflitos intermitentes*, expressos de maneira interrompida, cíclica ou descontínua (LITTLE, 2004), conforme sazonalidade ou agenda política, por exemplo, e outro de caráter mais intermediário de conflito que são os *conflitos iminentes*, caracterizados pelas tensões simbólicas de medos, aflições e constrangimentos. Este tipo proposto surgiu a partir da reflexão dos dados de campo acessados a partir das entrevistas que relatam situações de ameaça, seja ela diretamente expressa ou fruto da intuição do sujeito.

Quadro 3 - Tipologia dos conflitos sociais

Tipos de conflitos	Descrição
Latentes	São velados por dinâmicas sociopolíticas ou econômicas e passam a ser invisibilizados.
Iminentes	Situações que expressam a iminência de conflitos, como os riscos iminentes, ameaças, tensões e constrangimentos. Considera-se ainda as tensões simbólicas de medo e aflições por parte do sujeito ameaçado, seja com relação a sua integridade física, cultural ou territorial.
Manifestos	São visíveis, porém não detém força política para integrar agendas políticas locais ou regionais que levem a mediação e resolução e, ainda assim, acabam sendo invisibilizados.
Explícitos	São visíveis e possuem força política para adentrar pautas da política local ou regional.
Extremos	Conflitos que resultam em riscos à integridade física dos sujeitos sociais em embate.
Intermitentes	São interrompidos eventualmente, cessando e recomeçando por intervalos, de maneira descontínua.
Naturalizados	Mesmo violentos contra a integridade física dos sujeitos, permanecem invisíveis e sem força para integrar agendas políticas, mas que, por outro lado, dada a persistência de sua ocorrência, são reificados.

Fonte: Elaborado pela autora com contribuições de Santos (2007) e Little (2004).

Os conflitos podem apresentar estágios que representem dois ou mais tipos destes elencados ao mesmo tempo; não é impedimento, por exemplo, que um conflito que se expresse de maneira *intermitente* possa também conter um grau de *naturalização* em si. No sentido de serem ações sociais não estáticas, Little (2004) colabora afirmando que

O entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das polarizações das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob a observação que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos distintos grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa (LITTLE, 2004).

Neste sentido, cabe a relativização de que a presente tipologia de graus e expressões de conflitos não são fechadas e uníssonas, representando a totalidade da realidade. Pelo contrário, são partes gerais, tipos-ideais, que podem explicar uma parcela dos tipos de conflitos sociais, sejam eles ambientais ou não. Conforme nos aponta Weber (2001),

Se quisermos tentar uma definição genética do conteúdo do conceito, restar-nos-á apenas a forma do tipo ideal (...). Trata-se de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade “autêntica”; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira exemplar. Tem, antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada (WEBER, 2001, p. 140).

Quanto mais vastas são as relações que se devem expor, e quanto mais variada tiver sido a sua significação cultural, tanto mais a sua apresentação sistemática e global num sistema conceitual e mental se aproximará do tipo ideal e tanto menos se tornará possível ficar com um único conceito deste gênero (WEBER, 2001, p. 143).

Conflitos socioambientais

Em se tratando de conflitos socioambientais tal como a pesquisa aborda, devem ser entendidos como tensões derivadas de distintas formas de relação que grupos sociais mantêm com o meio natural a que se inserem (LITTLE, 2001). A inserção da variável ambiental nesta nova forma de conflito surge do contexto de transformação de entendimento das atividades econômicas, uma vez que passa a ser exigida a internalização das externalidades ambientais em seus processos, configurando em um passo para alcançar o almejado desenvolvimento sustentável, conceito emergido entre as décadas de 80 e 90. Para Little (2001), os conflitos que envolvem os bens naturais são múltiplos e carregam assimetrias de poder, interesses e ideologias dos diversos atores sociais envolvidos.

Zhourri & Laschefski (2014) apoiados em Acselrad (2004) afirmam que o estímulo para a organização destes povos atingidos por impactos indesejáveis se dá justamente a partir da divergência entre os sentidos atribuídos à natureza, que “comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais” ou as territorialidades dos povos originários. Os conflitos, inclusive, fazem emergir as contradições impostas aos atingidos que, de maneira autoritária, não somente são excluídos dos processos como também devem arcar com todo ônus resultantes, inclusive representando passivos ambientais, tal como a poluição que se relata do rio Jandiatuba.

Estudar estes mesmos conflitos é [...], para os envolvidos na busca de processos mais democráticos de ordenamento do território, a ocasião de dar visibilidade, no debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infraestruturas urbanas, aos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos de grandes interesses econômicos (ACSELRAD, 2004, p. 10).

Em uma leitura menos acadêmica e mais direcionada aos movimentos sociais de luta pela terra, consideramos importante trazer a ótica do conceito de conflito produzida pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, responsável pela produção anual do índice de conflitos no campo.

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direito e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. (CPT Nacional, 2016).

A metodologia da CPT expõe os números de conflitos por região e catalogados entre as categorias i) conflitos por terra, contando com as subcategorias de ocupações e/ou retomadas e acampamentos; ii) conflitos pela água; iii) conflitos trabalhistas; iv) conflitos em tempos de seca; v) conflitos em áreas de garimpo; vi) conflitos sindicais.

Os números totais de conflitos no campo são expressivos e, no acumulado, vem crescendo a cada ano (Figura 21). Somos o país mais hostil para as lutas de ambientalistas e camponeses. Em termos mundiais, o Brasil lidera o ranking dos países mais violentos para os “defensores da terra e do meio ambiente”, segundo o estudo da

ONG Global Witness. Segundo o mesmo relatório, a mineração é o setor mais perigoso, responsável por 33 mortes de defensores que se opuseram a projetos de mineração e petróleo em seus territórios, seguido pelo agronegócio e exploração madeireira. Os números não só crescem a cada ano como também se espalham a novas regiões do mundo (Figura 22). A causa raiz da maioria dos casos estudados pela ONG é a imposição de projetos econômicos em comunidades sem seu consentimento livre, prévio e informado⁵⁸.

Governments and business are failing to tackle the main **root cause** of the attacks: **the imposition of projects on communities without their free, prior and informed consent**. Protest is often the only recourse left to communities exercising their right to have a say about the use of their land and natural resources, putting them on a collision course with those seeking profit at any cost. (trecho do relatório da Global Witness “Defender of the Earth”, 2018, grifos nossos).

Bensaïd (2017) utiliza a ideia de Harvey sobre a nova fase em que o capitalismo se encontra que é caracterizada pela “acumulação por despossessão” e afirma que esta é uma condição de sobrevivência do sistema, que vai além da apropriação de meios de produção e forças produtivas e se estende ao que ele denomina de “apropriação comercial da história cultural”, englobando especialmente o turismo e a pilhagem de patrimônios culturais. Segundo o autor, essa ofensiva passa pela supressão dos direitos sociais e pela criminalização das resistências sociais. O alerta que ele faz é relembrando os estudos de Marx (1857-1858) sobre o furto de madeira: “por trás da aparência consensual dos costumes, subsiste um antagonismo latente entre os direitos consuetudinários dos dominantes e os dos dominados” (p. 63).

Considerando que muitos assassinatos, ameaças ou tensões não sejam relatados ou passam a compor estatísticas oficiais por não serem investigados, é muito provável que os números dos estudos tanto internacional como o da CPT sejam maiores e, portanto, mais graves. Os conflitos aqui discutidos são provas disto, uma vez que não adentraram a nenhuma estatística ou registro.

⁵⁸ Como visto na seção anterior, esta raiz também é uma das causas de conflitos na presente região estudada.

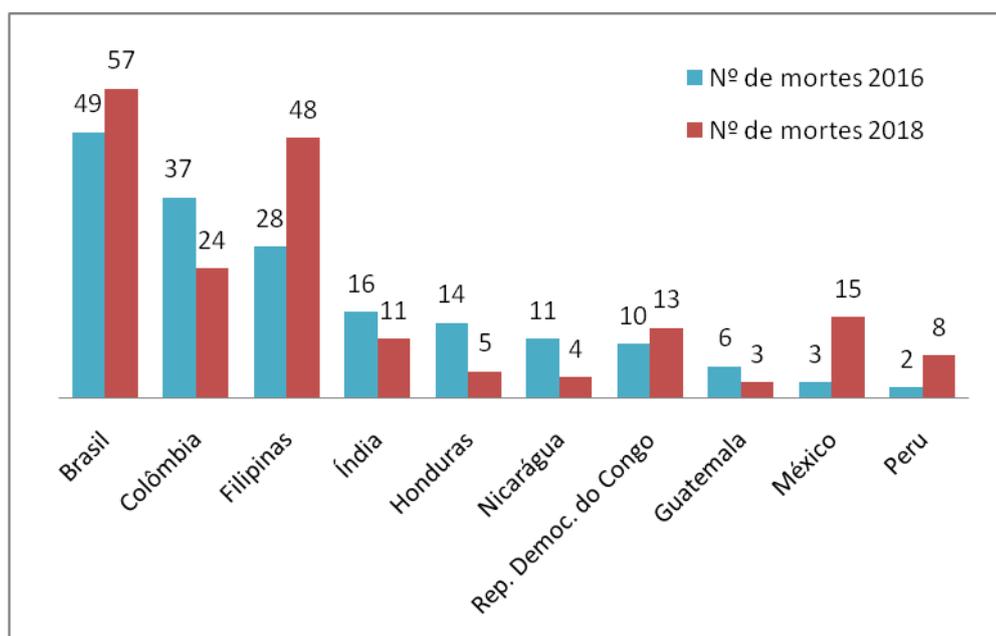
Figura 21 - Evolução dos conflitos no campo no Brasil registrados pela CPT

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências (1)	615	459	528	638	805	816	763	793	771	1.079
Ocupações/Retomadas	364	252	290	180	200	238	230	205	200	194
Acampamentos	48	40	36	35	30	13	14	20	27	22
Total (2)	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998	1.295
Assassinatos	25	27	25	30	29	34	29	36	47	58
Pessoas Envolvidas	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290	686.735
Hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	265	280	240	204	230	168	141	131	80	68
Assassinatos	1	1		1			1			
Pessoas Envolvidas	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493	1.760	751
Superexploração	151	93	45	38	30	14	13	10	4	1
Assassinatos				1			2		1	1
Pessoas Envolvidas	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294	102	2
Total	416	373	285	242	260	182	154	141	84	69
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	87	46	45	87	68	79	93	127	135	172
Assassinatos	2		1	2		2	2		2	2
Pessoas Envolvidas	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075	211.685	222.355
Outros (3)										
Nº de Conflitos	8			4		36	12			
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	3.660			4.450		26.005	1.350			
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286	1.217	1.536
Assassinatos	28	28	26	34	29	36	34	36	50	61
Pessoas Envolvidas	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102	816.837	909.843
Hectares	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241	21.387.160	23.697.019

Fonte: CPT Nacional, 2016.

- (1) Os dados do número de ocorrências se referem aos despejos e expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.
- (2) Em 2016, foram registrados 1.295 ocorrências de conflito por terra. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um deles corresponde a uma ocorrência. Neste ano, as áreas ou localidades em conflito somam 939.
- (3) Em “Outros”, incluem-se os conflitos em tempos de seca, política agrícola e garimpo.

Figura 22 - Ranking mundial de mortes de lideranças ambientais e do campo



Fonte: Global Witness, 2018. Elaborado pela autora.

“Ninguém pode dormir sossegado”: Conflitos e violência no rio Jandiatuba

Uma vez apontada a importância da tipologia de conflitos na tentativa de compreensão da realidade conflituosa no rio Jandiatuba, esta seção pretende coadunar a teoria condensada no quadro conceitual da tipologia de conflito (quadro 3) e os dados empíricos levantados em campo a partir das entrevistas realizadas, buscando assim a ciência empírica pretendida pela sociologia. A forma de exposição se dá de maneira a relacionar os excertos que evidenciam, em maior ou menor grau, as situações de conflitos no Jandiatuba com os tipos ideais levantados no quadro 3.

Na microrregião do Alto Solimões, que abrange a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, as tensões sociais têm sido ampliadas entre as sociedades rurais locais e a intensificação da ação ilegal de grupos sociais, empreendimentos privados e públicos e empresários locais em terras e águas tradicionalmente ocupadas por indígenas e ribeirinhos – algumas delas localizadas em terras indígenas legalmente demarcadas. O resultado destes novos conflitos é a reconfiguração das dinâmicas de relações sociais e econômicas estabelecidas com relação ao uso dos bens naturais. Tem reconfigurado, inclusive, a dinâmica natural e a paisagem das localidades que os predadores atuam.

De acordo com relatos, as situações de conflitos envolvendo a prática do garimpo no rio Jandiatuba perduram há mais de oito anos. A partir de 2013, o movimento Kambeba por meio da Organização dos Kambeba do Alto Solimões - OKAS, começou a protocolar as denúncias aos órgãos competentes de justiça e defesa de direitos, sobretudo Funai e MPF localizados em Tabatinga. Foram cartas e abaixo-assinados relatando a exploração do garimpo, o incômodo das famílias quanto as ameaças e medos que sofriam, e as modificações na qualidade da água do rio e dos recursos pesqueiros.

Tá com uns cinco anos que [o garimpo] começou [correção da companheira "não, tá com oito anos que começou porque o prefeito já vai inteirar oito anos."]. É, oito anos que o garimpo segue aqui dentro. E ainda meteram mais garimpo pra dentro. Só parou agora esses dias porque eu fui lá com o vice-prefeito e mostrei esse documento aqui [mostrou pra entrevistadora], da Pastoral da Terra, e disse pra ele P [nome fictício], é o seguinte P [nome fictício], ou tomam providência, ou vai ter bala lá dentro'. [...] A chegada é que foi o perigo. Era todo dia eu abordando eles [garimpeiros] aqui. Chegavam na marra, arriava a draga e porrada comia aqui, escangalhando com tudo. (L. E. A., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Anterior a este grupo que explora o ouro no rio desde 2008, a pesquisa coletou relatos de outro grupo que adentrou o rio para esta mesma prática entre 1999 e 2000. Um grupo menor, de menos balsas e dragas trabalhando, e, de acordo com relatos, menos violentos com as comunidades, no sentido de que respeitavam as reivindicações dos comunitários que faziam a abordagem deles e, quando da ida da Polícia Federal para desarticulação e desocupação das dragas no rio, os garimpeiros cumpriram ordem e deixaram a área.

O garimpo e os conflitos eu vim sentir em 99, quando entraram a primeira equipe de garimpeiro. E meu pai foi denunciar na cidade e logo veio a polícia. Eles não tinham licença e estavam em 22 dragas nessa época. Trabalhavam lá pro lado da boca do igarapé Preto. Nessa época, que entrou essas 22 dragas, aconteceu muito conflito entre eles, matavam muito! Entre os próprios garimpeiros. Eles passaram aqui subindo, não foi pelo Vale do Javari não. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

Este primeiro grupo de garimpeiros que atuaram no Jandiatuba entre 1999 e 2000 passou pouco tempo explorando, cerca de um ano, e de forma mais concentrada no chamado igarapé Preto. A operação da Polícia Federal à época rebocou algumas dragas para apreensão em Tabatinga, e alguns outros garimpeiros puderam pagar a multa aplicada pelo crime

ambiental. O curto período de tempo de exploração no Jandiatuba, contudo, não representa que seus impactos foram brandos aos olhos das comunidades Kambeba.

Passaram pouco tempo, calculadamente assim um ano. Mas nesse um ano eles fizeram muita coisa! Tudo no igarapé Preto que o foco era ali. O chefe lá montou, eles chamavam de uma sede do garimpo. Só era assim tudo de paxiúba. Bem grandona mesmo! Mas só que a cobertura era de zinco né. Então aí o que acontecia, nesse garimpo aí existiu muita prostituição. Aí existiu, nesse daí. Agora, nesse que tava aqui e que ainda continua tendo, nesse ainda não tive nenhuma informação de que tem prostituição. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

A *intermitência* das atividades das dragas e dos conflitos ficam evidentes em diversas falas, sempre correlatas à sazonalidade do rio e não exatamente a uma resolução do conflito ou cessão das atividades exploratórias.

Vão continuarem aqui dentro com certeza. Teve algumas [dragas] que desceram [pra cidade], mas eles não param, tão trabalhando todo tempo aí pra cima, na cheia, na seca. Na seca eles descem mais aqui pra baixo e por isso fica pior pra nós. (B. A. M., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

[sobre quem seriam os principais invasores] (Risos) Mas isso não tem conta não. Tem muita gente! Todo dia tá passando gente, tanto entra como sai. E não tem como a gente fazer nada. Os meninos até tentaram, pediram placa, pregaram as placas lá da Funai, mas eles [invasores] jogam fora. (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

[sobre eles voltarem a subir o rio] Eu não tenho ainda nenhuma informação de que eles possam voltar. O que eu tô imaginando é que sem dúvida alguma [eles voltam], eles estão esperando algum resultado porque se não fosse pra voltarem pra cá, eles já teriam ido embora né, pra outro lugar, porque o [rio] Jutai diz que tá liberado pra trabalhar, e o [rio] Madeira também, tenho visto na televisão, no jornal. Então se eles não fossem voltar, sem dúvida alguma eles já teriam ido [trabalhar em outra localidade]. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

As falas seguintes apontam a relação íntima entre a operação das dragas e o poder público local a partir das eleições que aconteceriam naquele ano da entrevista. O que foi levantado com diversos interlocutores foi alguns indicativos de que os garimpeiros investiram na campanha política de um dos candidatos à prefeitura, o vice-prefeito citado, em troca do compromisso de que, se eleito, daria continuidade a licença de operação das dragas e estas estariam livres do pagamento do imposto ao longo do primeiro ano de mandato. Esta cobrança de imposto, em ouro, era algo firmado em um acordo corriqueiro entre garimpeiros e poder

local para que as dragas não sofressem interferência no ritmo de trabalho ou fossem impedidas de operar.

Eles [garimpeiros] estão esperando que o outro prefeito ganhe, o vice-prefeito hoje. Aí se o vice ganhar na próxima eleição, eles empurram de novo [as dragas] aqui pra dentro. Esse é o plano deles. (L. E. A., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

Acho que mais ou menos uns 500mil [reais]. O que eles tiram dá pra fechar [as contas] e ter lucro. Vejo assim, que esse lucro que é do município que eles repassam – porque eles mesmo dizem, os próprios garimpeiros, cada uma draga repassa 250g de ouro todo mês pro prefeito. Os próprios garimpeiros falando pra mim, dessas dragas que estão aqui agora, que abordei como agente ambiental voluntário. Eles disseram ‘nós repassa pro município. Se o prefeito não tá fazendo nada por vocês, não tá investindo na educação e nem na saúde, o problema não é nosso porque nós repassa cada final de mês 250g, então se ele não tá cumprindo com as metas dele, problema não é nosso’. Então se a gente somar né, cinco dragas durante esse ano todo que eles tão trabalhando, faz as contas, multiplica aí pra ver quanto vai dar. Mais de um quilo de ouro por mês. Aí multiplica pelo valor da grama do ouro. Ouvi falar que aqui em São Paulo de Olivença tem um senhor que compra ouro aí e tá pagando 120 reais o grama, mas eles tem vendido a maior parte desse ouro em Letícia [Colômbia] porque lá tá 180 reais o grama. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Este contrato social pode ter relação com o fato de que o garimpo fica sabendo com antecedência quando haverá passagem da polícia federal na localidade, questão levantada por uma das lideranças entrevistadas quando questionada sobre a vinda de órgãos para fiscalizar as ações do garimpo após as comunidades terem realizado as denúncias. O relato suscitou hipóteses sobre o nível de abrangência da influência de poder do garimpo na região.

Veio, veio. A [Polícia] Federal diz que sempre dá uma em busca por aqui, mas não faz nada. Só vem olhar, diz que [as dragas] não tão fazendo nada, que não sei o que [...]. Quando eles [PF] vem, as dragas se escondem tudo nos igarapés. Eles [garimpeiros] sabem quando [a PF] vem. Agora eles baixaram tudinho, cinco dragas. Tá quase com um mês que baixaram, tão dentro do Jaratuba [lago] lá em São Paulo [de Olivença], tão parado lá. Mas acho que elas sobem ainda, eles tão lá reformando elas na solda. (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

Contudo, relatos apontam que acontecimentos do presente ano trouxeram tensões para esta aliança: houve um descumprimento do acordo por parte do candidato apoiado pelo garimpo – e que venceu as eleições – no que se refere ao pagamento dos impostos pelas dragas à prefeitura municipal. A prefeitura deu seguimento à cobrança normalmente – em vão, obviamente, já que o acordo, na ótica dos garimpeiros, ainda estaria válido. Como

retaliação após desentendimentos e o não pagamento dos impostos, gestores protocolaram uma denúncia junto ao Ministério Público Federal acerca da irregularidade das dragas. Aos garimpeiros, foi divulgada a ideia de que a denúncia havia partido de uma liderança Kambeba, um boato que correu pela cidade tendo como combustível as diversas denúncias que o movimento Kambeba fez ao longo dos anos à Funai e ao MPF de Tabatinga acerca da presença do garimpo afetando as comunidades Kambeba. Pela primeira vez, utilizaram a liderança como bode expiatório e tais fatos se tornaram ideais para dar fundamento à culpabilidade do movimento e sua falsa criminalização.

Como se não bastasse a emergência e o flamejar deste cenário, há um segundo canal de ameaças de morte, intimidações e violações, que, novamente, recaiu-se sobre a liderança e, novamente, por meio de um segundo boato criado. As ameaças se inflaram ainda mais devido a um ato de brutalidade, um genocídio ainda sem investigações concretas, contra um grupo de indígenas isolados conhecidos localmente como “índios flecheiros”⁵⁹.

A liderança relata ser “comum a matança de indígenas ‘pelo interior’”, ou seja, na mata ou nas cabeceiras de rios, e estes são considerados grandes feitos, inclusive a se comemorar na cidade, sobretudo quando há a exibição de pertences – como utensílios de caça, de alimentação ou remos – que foram furtados após a morte, como troféus. Foi justamente dessa forma que o ocorrido foi noticiado: por conta de dois conhecidos caçadores locais terem trazido para a cidade remos e arco e flechas rústicos e serem exibidos como troféus após terem “encontrado um monte de índio que tinham ido buscar água na beira do rio”. Além disto, foi virilizado pelas mídias sociais de paulivenses uma mensagem de voz em que um dos caçadores relata em detalhes o ocorrido. O áudio esteve de posse da Polícia Federal para colaborar com as investigações, ainda inconclusas.

O fato de o ocorrido dizer respeito a parentes indígenas brutalmente mortos foi um forte argumento para aqueles que falsamente atribuíram à liderança a denúncia realizada, já que ela supostamente teria se sensibilizado e sido motivada a buscar por investigações. Pela segunda vez, utilizarem-na como bode expiatório, e a conjuntura favoreceu o fortalecimento do boato. O resultado imediato foi não somente a ampliação (quantitativa) das ameaças de morte dirigidas à liderança, como também a força e expressividade de tais (qualitativa).

⁵⁹ Habitantes nômades do alto rio Jandiatuba, área já pertencente da TI Vale do Javari, este agrupamento é reconhecido pela Funai como isolados, que já os havia registrado, porém sem maiores informações sobre o tamanho do grupo ou o raio de abrangência de seus deslocamentos.

Foram relatadas à pesquisa situações como rondas de cerco à sua residência como intimidação, ameaças diretamente dirigidas em ambientes comerciais – como mercados e tabernas do bairro – utilizando o tom de alerta de que “a qualquer momento ela poderia ‘ser passada’”, e situações de perseguição física, enquanto andava a pé, de motocicleta pela cidade e até mesmo em trechos do rio Solimões enquanto seguia em sua rabeta para a escola rural na qual leciona. Segundo a liderança, a mais grave ameaça foi a que envolveu sua filha pré-adolescente:

Um dia, A. [nome fictício] chegou no colégio para sua aula, e uma colega de sala perguntou dela ‘sabia que sua mãe tá marcada pra morrer?’, ela era filha de uma das pessoas que estão me ameaçando e ouviu comentários numa reunião deles que tinha até gente da prefeitura também. E eles tem uma lista com vários nomes marcados pra morrer, e o meu tá lá junto. (R. E., liderança Kambeba, pesquisa de campo, 2017)

Acerca da sua lotação para dar aulas em uma escola rural distante cerca de uma hora de rabeta (canoas motorizadas) da sede, este destacamento representou, aos olhos da liderança, uma forma de perseguição política e retaliação dos gestores públicos municipais em resposta à sua luta política pela educação bilíngue e de qualidade nas escolas Kambeba, com a exigência de lotação de indígenas da própria etnia e falantes da língua. Uma legítima tentativa de desmobilização de suas ações políticas na sede e que pode ser lida como uma violência simbólica.

É possível interpretarmos que há um caráter de *naturalização* dos conflitos e dos impactos ambientais por parte do poder público – ou mesmo pela vontade pessoal do gestor municipal – e seu interesse financeiro na continuidade das atividades, a que preço ambiental, social e étnico for. Da mesma forma, este posicionamento confere aos conflitos um alto grau de *latência* e invisibilização.

[sobre dar parte na delegacia] *Deeei* [de forma enfática], ‘não, porque tem que ter testemunha, que não sei o que...’ eles disseram. Olha só como é a justiça daqui né, já pensou? (L. E. A, pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

[sobre alguma ação do poder público municipal] Não resolvem nada porque é eles que mandam. Meu filho foi lá reclamar [com as dragas] e disseram que tinham ordem lá da prefeitura, com consentimento deles lá pra cá. (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

O impacto [para a economia do município] é muito grande porque nessas primeiras dragas que entraram de 99, o município ficou em movimento que pagava em ouro, comprava em ouro, tinha comprador na cidade, e tinha muito movimento, muito movimento! Dessa vez agora, infelizmente não tem movimento, até do dinheiro mesmo público da prefeitura. Acho que o ouro tá indo todo pro bolso do prefeito porque o seu Q. [nome fictício], que é indígena e era coordenador local da CPL de SPO, eu conversando com ele sobre o garimpo ele me perguntou ‘como tá a situação do garimpo lá?’, [respondi] ‘tão trabalhando...’, aí ele disse ‘olha, eu tive com o vice-prefeito e ele me mostrou o ouro que os garimpeiros dão pra eles, me mostrou assim uma quantia’, uma quantia desse tamanho e dessa largura [mostrou com as mãos o tamanho aproximado de um lingote de ouro], já em barrinha mesmo. Isso foi em setembro de 2014. Aí eu disse pra ele ‘então essa porcentagem que eles [garimpeiros] dão pro município é o que tá com o vice-prefeito’, e sem dúvida com o prefeito. Diz que ele tem parentes nisso. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Tomamos como *conflitos iminentes* as situações de constrangimentos expressas pelos sujeitos que se encontram em situações intuitivas de que a qualquer momento um conflito pode ser deflagrado, ou seja, que estão na iminência de acontecer, como demonstram os relatos a seguir. Esta névoa invisível de tensão favorece o surgimento de medos e aflições por parte de quem as vivencia, podendo ser combustível para a radicalização de um possível embate, em caso de enfrentamento.

Era uma hora dessa [15h]. Eu tava me embalando ali nessa outra barraca debaixo [onde tem a casa de farinha], aí a balieira veio, deu meia volta e aí parou aqui, no que ele parou ele foi se aguardando, aí eu vi quando ele tirando arma do porão da balieira. Aí que quando ele foi saindo aí ele puxou a balieira e dobrou pra cima [desistindo e indo embora com a lancha]. Não sei [porque fizeram isso], a gente abordava eles né. Aí quando ele [companheiro] saía, tem dia que eu tinha medo, quando eu escutava cada balieira que ia por aqui, eu ia me embora lá pro meio da roça. (B. L. C., agricultora Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

Tu não sabe o que é garimpeiro, eu conheço, já andei um pouco, conheço o que é garimpeiro. Garimpeiro é o ser mais bandido que existe. Eles mata pessoa rindo. E eu já abordei muito eles aqui, pra não derrubar por aqui. (L. E. A., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

[Se tem piorado com o passar dos anos], vixi, e muito. Ninguém pode dormir sossegado. Teve um que começou me ameaçar sentado bem aí [apontando pro quintal da área, entre a beira do rio e a casa], que tava caindo muito marí, né, e acho que ele vinha morto de fome, o miserável, e ainda queria comer e [risos...] chegou aí, parou aí ele e mais outro, todo encarapuçado, ficou olhando [...] eu tava só olhando também aqui... aí ele viu que eu tinha matado uma anta e tava salgada aí [apontando pra área da casa de farinha, localizada em frente à casa]... ele falou ‘ué, matou anta?’, eu disse ‘matei’... que eu não dou muita bola pra eles né... aí ele ‘hoje jantamos marí’ como coisa de eu ficar espantado né [risos], eu nem disse nada. ‘ah você que

dizem que é um tal de valentão aqui, que diz que não pode cavar em canto nenhum?’ ele perguntou de mim, ‘tá botando os cara pra sair’. Eu disse ‘rapaz, quem falou isso mentiu, mas se tu veio pra discutir comigo, levanta daí e vai-te embora, é só o que tenho pra te dizer, vai cuidar do que tu tem que fazer’. Logo que ele chegou eu perguntei de onde ele era né, ele disse que era do Jutai grande. Eu disse ‘e por que tu vem de lá cavar aqui? Por que tu não cava lá no Jutai grande? Você deveria cavar lá na tua terra, e deixar a nossa em paz, tirando nossa riqueza daqui’. ‘ah porque eu comprei uma máquina nova’ ele disse, e eu ‘eu não quero saber se você comprou máquina nova não..e você me tira daí, vai embora e logo! Antes que eu me esqueça. Tu não quer nem comer, nem nada, vai embora’, aí ele pulou na balieira [lancha] e se foi. Tava os dois encarapuçados, com cara de bandido mesmo, não sei o que eles tavam entendendo sabe? Eu calculei que eles iam atrás de querer fazer alguma coisa comigo. (L. E. A., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

[garimpo de 99] Eles não ameaçavam, mas a gente tinha um pouco de suspeita assim, quando a gente via eles chegavam assim, as vezes vinham atrás de peixe, sei lá, ou atrás de uma caça, se a gente não tinha pra vender, quando a gente via assim eles já tavam em cima, assim próximo cheio de arma né, aí a gente tinha suspeita que eles pudessem fazer alguma coisa. (L. A. R, pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016)

As situações de conflitos considerados como *manifestos* são aquelas em que as tensões são expressas e os conflitos perfeitamente visíveis, desvelados, no meio social, contudo desprovidos de força política que os permitam adentrar à agenda política e, assim, serem mediados em busca de propostas exequíveis de soluções. Sendo assim, e contraditoriamente, mesmo ele tendo caráter de visibilidade, torna-se invisibilizado. A contradição se torna ainda mais abismal quando o principal responsável pela agenda política local – poder público municipal – é não somente conivente com as situações de tensão como partícipes delas, sendo, por vezes, agente ativo no agravamento.

Poucos dias atrás, fui lá e conversei com um garimpeiro que tava um mês trabalhando aqui dentro, ou o gerente quando ele não tava, [dizia] ‘você tem que desocupar, essa área é nossa’, aí [garimpeiro dizia] ‘não, **a gente tá autorizado pelo prefeito, a gente só sai daqui se o prefeito mandar, se o prefeito não mandar a gente não sai**, porque a gente tem documentação aqui’, e mostrava documento. Quando ele chegou aqui próximo, reuni com meu pessoal e disse ‘a gente vai ter que tomar uma decisão, esse cara tá abusado demais, eu sou amenizador de conflitos mas ele tá abusando’, a gente foi lá, eu fui lá, e disse ‘olha, meu amigo, vim aqui pra pedir pra você desocupar’, ele degradou aqui tudinho perto do furo, desde lá do Bacaba até chegar aqui, e aí fui lá e pedi pra desocupar, disse ‘você vai ter que desocupar de um jeito ou de outro, o que você acha? Ainda tô tendo paciência com você’, aí foi que ele me disse ‘meu amigo, eu vou sair daqui mas não é com medo de você’, aí eu disse pra ele ‘meu amigo, eu tô vindo aqui porque eu também não tenho medo de você, aqui a terra é nossa, eu sei que você é brasileiro, mas você tem que respeitar nossos direitos; e não você

desrespeitar porque se eu tivesse lá na sua terra, mesmo sendo brasileiro, eu tenho que respeitar'. Não posso dizer que ele tava armado porque ninguém viu arma com ele, mas a gente percebeu que pela fala dele, ele quis dizer que poderia matar um de nós lá. (L. A. R, pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016, grifos nossos)

[Os madeireiros] Ameaçaram eu e minha família várias vezes já. Ameaça de morte e tudo. Até dessa vez que eu fui chamado lá na delegacia, até lá me ameaçaram, que diz que algum dia que acontecesse alguma coisa aqui dentro, iam procurar minha família e matar de um por um. Falaram isso mermo, lá em frente a delegacia, na porta. Só que isso aí eu não falei pro delegado nem nada. **Mas se eu falasse era pior porque o próprio delegado que foi me ameaçar eu.** (B. A. M, agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016, grifos nossos)

A última narrativa aponta que há ameaças também vindouras de outros agentes econômicos *outsiders* que não os relacionados com o garimpo, como invasores a fim de explorar madeira de interesse econômico (madeiras de lei), que igualmente trabalham com ameaças, intimidações e impondo situações de medo.

Eu tava sozinho. Aí tava bem noite, fiquei aí e dormi na rede, e a chuva tava caindo. Acho que eles viram que tava só eu e 'vamos matar ele e ninguém sabe', e vieram mesmo. E garanto que eles não viram a espingarda que tava desse lado aqui do mosquiteiro. Aí vieram e jogaram a gasolina dali [apontando pra uma área próxima da beira], jogaram de fora porque só era essa daí [casebre da casa de farinha], aqui não tinha essa casa [onde a entrevista foi realizada], essa aqui é nova que eu fiz agora. Aí eu senti por cima do mosquiteiro e aí eu abri os olhos e alguém me agarrou. Amarraram no braço e aqui na perna, mas no pé ele não conseguiu meter direito a corda. Então ele amarrou lá no punho da rede, pra eu ficar preso. E foi mermo. Eu quase eu nem esperei aquele negócio caiu por cima de mim, como quando chove por cima. Aí acho que eu dormi que quando eu tava dormindo na rede, uma pessoa chegou e disse 'te acorda que vamos tocar fogo em ti', eu só escutei foi 'vvvvvuf' [som de líquido inflamável entrando em combustão], o fogo. A pessoa jogou gasolina por cima do mosquiteiro com tudo, foi só um tiro. Aí eu pulei assim, meti os pés assim, bati na parede e rebolei, aí o fogo cobriu, aí no que eu fiz assim senti que eu tava amarrado na munheca, 'puta merda, que foi meu deus do céu?'... aí vi o fogo, o mosquiteiro já se acabando porque é só nylon hoje em dia, queima rápido, e aí foi pegando fogo no tapiri. Aí eu di cum força e arrancou a corda do meu braço, queimou né, aí eu deitei a mão pra ali e peguei a faca. Quando eu peguei na faca fiquei olhando dali desse jambeirinho ali. Aí ele 'kkkk' eu escutei benzinho depois da chuva, escutei eles achando graça ainda. Subiram o rio, foi lá pra cima. (L. E. A, pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Figura 23 - Cicatrizes da violência



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A situação de violência expressa, no que categorizamos como *conflitos extremos*, e que envolve risco físico a uma das partes aconteceu com uma das lideranças entrevistadas, segundo o relato seguinte. Dotado de detalhes, o entrevistado fez questão de contar cuidadosamente o que se passou, como se viu preso a essa situação de perigo e as marcas que ficaram em sua pele devido seu aprisionamento e o fogo.

Volta-se à *presença-ausente* do Estado

A *presença-ausente* do Estado foi discutida no primeiro capítulo, no âmbito das conquistas coloniais que refletem as colonialidades da atualidade. Esse capítulo foca-se em debater a *ausência-presente* considerando os desinteresses interessados da face local do Estado, materializada nas forças políticas do poder público municipal de São Paulo de Olivença. Estas duas representações sendo faces de um mesmo Estado que chamamos de

espectral, que ora está presente, ora ausente, e ora, ainda, está ambas as condições, a depender dos (des)interesses e conjunturas.

Justamente considerando que este estar espectral do Estado não é uníssono ou cristalizado, e sim configuracional e dialético em si, é que se volta à sua condição de *presença-ausente* diante de um novo cenário imposto à realidade do movimento Kambeba e do garimpo no Jandiatuba: a operação realizada pelo Ibama em parceria com o Exército da fronteira, em agosto de 2017, que teve como objetivo o “desmantelamento do garimpo” na região.

Pressionada sob diversas solicitações de intervenção por meio de denúncias registradas pelas etnias de São Paulo de Olivença, a Coordenação Regional do Alto Solimões - CRAS da Funai acionou o Ministério Público Federal de Tabatinga, que acionou o Ibama e que, com apoio do exército da fronteira, realizou duas operações de desmantelamento do garimpo no rio Jandiatuba, uma no final de agosto e outra no final de novembro de 2017.

A operação de agosto, sendo a maior e que obteve mais repercussão, foi marcada por ações fluviais e aéreas. Relatos apontam que uma parte da equipe de ação realizou um sobrevoo de helicóptero pelo rio Jandiatuba enquanto outra parcela da equipe navegava adentrando ao rio, onde realizaram um trajeto com duração de dois dias em que puderam realizar abordagens às dragas que fossem encontrando ao longo do caminho.

Embora sendo uma viagem de dois dias, a equipe só pode chegar até meados da extensão do rio. O que dá a aparência de uma viagem longa e que torna possível percorrer o rio em sua totalidade, na realidade, não o é para os padrões amazônicos e não representam grandes extensões de deslocamento. Sobretudo se adicionarmos ao cenário os fatores de sinuosidade do rio Jandiatuba e a sazonalidade do mesmo, que se encontrava no período de seca e, portanto, sem dar as possibilidades de atalhos pelos igapós inundados – o que reduz consideravelmente o tempo de viagem.

Na operação aérea, foram avistadas dezesseis dragas em operação ao longo de todo o rio. Na operação fluvial, abordaram-se quatro dragas, as quais foram explodidas e queimadas como método de desarticulação (Figura 24). A justificativa desta ação, por muitos considerada como radical, dá-se pelo fato de serem grandes balsas embarcações que torna inviável sua apreensão por rebocagem por parte do órgão fiscalizador, segundo o mesmo. O

prejuízo de cada draga explodida foi estimado em cerca de um milhão de reais, considerando o valor físico da embarcação, suas instalações e maquinários. Contudo, pode-se afirmar um valor de perda muito maior se considerado o montante que deixa de “arrecadar” em ouro não estando em plena operação.

Figura 24 - Vista parcial de uma draga incendiada como resultado da ação de desarticulação



Fonte: Ibama, 2017.

Aos olhos das instituições de Estado envolvidas nas operações, as mesmas podem ter tido expectativas alcançadas, ainda que soubessem da existência de outras tantas dragas rio acima. Esta poderia ser facilmente um cenário de presença efetiva do Estado na resolução de conflitos e ilegalidades quanto ao uso dos bens naturais. Contudo, seu caráter ausente salta aos olhos do movimento Kambeba e suas lideranças, que avaliam as operações como sendo mal sucedidas e destituídas de planejamento pelo simples fato de não terem tido o conhecimento prévio daquela realidade conflituosa, seus sujeitos e todo o histórico que esta carrega.

Eu fiquei assim muito triste porque foi uma operação e que os responsáveis dela não deram uma condição pra gente assim, uma segurança, nem vieram conversar com a gente. (R. E, liderança Kambeba, pesquisa de campo, 2017).

Foram operações que, na prática, mais pareceram implantação de granada sem gatilho do que de fato uma desarticulação da ilegalidade do garimpo, realmente intencionada a

solução do problema. Provas disto foram, 1 as ameaças às lideranças indígenas foram intensificadas; 2 a tensão, medo e caos instaurado na cidade de São Paulo de Olivença, onde a população permaneceu por semanas receosa e em estado de alerta por possíveis ações de represália dos garimpeiros, afetados social e financeiramente; e 3 o fato de que, em questão de dias após a primeira operação, as balsas e dragas já estavam no porto da cidade sendo consertadas. Tendo seu esqueleto feito de ferro fundido (Figura 25), a verdade é que o incêndio provocado não causou muita deterioração em sua grossa estrutura, restando para o conserto somente as fiações elétricas, divisões de madeira e equipamentos.

As pessoas [de SPO] ficaram comentando, muita gente ligada ao prefeito ficavam dizendo 'os Kambeba são muito amaldiçoado, merecem morrer mesmo, porque eles que tão denunciando', como se o garimpo fosse mermo uma coisa boa pra cá e que nós tinha feito algo de errado. Mas aí defendia a gente dizendo que essas denúncias não partiu de uma só pessoa, e tem muitos anos que muitos povos vem denunciando. Nós mesmo, recente, não fizemos nenhuma denúncia. [...] E aí ficou todo mundo comentando aqui em São Paulo e todo tempo jogando pra cima de mim né, como se eu sozinha tivesse a capacidade de fazer as coisas. (R. E, liderança Kambeba, pesquisa de campo, 2017).

[a operação] Não foi muito bem planejada, por conta que nós fomos acusados de uma coisa e não teve segurança pra nós, nós ficamos a mercê aqui e eles foram embora pra terra deles, que a gente nem sabe que é né, os órgãos que atuaram. E aí deixaram nós aqui como se fosse assim uma armadilha. Eles atuaram, fizeram o papel deles e foram embora, e nós ficamos pra cobaia aqui, pra morrer na mão dos garimpeiro. Porque eles e o poder municipal ficaram acusando nós de ser mandante da denúncia [que levou à operação]. E aí em nenhum momento a Polícia Federal se justifica 'não, é uma operação de rotina' ou 'é um trabalho que tem que ser feito mermo', todo tempo eles calado pra lá e nós levando pipa pra cá, sendo ameaçado. Por um lado, tem gente que acha que foi bom, que parou um pouco, mas também dizem que não foi bom porque eles não foram embora totalmente, já tão ajeitando as draga aí né, tá em conserto, e com certeza é pra voltar de novo [rio adentro]. Todas as dragas que foram explodidas na operação tão tudo aí no porto sendo consertadas. (R.E, liderança Kambeba, pesquisa de campo, 2017).

Figura 25 - Vista parcial de uma draga atracada próximo ao porto da cidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Para compreender suas percepções ambientais de conservação, preservação e do que consideram ameaças, a pesquisa de campo propôs a atividade de mapeamento participativo – a qual foi recebida com entusiasmo pelos interlocutores –, aos moldes metodológicos de Acelrad e Coli (2008)⁶⁰. Consistiu na construção do mapa do Jandiatuba e seus igarapés afluentes, incluindo os lagos de uso e de preservação, a partir dos desenhos de próprio punho das lideranças das comunidades Kambeba. O foco, contudo, era para que pontuassem as localidades que já haviam presenciado situações de risco, como a presença de dragas do garimpo, caçadores, madeireiros, pescadores externos para fazer arrastão, dentre outros “sujeitos invasores”, *outsiders*, a que consideram como risco a suas vidas e formas de vida no uso dos bens naturais comuns.

A atividade foi importante inclusive como atividade lúdica e de inclusão participativa de crianças e jovens que contribuíram no momento da pintura das gravuras. O mapa foi plotado com a utilização de ferramentas de georreferenciamento para uma representação

⁶⁰ Na perspectiva de Fox et al. (2008, p. 72), o mapeamento participativo, que tem como base a pesquisa de campo em comunidades, “é visto como extensão lógica do repertório de estratégias de capacitação para o fortalecimento das comunidades locais” permitindo que muitos de seus sujeitos tomem consciência de seu empoderamento a partir da cartografia produzida por eles, sobre eles e para eles.

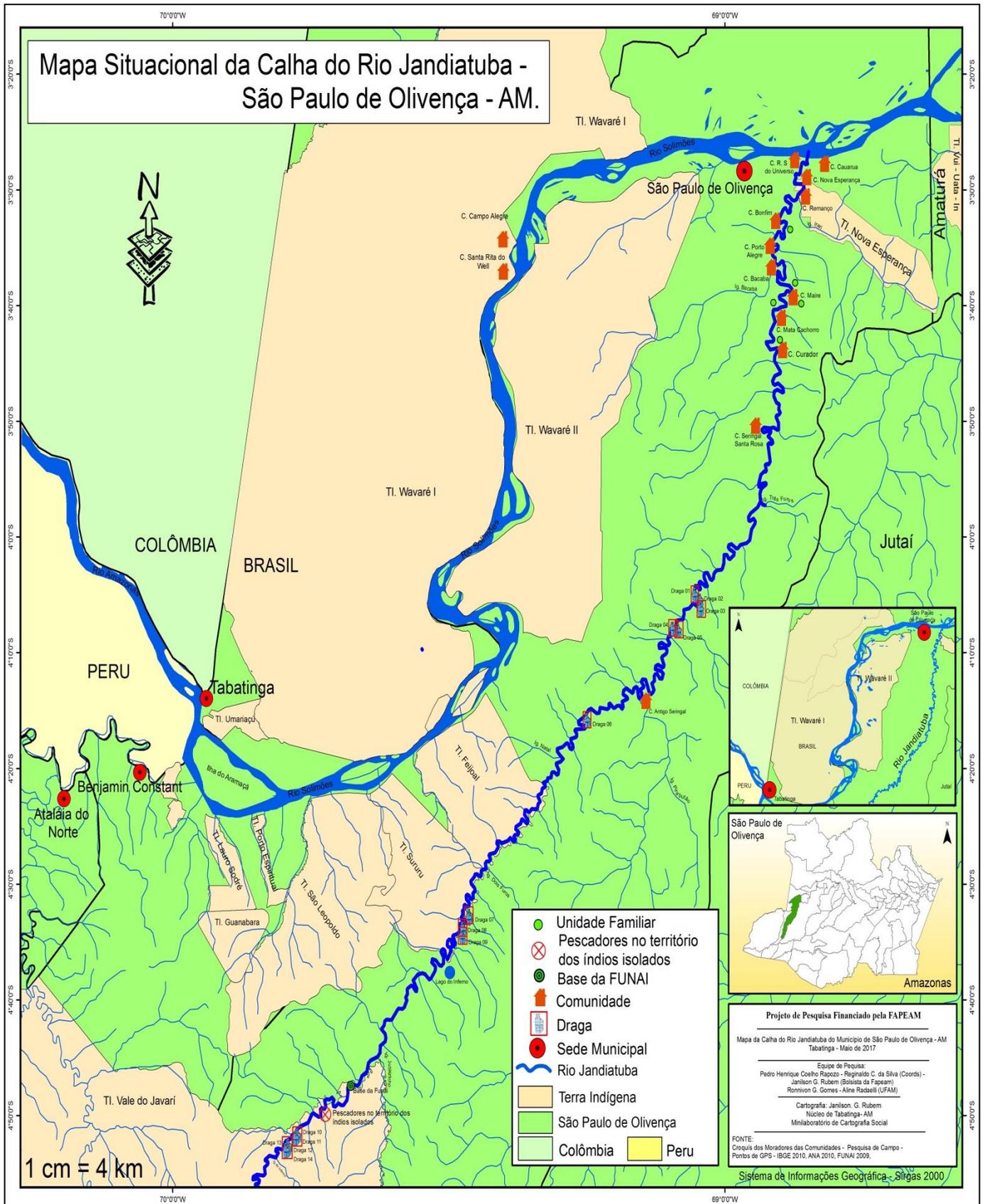
eletrônica fiel ao desenhado pelos interlocutores que participaram da atividade (Figura 26). O resultado final é representado pela Figura 27.

Figura 26 – Discussão, construção, pintura e finalização do mapa do rio Jandiatuba



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Figura 27 - Mapa participativo situacional que aponta a presença de outsiders e conflitos



Fonte: NESAM, 2018.

É possível visualizar diversos pontos em que é notificada a presença de quatorze dragas, em operação não somente no interior da TI Vale do Javari, cabeceira do rio Jandiatuba, como também “nos fundos” de outras TI como a Sururu e a Feijoal. Atenta também o fato de que a maior concentração de dragas em operação neste mapa situacional se dá no interior da TI Vale do Javari e muito próximo da base de operação da Funai, desativada desde 2008. As denúncias do massacre dos indígenas isolados levou a Funai garantir que reativaria tal posto de fiscalização, o que ainda não se confirma. Esse trecho do Jandiatuba se torna ainda mais complexo e tensionado com a presença de pescadores na região onde sabidamente há um agrupamento de índios isolados, os “flecheiros”. Cabe reforçar que consideramos este mapa situacional um pequeno quadro de realidade, por se tratar de invasores que operam atividades econômicas que envolvem alta mobilidade ao longo do rio, além de possuírem um forte caráter sazonal. Os períodos de vazante e seca do rio favorecem tanto a pesca quanto o garimpo e, portanto, suas presenças são mais intensificadas nestas épocas.

CAPÍTULO 3 – CONHECER PARA RECONHECER: TERRITÓRIO E DIREITOS GARANTIDOS COMO VIA PARA O ECODESENVOLVIMENTO

Afirmamos que para nós, todas nossas histórias reais nos dá segurança e direito sobre esta terra. Queremos respeito e direito de sermos consultados e ouvidos, não vamos esperar a demarcação vir para ter direito a nossa terra, quem faz a autodemarcação e diz que ela é nossa somos nós, porque nela nascemos, vivemos e moramos, temos vínculo e conhecimentos muito fortes sobre tudo que nela existe [...]. O governo tem o dever de respeitar e nos dar apoio nas nossas decisões. (Trecho do Protocolo de Reconhecimento Étnico do Povo Omágua-Kambeba)

Conhecer os povos indígenas e de seus direitos originários é premissa para que haja seus devidos reconhecimentos, étnica e territorialmente. Como forma de se fazerem conhecidos e reconhecidos em suas sociabilidades, organização política, lutas e reivindicações é que foi construído o Protocolo de Reconhecimento Étnico do Povo Omágua-Kambeba, com trecho acima reproduzido⁶¹. Nele, constam as diversas demandas do movimento, dentre elas a demarcação territorial – demonstrando a partir de um mapa seu ideal de território demarcado –, que garante as expressões de suas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2008) e sua segurança etnoambiental, nesta que é a região de origem desta etnia e que, porém, não há nenhuma instância de judicialização do reconhecimento de seu território.

3.1. Dança de espelhos: o interesse na demarcação de terras e a fragilidade das terras demarcadas

Anterior a Constituição de 1988, a lógica do Estado com relação aos indígenas era a assimiladora, integradora, com vistas a torná-los sujeitos de direito individual e juridicamente capazes de negociação, produzindo inclusive confusão identitária ao denominá-los de silvícolas, conforme demonstra o primeiro artigo do chamado

⁶¹ O documento completo pode ser acessado em https://drive.google.com/file/d/1JIHGky66c6PH_xaN3YsVBgmZ12Bvy4uO/view.

“Estatuto do Índio”, lei nº 6.001/73, que “regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.” (SOUZA FILHO, 2003). Segundo o autor, sob esta lógica de Estado, o genocídio dos indígenas teve seguimento a cada tentativa de integração dos povos, fazendo com que perdessem não somente visibilidade, como suas vidas.

No âmbito das Assembleias Nacionais Constituintes em 1987, a participação dos movimentos indígenas organizados foi garantida e, juntamente com o contexto regional da América Latina para o reconhecimento de seus Estados nacionais como pluriétnicos, a Constituição de 1988 estabeleceu os direitos coletivos e, embora de maneira tímida, reconhece o país como formado por uma variedade étnica e cultural. Souza Filho (2003) aponta este fato como positivo, mas o relativiza afirmando que, 1 embora as mudanças legais advindas com as constituições da década de 80 na América Latina como um todo, no quesito propriedade e território, permanece a dificuldade para que juízes e demais agentes da lei interpretem as leis de forma que divirja com os interesses da propriedade privada; 2 faz-se necessária a revisão do chamado Estatuto do Índio – lei que segue a lógica individualista e assimilacionista dos direitos dos povos – e afirma que houve discussões para tal mobilizadas pelas organizações indígenas após a promulgação da Constituição, reformulando a lei e a denominando de Estatuto dos Povos Indígenas. Após diversas tentativas de aprovação no legislativo, o texto da lei permanece em tramitação, segundo o site do Senado⁶².

A política indigenista oficial da Fundação Nacional do Índio – Funai é dividida entre ações voltadas tanto para os povos contatados, como os de recente contato e os povos isolados, pautada a partir de princípios como o respeito a autodeterminação étnica, o da precaução⁶³, o da garantia pela posse da terras originalmente ocupadas e o da proteção ambiental destes territórios – em geral, a partir da demarcação territorial e suas políticas inerentes (RIBEIRO & AMORIM, 2017). Segundo os autores, povos indígenas isolados são considerados os agrupamentos que fizeram a opção de não manter contato com a população não indígena, povos pertencentes a outros grupos

⁶² PLS 169/2016. Disponível em <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125563>.

⁶³Princípio conhecido da área do direito ambiental que tem sua aplicação requerida em casos de incertezas científicas acerca dos impactos socioambientais de uma ação. O princípio é acionado uma vez que a incerteza científica não deve ser utilizada como motivação para postergar medidas de prevenção de danos (MACHADO, 2004).

étnicos ou com o Estado, enquanto que os povos de recente contato se caracterizam como agrupamentos que, devido ao pouco tempo histórico de contato, detêm pouco conhecimento sobre a língua e organização da população não indígena.

A demarcação das terras indígenas é apoiada pelo direito constitucional, previsto em seu Art. 231, que assegura os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas e a competência da União no processo de demarcação, proteção e de fazer cumprir o respeito a seus bens.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os **direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam**, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988)

Embora todas as fragilidades conjunturais, políticas ou institucionais da Funai, o processo de demarcação das terras indígenas é visto pelo movimento indígena como uma importante e segura garantia de proteção sociocultural e ambiental. Isto se dá a partir do entendimento de que, sendo detentores da documentação jurídico-institucional da posse coletiva das terras, os processos de autofiscalização e autoproteção do território pelas aldeias são mais eficientes diante do trânsito de invasores. Os relatos dos Kambeba do rio Jandiatuba em torno desta temática apresentam a posição de enfrentamento com que os agentes invasores se apresentam aos indígenas quando estes solicitam a saída daquelas de seus territórios. As respostas em justificativa à presença e uso dos bens naturais desta localidade fazem referência à inexistência de proprietários individuais ou a condição de serem terras públicas. Acerca do entendimento do que seriam as “terras da União” que eles têm conhecimento,

A madeira começou que se descuidavam, descuidavam, aí inventaram da tal de terra da união. Quando eles inventaram, até foi o tempo que o Sansão foi prefeito aqui em SPO, aí ele que inventou esse negócio de terra da união, aí faziam aqueles mutirão de motosserra. **Terra da união é que todo mundo mete a mão**. Era isso que falavam. Aí eles se danaram, desbulhou e todo mundo meteu a mão mermo, pessoal entraram. E de lá não parou mais não, é todo tempo. Trabalham muito por aí. Aí pra dentro tem muito nos afluentezinho, no rio mesmo. Ninguém não cuida aqui, ninguém não repara nada não. (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016, grifos nossos).

Uma das assimetrias entre interesses e ideologias que podemos destacar entre os sujeitos envolvidos são as diferentes concepções e interpretações que estes conferem a um determinado espaço territorial, o rio Jandiutuba, por exemplo, e os bens naturais ali dispostos (Quadro 4). Utilizando as categorias de direito de propriedade envolvidos em relação ao manejo dos recursos de propriedade comum (FEENY et al, 1990), podemos inferir de forma relacional que enquanto os indígenas moradores da calha do rio o veem como propriedade comunal, agentes externos que trabalham na extração do ouro ou na pesca ilegal o veem como propriedade de livre acesso e poder público municipal o vê como propriedade estatal, passível de licença de operação e uso aos sujeitos que lhe solicitarem. Tem-se formado o cenário de ataques aos direitos constitucionais dos povos indígenas ali estabelecidos, não consultados em nenhuma instância, formal ou informalmente, acerca das atividades garimpeiras.

Quadro 4 - Manejo dos bens naturais conforme modalidades de propriedade

MANEJO DOS BENS	Formas de acesso	Exclusividade ao uso	Regulação
DIREITOS DE PROPRIEDADE			
Livre acesso	Desregulado, livre e aberto a qualquer pessoa	Tendência à degradação	Demandas excedem capacidades de resiliência dos ecossistemas
Propriedade comunal	Igualitário; usuários interdependentes; acordos; ação externa é excluída	Comunidade organiza e monitora o uso dos bens e seus níveis; o sucesso é a regra, e não a exceção	Comunidade cria e implementa regimentos e acordos coletivos acerca dos direitos de uso
Propriedade privada	Exclusivo e transferível	Pode ser total ou compartilhada a partir da ação do mercado; não resolvem o problema	Incentivo para exploração racional dos bens (recursos); racionalidade econômica pode diferir da ambiental (ex.: petróleo)
Propriedade estatal	Exclusivo ao governo; permissividade sob aprovação	Administração estatal traz exclusividade; decisões governamentais podem afetar gravemente (ex.: RENCA)	Não é garantia integral de um uso sustentável; conflitos de interesses entre gestões e instituições

Fonte: FEENY *et al* (1990).
Org.: RADAELLI, 2018.

O fato de veios hídricos serem de propriedade e gestão da União traz confusões e sobreposições de tomadas de decisão quanto ao uso destes recursos, o que pode resultar nas assimetrias de poder e conflitos entre os sujeitos sociais envolvidos, sobretudo em se tratando de sujeitos de direitos coletivos como povos originários. Esta dimensão está intimamente ligada à formação do Estado moderno que constituiu e é defensor do individualismo jurídico, pautado na propriedade privada e nos contratos estabelecidos entre indivíduos, o que vai na contramão da concepção de direitos coletivos, este sim adequado à realidade dos povos indígenas (SOUZA FILHO, 2003). Centra-se nesta questão a importância do território para que sejam reconhecidos e garantidos os direitos coletivos dos povos originários tal como os Kambeba do rio Jandiatuba.

Um exemplo desta tentativa de não reconhecimento de direitos coletivos foi a discussão do chamado “marco temporal das terras indígenas”, suscitado após os recursos apresentados por recorrentes aos processos de territorialização das terras Raposa Serra do Sol (RR), em 2009, e Guarani-Kaiowá (MT), em 2014, junto ao Supremo Tribunal Federal. Após estes dois casos emblemáticos, a discussão do marco temporal retornou à tona na discussão dos processos que envolvem a demarcação de outras três TIs. Em cada um dos casos, a Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA foi ganhando peso e força política para influenciar as discussões no Supremo. Ela representa o núcleo duro dos responsáveis pelas maiores ofensivas aos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais dos últimos anos⁶⁴.

Popularmente conhecida como bancada ruralista, a FPA é institucionalmente composta por 15 parlamentares que assumem cargos internos de presidência, vice-presidência, secretaria e coordenações temáticas, mas que é capaz de reunir 207 parlamentares que direta ou indiretamente se relacionam com o tema e colaboram com a organização política no cerne do Congresso. Segundo o sítio da bancada⁶⁵, seu objetivo é ampliar as políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional, tendo como prioridades a “modernização” das legislações trabalhista, fundiária e tributária,

⁶⁴ “Bancada ruralista já propôs 25 Projetos de Lei que ameaçam demarcação de terras indígenas e quilombolas”, disponível em <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/11/bancada-ruralista-ja-propos-25-projetos-de-lei-que-ameacam-demarcacao-de-terras-indigenas-e-quilombolas/>; “Projeto ruralista que altera Estatuto do Índio e cria lei antidemarcação pode ser votado na Câmara” <https://www.cimi.org.br/2018/05/projeto-ruralista-que-altera-estatuto-do-indio-e-cria-lei-antidemarcacao-pode-ser-votado-na-camara/>

⁶⁵ <http://www.fpagropecuaria.org.br/>, acessado em 18 de janeiro de 2018.

além da “regulamentação da questão de terras indígenas e áreas de quilombolas, para garantir a segurança jurídica necessária à competitividade do setor.”. Além de deixar claros seus objetivos políticos em prol de seu *campo*, afirma-se como “exemplo de grupo de interesse e de pressão bem sucedido” sendo o “mais influente nas discussões, articulações e negociações”.

Embora a FPA não esteja diretamente ligada com os setores políticos da mineração ou garimpagem, sua atuação incisiva em torno dos objetivos economicistas do setor a que está a serviço beneficia aos demais que percebem toda e qualquer racionalidade diferente da hegemônica – tal como a dos povos e populações autóctones – como entraves ao desenvolvimento ou “muita terra para pouco ‘índio’”. A rede parlamentar formada (Figura 28) dá a dimensão dos tentáculos que se formam entre os campos de atuação e interesse dos grupos políticos no interior do legislativo.

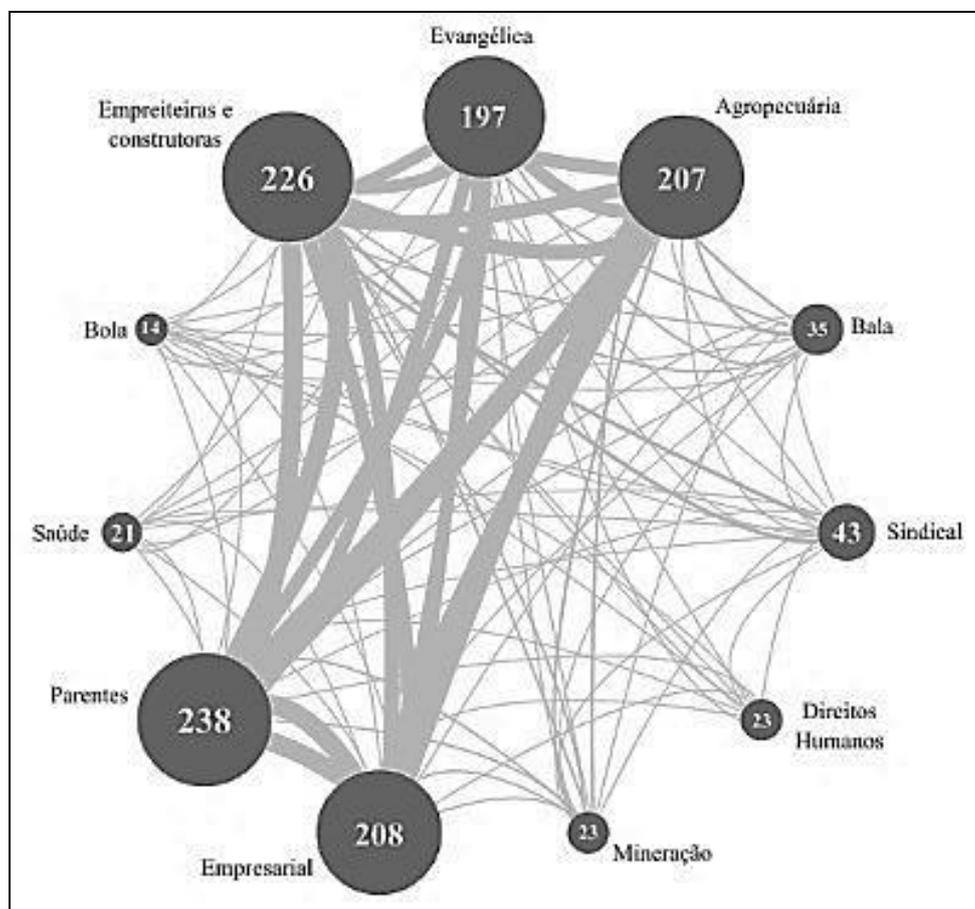
Uma das expressões máximas dos riscos destas articulações em favor do grande negócio, do capital estrangeiro e da “regulamentação” das terras tradicionalmente ocupadas que a FPA se refere é a proposta de emenda constitucional PEC 215/2000, que altera a esfera de competência para a demarcação destes territórios: transferir a responsabilidade das discussões, homologações e decretos de demarcação do poder executivo, como é realizado atualmente, para o poder legislativo. Ou seja, o Congresso nacional seria o ente decisivo para aprovar ou reprovando pedidos de demarcações, bem como alterar em delimitação ou categoria os atuais territórios já demarcados.

Ora, se os maiores grupos políticos organizados são claramente contrários aos direitos coletivos de indígenas, quilombolas e demais povos e populações tradicionais, fica evidente a gravidade caso esta proposta de emenda venha a ser aprovada. Os interesses econômicos por tais territórios prevalecerão ferindo a autonomia territorial e política dos povos e violando convenções internacionais as quais o Brasil é signatário, como a 169 da OIT, que garantem seus direitos. Portanto, o cenário é, no mínimo, alarmante para os movimentos sociais e ambientalistas: de um lado, diversas articulações institucionais para desidratar e dismantelar os órgãos públicos responsáveis pela democratização do acesso à terra e pela defesa dos direitos de minorias socioambientais, como Funai e Incra – que já funcionavam a duras penas⁶⁶; de outro, o

⁶⁶ Dentre as articulações, estão a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI para investigar as atuações da Funai e do Incra na demarcação de terras de povos. O relator da CPI é o deputado Nilson Leitão (PSDB-

grande capital avança sobre as terras tradicionalmente ocupadas conforme seus interesses exploratórios, cometendo violações aos direitos humanos e genocídios.

Figura 28 - Redes de interesse das bancadas parlamentares do Congresso Nacional



Fonte: Agência Pública⁶⁷, 2016.

Tal influência que a FPA tem pode ser confirmada quando se compara a celeridade dos processos que envolvam as referidas “regulamentações” quanto a terras indígenas e quilombolas. A respeito das terras indígenas, o principal argumento impetrado é o da temporalidade da ocupação das terras, a qual deve se guiar pela data de 05 de outubro de 1988, de promulgação da Constituição Federal. Este argumento é um dos quatro critérios criados pelo Supremo (2009) para reconhecer determinada localidade como terra indígena, e categoriza como terra indígena as que tiveram efetiva

MT) que compõe o grupo político da Frente Parlamentar da Agropecuária. O texto evidencia a investigação de servidores públicos, lideranças sociais e antropólogos.

⁶⁷ Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>.

ocupação pelos povos na data da promulgação da Constituição, não se caracterizando como tais as terras demarcadas após este marco temporal.

A dúvida constitucional deste critério é clara ao deparar com os parágrafos primeiro, segundo e quarto do Art. 231 da Constituição os quais deixam claro a habitação em caráter permanente, porém sem referência a uma data de marco,

Art. 231. § 1º **São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente**, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. [...]
§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. (BRASIL, 1988)

A imprecisão desta lógica como um dos critérios de caracterização de uma terra indígena é ainda não considerar as históricas e recorrentes expulsões dos povos de suas terras por interesses privados, de latifundiários ou empresários, ou públicos quando se refere a grandes obras de infraestrutura que necessitaram “passar” pelas terras indígenas. Exemplos disto, dentre tantos, são a BR-174⁶⁸ e a UHE de Balbina invadindo o território dos Waimiri-Atroari, conforme discute Schwade (2012)⁶⁹, a remoção dos Panará para a construção da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, e a expulsão dos Pataxó Hãhãhãe de suas terras na Bahia pela elite produtora de cacau, como relata Souza Filho (2003). A respeito disso, Pegorari (2017) e Viegas (2017) colaboram apontando outros aspectos necessários de consideração, mas que a decisão os tornaram irrelevantes,

A verdade é que o estabelecimento arbitrário da referida data carrega o vício da anti-historicidade, ignorando o passado indigenista brasileiro e o caráter originário de seus direitos, assim como o histórico compartilhado das graves violações dos direitos humanos desses povos por parte de particulares e do próprio Estado. (PEGORARI, 2017).

⁶⁸ Rodovia que liga Manaus à Boa Vista, Roraima.

⁶⁹ Ver também documento do Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas (2014).

A interpretação que estabelece a promulgação da Constituição de 1988 como limite temporal para estagnação dos espaços territoriais destinados aos povos indígenas desconsidera o efeito que a própria inovação normativa trouxe a essas comunidades a partir de suas mobilizações antes da Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e da Convenção 169/OIT. (VIEGAS, 2017).

Os múltiplos interesses por parte do grupo étnico para a demarcação legal do território se centram em questões identitárias e de reafirmação. Contudo, face à constante ameaça exógena aos bens naturais de propriedade comum ali dispostos, e simbolicamente à sua cultura, a discussão da demarcação envolve também questões acerca da segurança ambiental, étnica e cultural do povo e o interesse pela tutela do Estado como meio de garantir a defesa de seu território – ainda que esta tutela seja complexa, exerce uma função regularizadora e de mediação intercultural e política (OLIVEIRA, 2004) e, por vezes, dispensável aos olhos dos Kambeba, que acreditam que “a Funai não faz nada por nós”.

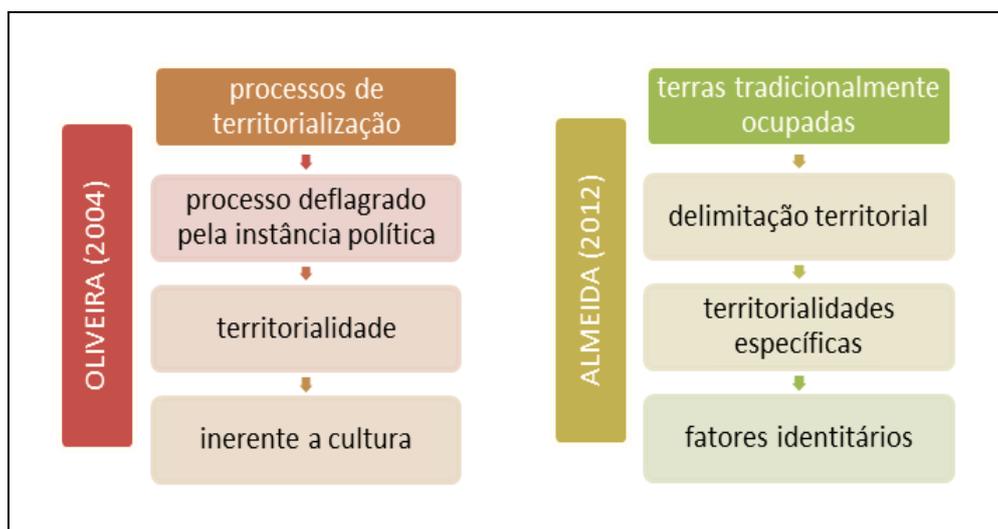
Tanto ficava bom pra nós, como pra eles [munícipes] também porque a gente tá preservando. A gente mora aqui há muito tempo. Eu falo pra meus filhos plantarem... Eu não vou mais sair daqui porque já tô com essa idade, né, então eles tem que plantar. Mandioca, fruta... Fazerem um sítio. Porque nós não tem terra lá fora [município], só temos aqui mesmo. (B. R. A., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Para Oliveira (2004), enquanto as territorialidades são inerentes a cada cultura, a *territorialização* é um processo social desencadeado pela instância política, sendo um movimento pelo qual, por exemplo, comunidades indígenas se transformam em coletivos organizados, dotados de identidade própria, operando mecanismos de representatividade e organização social e ressignificando suas culturas – inclusive suas relações com o meio ambiente. Podemos inferir, portanto, que as territorialidades são partes integrantes dos *processos de territorialização*. Embora seja desencadeado pela instância política, o autor faz a ressalva de que o processo “não deve jamais ser entendido como de mão única, dirigido externamente e homogeneizador”, uma vez que tem caráter dialético, pois os grupos se apropriam do processo de acordo com seus interesses e crenças prioritários.

As *territorialidades específicas* que Almeida (2012) traz à discussão são importantes casos para a compreensão socioantropológica do que se infere como *terras tradicionalmente ocupadas*: terras indígenas, terras de quilombos, comunidades ribeirinhas e babaçuais livres, por exemplo. Ou seja, terras “controladas de modo efetivo pelas suas respectivas comunidades ou pelas formas organizativas que lhes correspondem”, como movimentos, associações, cooperativas ou sindicatos. Almeida faz esta discussão no âmbito dos interesses e impactos com relação ao processo galopante de reestruturação fundiária na Amazônia, considerando os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e o mercado especulativo de terras.

O autor afirma que este cenário tem afetado de maneira profunda a consolidação das territorialidades específicas, mas os efeitos ainda não podem ser estimados com propriedade. Uma possível saída para esta armadilha, a seu ver, é o emergir de formas organizativas mais autônomas e interligadas, apoiadas em mobilizações que denunciem a limitação do Estado na aplicação das normas jurídicas e, ao mesmo tempo, visualizem instrumentos políticos que assegurem os direitos territoriais que historicamente tem sido usurpados, contudo escapando do risco da tutela – o que pode limitar e/ou abafar a autonomia dos grupos na gestão de seus territórios. Pode-se perceber que a saída apontada por Almeida (2012) se aproxima da noção de territorialização de Oliveira (2004) que, dialeticamente, age como construtora e afirmadora da identidade étnica individualizada de uma específica comunidade.

Figura 29 - Territorialização e territorialidades



Fonte: Baseado nos autores citados.
Org.: RADAELLI, 2018.

Para Oliveira (2004), os processos identitários devem ser visualizados em contextos específicos e compreendidos como atos políticos. Os movimentos de reconhecimento intra e inter-étnicos foram acompanhados pelo reconhecimento destes pelas políticas de Estado que, desde a promulgação da Constituição de 1988, garantem direitos originários antes renegados ou relevados. Além disso, promoveram o acesso a bens e serviços básicos considerando suas especificidades e ampliando sua renda para uma maior possibilidade de manutenção das formas de reprodução da vida social e de sua própria existência. Neste pacote de direitos, encontram-se os relacionados a seus territórios e os bens naturais dispostos neles, garantindo a manifestação de suas territorialidades.

Contudo, a reivindicação territorial passa a não mais ser ouvida pelo Estado à medida que a área originária em questão apresenta interesses econômicos maiores e pressões políticas (SOUZA FILHO, 2003) para se fazer valer o uso econômico e especulativo destas terras, o que torna de difícil garantia a aplicação desta legislação. O aparente (ou suposto) desinteresse do Estado em solucionar certas questões envolvendo os direitos coletivos indígenas nos apresenta como sendo composto por claros e direcionados interesses da concentração de forças político-econômicas que o compõe. Esta seria uma das faces da *ausência-presente* do Estado.

Neste contexto de luta por reconhecimento e pelos direitos originários, inclui-se a variável não menos importante, e possível catalizadora de conflitos socioambientais, que é a atividade garimpeira na calha do rio Jandiatuba, cujo qual se configura como imprescindível para a vida ribeirinha não somente das comunidades Kambeba ali localizadas, como também de comunidades Tikuna vizinhas, localizadas no início da calha no território demarcado da TI Nova Esperança do Rio Jandiatuba, homologada em 2004.

Seja por ter uma diferente concepção de propriedade ou por conviência à medida que a exploração lhe beneficia de diversas maneiras, o poder público municipal, articulado com o estadual, vale-se do baixo nível de capital político na mobilização coletiva dos povos afetados pela garimpagem, tendo ainda como amparo a institucionalização de medidas que fomentam este tipo de atividade econômica, tal como a Lei de licenciamento citada anteriormente, com base no progresso econômico que ela proporciona, bandeira levantada pelos últimos governos do estado do

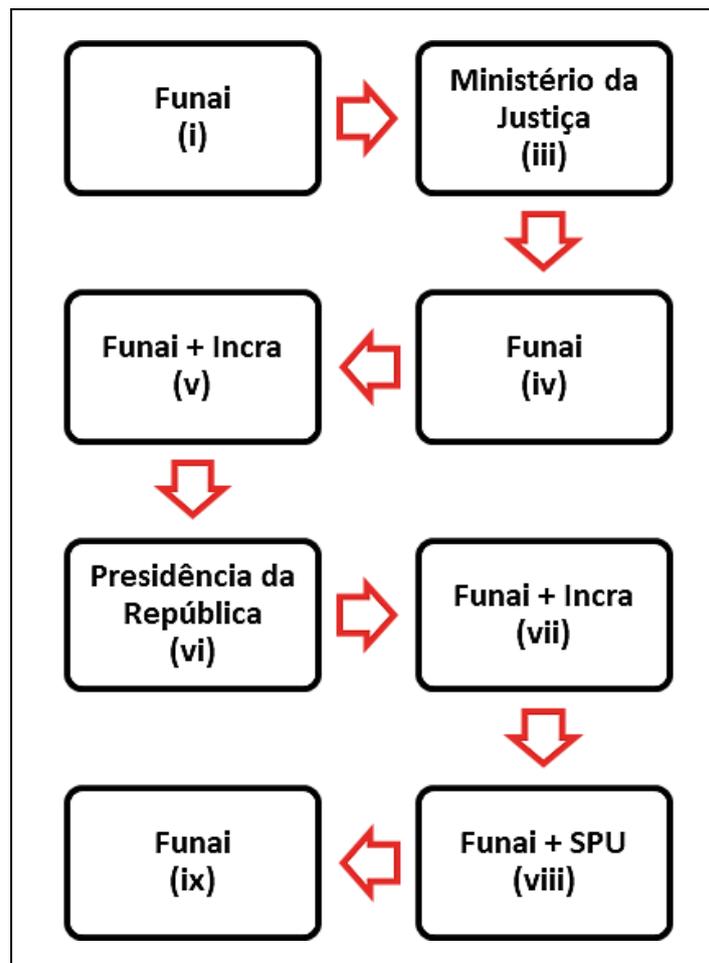
Amazonas. Oriundos deste processo, os conflitos socioambientais podem ser pensados como reflexo desta *ausência-presente* do Estado, marcada por (des)interesses.

Dois dos reflexos desta conjuntura de *ausência-presente* do Estado conforme os interesses dos grupos políticos no poder são, por um lado, a dificuldade e burocracia de demarcação de terras indígenas e, por outro, os recentes movimentos de desidratação da Funai, que já dispunha de um quadro técnico e orçamentário bastante limitado. O ato da demarcação de território tradicionalmente ocupado por povos indígenas contatados é garantido pelo Decreto nº 1775/96 e de competência do poder executivo. Segundo consta (BRASIL, 1996), deve seguir as seguintes etapas básicas: 1 estudos de identificação e delimitação, realizados por corpo técnico para estudo antropológico; 2 registro do contraditório administrativo⁷⁰; 3 declaração dos limites territoriais; 4 demarcação física; 5 levantamento fundiário e cadastro dos ocupantes não-indígenas; 6 homologação da demarcação; 7 deslocamento e reassentamento dos ocupantes não-indígena, podendo inferir em indenização e/ou desapropriação; 8 registro da terra indígena na Secretária de Patrimônio da União; e 9 interdição da área para proteção étnico-territorial.

O trajeto institucional para realização de cada uma das etapas supracitadas é longo e tortuoso, envolvendo diversas instâncias do poder público federal e, em muitos casos, mais de uma instituição (Figura 30). De acordo com a Funai, em situações como de conflitos internos irreversíveis, impactos de grandes empreendimentos ou eventuais impossibilidades técnicas de reconhecimento do território tradicionalmente ocupado, o órgão age conforme o previsto na Lei 6.001/73 e reconhece o direito territorial das comunidades na categoria de Reserva Indígena. O órgão classifica estas situações como “casos extraordinários”, contudo a realidade nos aponta que não são tão extraordinários assim e dificilmente é conquistada a categorização de Reserva Indígena.

⁷⁰ Segundo Di Pietro (2012), o princípio garante que a outra parte possa ser ouvida e ter direito de resposta quando uma das partes alega ou protesta algo. Disto resulta o caráter dialético do processo, caminhando com diversas contrariedades ao longo do mesmo.

Figura 30 - Caminho institucional da demarcação de terras indígenas



Fonte: Baseado no Decreto n° 1775/96.
Org. RADAELLI, 2018.

A baixa celeridade dos processos, para além das diversas instâncias envolvidas e a burocracia do Estado, é influenciada pelos diversos (des)interesses fundiários nas localidades que tem a demarcação exigida pelos povos. Sobretudo quando esta localidade possui recursos naturais ou localização estratégica para a exploração ou especulação do grande capital. A respeito disso e em crítica à política indigenista do Estado, Ribeiro (1962) *apud* Davis (1978) defende que algumas pressões econômicas são tão contundentes que até mesmo o destino dos mais isolados territórios indígenas podem ser determinados por pequenas alterações na sociedade brasileira ou flutuações de mercado na economia. As diversas fases da economia da borracha na Amazônia brasileira são exemplos.

Muito mais do que as garantias da lei, é a falta de interesse econômico que garante ao índio a posse do nicho em que vive. A descoberta de qualquer coisa que possa ser explorada é sinônimo do dia do juízo final para os índios, que são pressionados a abandonar suas terras, ou chacinados dentro delas. E as descobertas econômicas não precisam ser excepcionais para que os índios sejam saqueados. (RIBEIRO, 1962 *apud* DAVIS, 1978, p. 41)

Ao ser questionada acerca do futuro esperado por ela com relação ao território das comunidades Kambeba no rio Jandiatuba, uma liderança entrevistada, ao passo que é otimista, também a relativiza trazendo a realidade da luta pela demarcação para a garantia da segurança territorial.

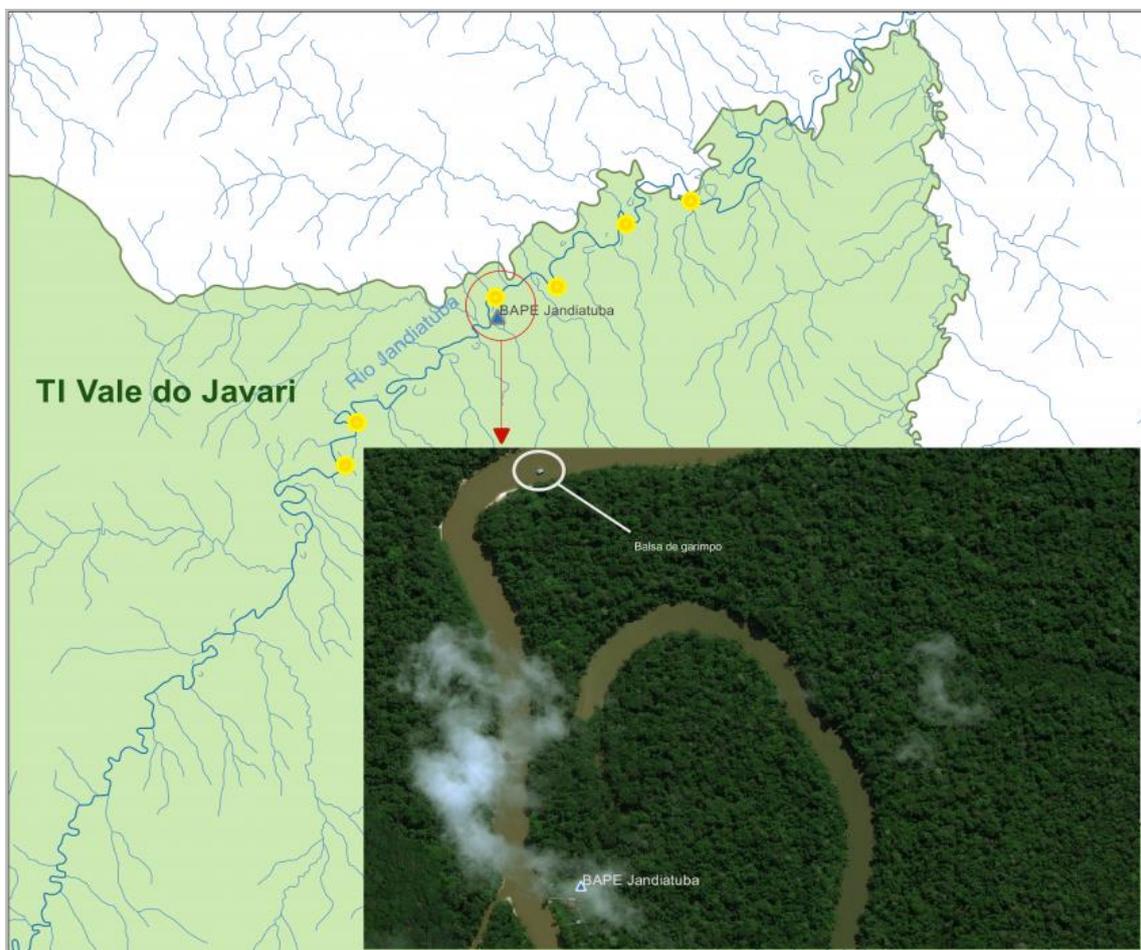
Acredito e vou continuar acreditando primeiro na nossa demarcação, e pro futuro ensinando as crianças e jovens como se trabalha na biodiversidade, na roça. Esse é nosso modo de viver e de ver as coisas. A partir do momento que eu entrei na luta, eu vou lutar até morrer. Falo isso pra mulher e pros filhos. Não perco a esperança e não vou perder. Os parentes Tikuna dizem assim ‘você sabem quanto tempo nós lutamos pra conseguir a demarcação das nossas terras? Vinte anos! Lutando, indo em Brasília, brigando mesmo pra nós conseguir’. Então tenho colocado isso, nós ainda estamos no início ainda! Eles [Tikuna] brigaram vinte anos, quem sabe nós não vamos ter que brigar trinta [anos] pra chegar? Então vamos lutar, nós não vamos deixar isso desvanecer do que já começamos. Daqui pra frente é se organizar mais. A luta é essa. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Em concomitância com o longo processo de demarcação que pode durar décadas, surge o agravante das forças políticas que desarticulam o órgão indigenista pela desidratação de recursos orçamentários e técnicos para apoio na gestão das já existentes terras indígenas e o atendimento das demandas cada vez mais crescentes de demarcação de terras, visto o empoderamento dos movimentos sociais indígenas de auto reconhecimento e luta pelos direitos originários, inclusive a terra. Segundo Ribeiro & Amorim (2017), a atual baixa de recursos especificamente das Frentes de Proteção Etnoambiental – FPEs da Funai foi de 17% com relação a 2009. Em dados levantados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc⁷¹, o corte do orçamento da Funai para despesas discricionárias foi de 54,8%. Para além da desidratação financeira, houve corte nos recursos humanos em quase 20% de cargos comissionados. Ribeiro &

⁷¹<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/maio/politica-anti-indigena-avanca-funai-tem-corte-de-mais-de-50-no-orcamento>.

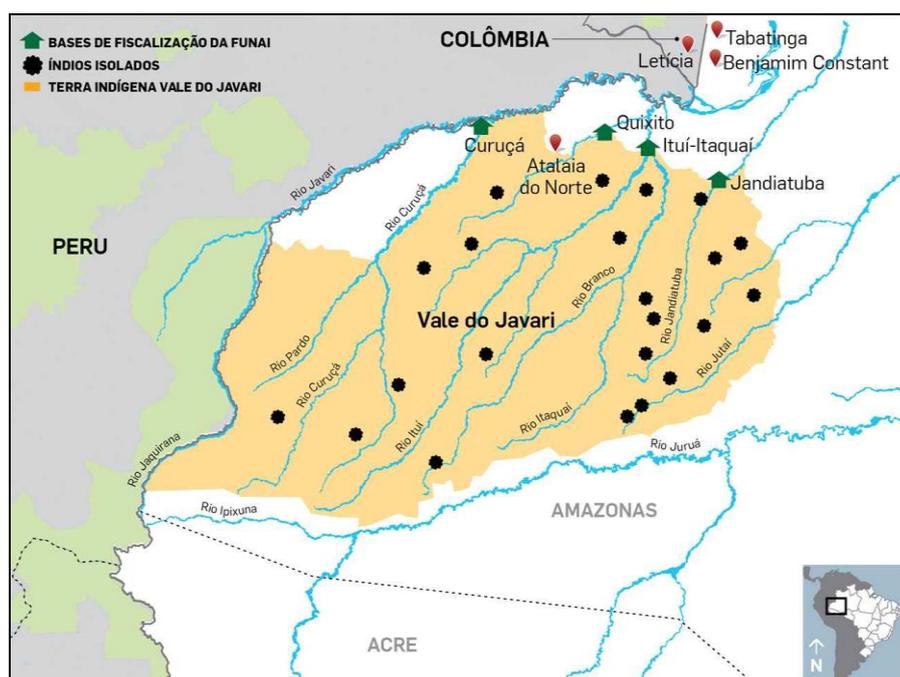
Amorim (2017) apontam que para as FPEs, a relação de recursos humanos disponíveis é de um servidor para cada 300 mil hectares de terras indígenas. Por conta destes fatores, oito das vinte e sete Bases de Proteção Etnoambiental, localizadas estrategicamente em pontos da Amazônia Legal, encontram-se desativadas por falta de recursos financeiros ou humanos. Dentre estas Bases, a localizada no rio Jandiatuba, na porção interior da TI Vale do Javari, encontra-se desativada (Figura 31). Segundo os Kambeba entrevistados, ela se encontra paralisada desde 2008 e poderia ter sido uma importante ferramenta, ainda que simbólica, para desencorajar os invasores e suas atividades garimpeiras se estivesse em funcionamento e com servidores em vigilância.

Figura 31 - Base da Funai e pontos do garimpo no Alto Rio Jandiatuba



Fonte: Centro de Trabalho Indigenista – CTI. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/nota-de-repudio-acao-garimpeira-e-possivel-genocidio-de-indigenas-isolados-no-rio-jandiatuba/>.

Figura 32 - Identificação de povos isolados e bases da Funai na TI Vale do Javari



Fonte: Racismo ambiental, 2017⁷².

Diante dos obstáculos financeiros, técnicos, burocráticos e de interesses difusos, uma saída para a garantia da demarcação territorial e defesa étnica seria o processo de autodemarcação dos Kambeba e de outros povos no aguardo da oficialização de seus territórios? Pode não representar a melhor das opções pensando institucionalmente à luz do direito moderno, contudo em que medida o direito moderno representa efetivamente a cultura dos povos indígenas? E uma vez que não representa ou representa parcamente, por qual razão não seria possível legitimar os movimentos de autodeterminação e autodemarcação territorial?

Neste sentido, Neves (2003) traz um relato de exemplo de autodemarcação da etnia Kulina na região do Alto Rio Purus, no estado do Acre, como uma das primeiras iniciativas para tal cumprimento da reivindicação que se perdurava por anos. Diante das ambiguidades legais, desinteresses, burocracias e inoperâncias por parte do Estado e sua obrigação constitucional de reconhecimento, os índios Kulina assumiram a função instalando placas e marcos que indicavam os limites da terra. Ainda que estes instrumentos de sinalização estivessem fora dos padrões oficiais expedidos pela Funai e governo federal, segundo o autor, eles serviram para afirmação territorial e afugentou a

⁷² Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2017/05/01/amazonia-indigena-cerco-aos-isolados/>.

população regional que invadiam a área. O exemplo dos Kulina do Alto Purus relatada na assembleia geral do povo de 1990 inspirou os Kulina do Rio Juruá, Amazonas, a fazerem o mesmo. Ainda que as terras dos Kulina do Rio Juruá estivessem delimitadas em 1988, não havia previsão de demarcação e a área era invadida com constância por madeireiros, pescadores e seringalistas⁷³ que não a reconheciam como território indígena.

Além de incentivarem seus parentes de outras aldeias, os Kulina influenciaram o mesmo movimento por parte dos Kanamari e dos Deni, seus povos vizinhos, além de outras autodemarcações por diversas regiões do país. No caso dos Deni e Kanamari, a metodologia foi a mesma dos Kulina de abrir caminhos na mata ao passo que estacas iam sendo plantadas para delimitar as terras. Neves (2003) afirma que o desfecho foi o reconhecimento e legitimação pelo relatório antropológico dos limites que a autodemarcação promovida pelos Kanamari estabeleceu.

Para além da importância do protagonismo dos próprios indígenas interessados na demarcação e o “fazer justiça com as próprias mãos”, a autodemarcação como ato é também uma estratégia política como que para chamar atenção e obrigar o Estado a cumprir sua parte no processo de reconhecimento de seus direitos territoriais originários. Poderia se estabelecer relação desta estratégia com aquela adotada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST de ocupação e assentamentos provisórios em terras comprovadamente griladas, devolutas e/ou sem função social. A ocupação se dá exatamente como estratégia de se fazerem vistos e ouvidos na luta da democratização do acesso à terra e contra a concentração fundiária.

No caso dos Kambeba do Jandiatuba, o órgão indigenista tem conhecimento e identifica aquelas comunidades como Kambeba, contudo não dispõe de recursos para solicitar o início das etapas de demarcação, a começar pelos estudos técnicos-antropológicos. Isto se confirma com a fala de uma liderança local,

⁷³ Diferentemente do seringueiro, que é o trabalhador extrativista tradicional autônomo, a pessoa do seringalista representa a figura de um proprietário de terras (a história mostra que muitas delas controladas sem titulação ou adquiridas por processos de grilagem) que controla a produção e comercialização do látex da borracha produzido nos seringais amazônicos.

Eu já procurei resposta deles lá [Funai] que não vai ter medição. A Funai nunca veio, promete de vir, mas não vem. A gente só é identificado como Kambeba. (L. E. A, pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

A nossa dificuldade, eu tenho visto assim, pelos nossos representantes legais. Porque nós aqui a gente tá lutando, não perder esperança de que um dia pode ser demarcada, e dentro disso a gente não quer elevar o conhecimento ‘ah a Funai é órgão que demarca terra’, mas a gente já **teve informação de que quem demarca terra são as próprias comunidade né, elas que tem que ver onde é, o que querem, o que fazem ali dentro pra poder ser demarcado.** Então o que vejo é isso. Falta mais pra ser demarcado, a gente se integrar, os moradores se aproximarem, pra que a gente possa trabalhar mais unidos e possa acontecer a demarcação. A dificuldade pra demarcar é isso e por ter poucas famílias aqui. Porque digamos assim, aqui tá registrado como comunidade, mas são quatro [famílias] aqui, quatro no Bacaba, e uma no Pinã. (L. A. R., pescador Kambeba, pesquisa de campo, 2016, grifos nossos)

Este aspecto denota a fragilidade da segurança étnica e ambiental dos indígenas de qualquer localidade na Amazônia, ainda que garantidos territorialmente em suas terras demarcadas como o caso das diversas etnias do Vale do Javari. Então surge o questionamento: em que medida a demarcação da terra, e conseqüentemente as políticas de proteção ou tutela por parte do órgão indigenista do Estado, é garantia de autonomia, segurança e autodeterminação das etnias? Almeida (2012) faz a ressalva dos riscos inerentes à condição de tutela jurídica das terras indígenas por ser caracterizada pela ambigüidade entre “proteção” imposta a quem é visto como mais frágil – ou seja, sob um olhar hierarquizante de forças e capacidades – e “submissão” pelo Estado que se encarregam de representar ou encobrir o tutelado.

Arisi & Milanez (2017) apontam parte dessas fragilidades problematizando, sobretudo, o papel da Funai como aparelho de Estado local no âmbito das relações interétnicas no interior da TI. Ao passo que a Funai declara como “conflitos históricos” as relações entre os Matis e os Korubo em eventos que envolveram mortes de indígenas de ambas as etnias, as etnias desvelam que as violências em ações de contato e pós-contato praticadas nas últimas quatro décadas tem muita influência a situação atual do Vale do Javari, além de suas cobranças por ações efetivas do órgão no âmbito de que, especificamente os Matis, segundo os autores, passam por um “processo de descolonização da relação com o Estado nacional”. Para além das ações de contato com povos autodeterminados a serem isolados, o órgão indigenista releva o fato de que as

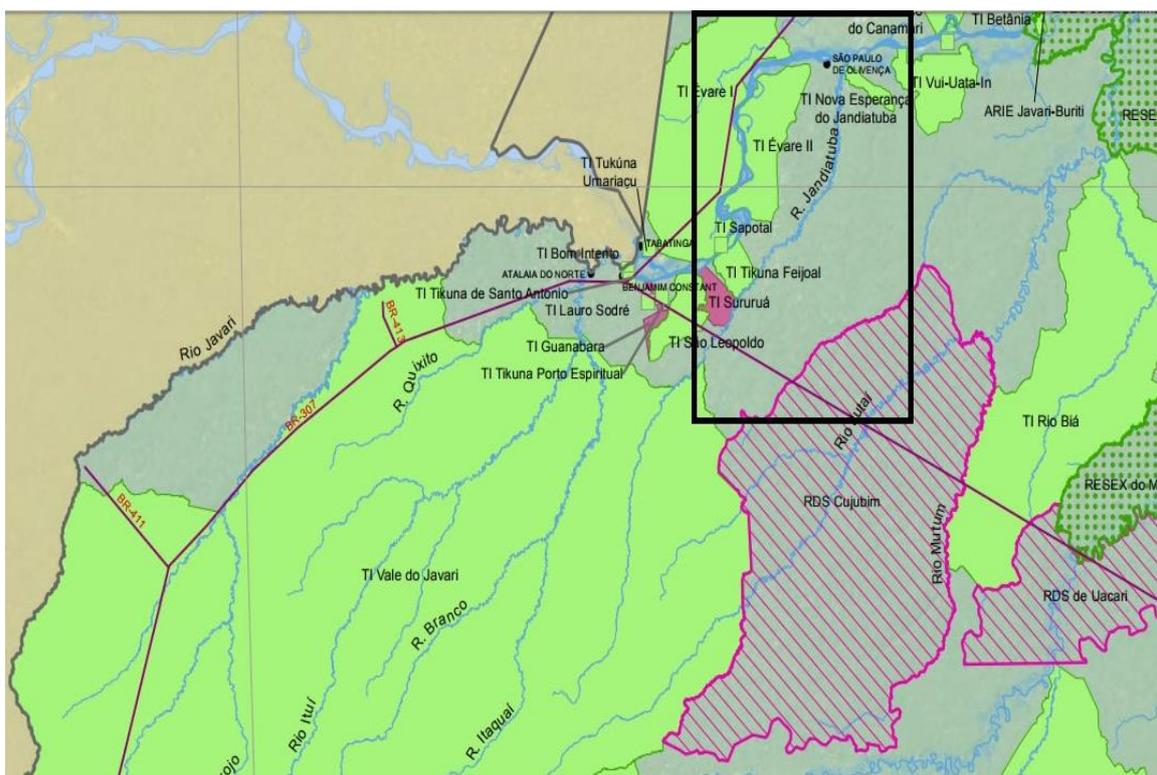
relações entre ambas as etnias, e delas com as demais residentes da TI, foram estabelecidas em razão de invasões ao território – este sendo muitas vezes sendo o próprio Estado e seus interesses, como o caso da Petrobras realizando pesquisas de exploração de petróleo na região na década de 70.

Se entre os Matis e os Korubo a relação se estabelece, também, em razão dos interesses do Estado em projetos de infraestrutura, como a prospecção de petróleo, na demarcação da terra e a invasão de pescadores e madeireiros, por falta de fiscalização da terra indígena, assim como pela disputa intensificada pelos materiais e objetos disponibilizados pela Funai e pelas relações dos Matis com os agentes do Estado, é surpreendente que, em certo momento, o Estado “desapareça”, como por um passe de mágica, da relação histórica com os povos que vivem no Vale do Javari. (ARISI & MILANEZ, 2017).

Guardadas as proporções, podemos estabelecer analogia à relação entre os Kambeba e os Tikuna do baixo rio Jandiatuba, que, embora as eventuais divergências, estabelecem laços cooperativos frente à invasão de seus territórios por parte dos garimpeiros a procura do ouro do Jandiatuba. Assim como a TI Vale do Javari, no alto Jandiatuba, a TI Nova Esperança dos Tikuna, no baixo Jandiatuba, é devidamente demarcada e ainda assim sofreram com as invasões. Entre elas, há o “vazio jurídico-territorial” da não demarcação do território Kambeba, localizado no médio Jandiatuba indicado pelo retângulo em preto da Figura 33. A Figura 34, que ilustra a atual situação fundiária da região da tríplice fronteira, corrobora com a expressão do “vazio” onde se encontram as comunidades Kambeba, localizadas em terras de “florestas não destinadas de domínio federal”.

Para os Kambeba, sua TI deve ser reconhecida e juridicamente delimitada segundo o georreferenciamento que consta no Protocolo de Reconhecimento Étnico do Povo Omágua-Kambeba a partir de sua proposta de autodemarcação territorial. Uma vez conquistado este direito, seria reduzido a zero o “vazio jurídico-territorial” a partir da existência de um contínuo e consolidado mosaico de Terras Indígenas, reforçando a segurança etnoambiental dos povos e seus bens naturais (Figura 35)

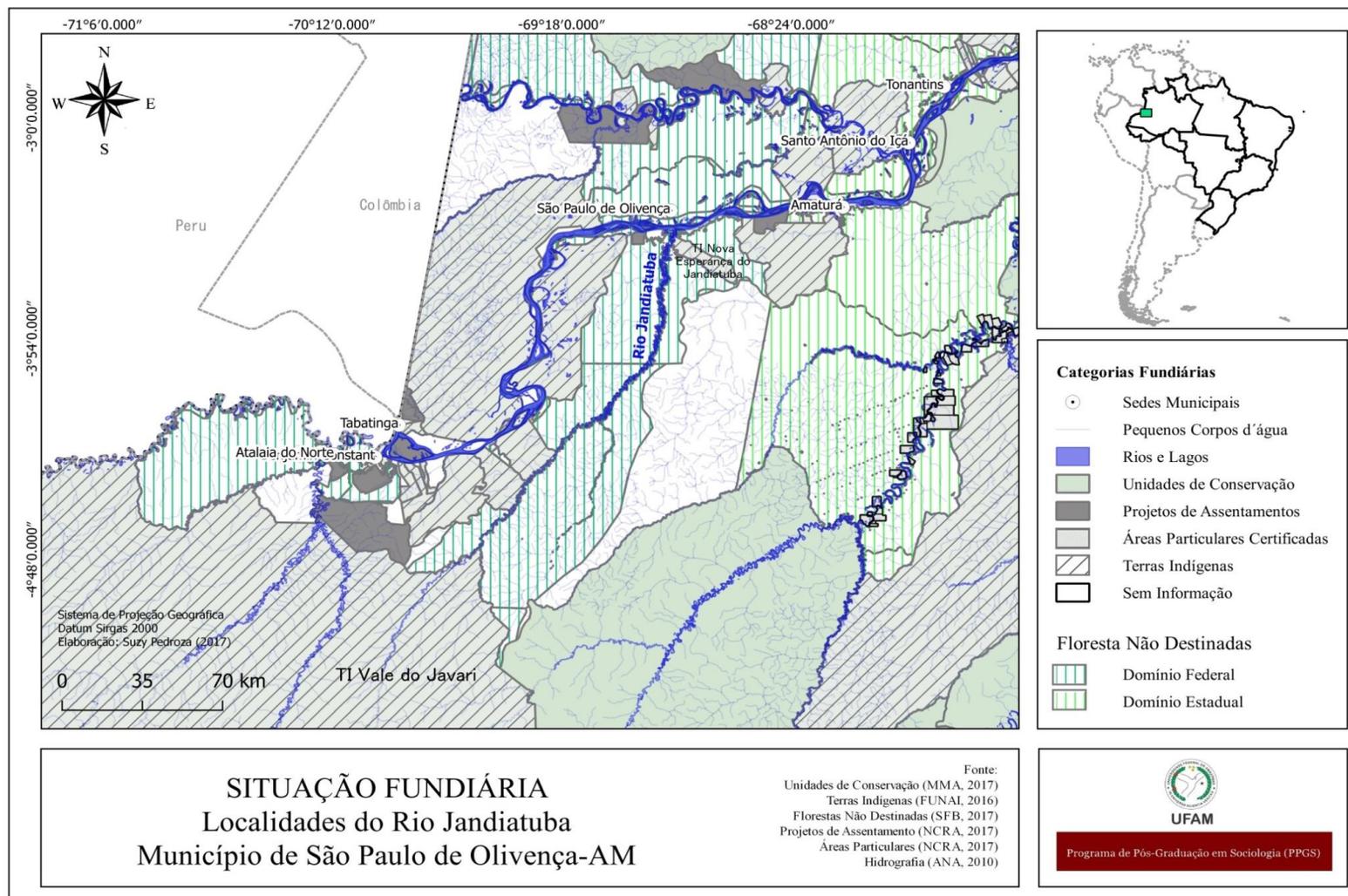
Figura 33 - O “vazio jurídico-territorial” do médio e baixo rio Jandiatuba



Fonte: Amazônia Real, reportagem de 08 de setembro de 2017⁷⁴.

⁷⁴<http://amazoniareal.com.br/garimpeiros-sao-suspeitos-de-matar-indios-flecheiros-no-vale-do-javari-diz-mpf-do-amazonas/>.

Figura 34 - Mapa de situação fundiária da região da tríplice fronteira, Alto Solimões



Elaboração: SILVA, 2018.

O relato de conversa de uma liderança com um invasor madeireiro deixa evidente o não reconhecimento de seus territórios:

Meu primeiro contato foi assim de conversar com eles numa boa né, e diziam pra mim que eu não mandava nada aqui, e diziam que terra indígena não existia, não existia terra indígena aqui, que ninguém tinha documento de nada e [por isso] eu não podia falar nada pra eles. (B. A. M., agricultor Kambeba, pesquisa de campo, 2016).

Ainda que devam ser feitas as relativizações necessárias quanto à tutela do Estado, a demarcação é importante aos olhos dos Kambeba e representa uma segurança sociocultural e ambiental, além da garantia de reconhecimento pelos invasores com relação às comunidades habitantes do rio Jandiatuba. Ainda que a própria TI Vale do Javari venha sofrendo constantes invasões.

Eu acredito [na segurança da demarcação] assim um pouco né, porque quem vai fazer essa segurança fazer valer vai ser o próprio dono das terras. Se demarcarem a terra pro povo Kambeba, e [também] pro Kaixana, Tikuna e Kokama, eu tenho certeza que eles vão ser o guardião da terra deles, apenas os poderes vão poder dar aquele apoio em segurança, mas quem faz mesmo a segurança [proteção] somos nós né. Porque nós vamos poder ter a segurança de dizer ‘a terra tá demarcada, quem manda aqui somos nós e vai ser desse jeito’. Porque como não tá [demarcada], eles [não indígena] dizem ‘ah, vocês tem que ser subordinado ao prefeito, a governo, aos órgãos porque a terra não é demarcada, só é apenas identificada e reconhecida. Então eu acho que a terra demarcada tem mais segurança sim. (R. E., liderança Kambeba, pesquisa de campo, 2017).

A dança de espelhos da demarcação do território indígena se materializa quando nos deparamos sob suas diversas faces, e estas, muitas das vezes, em configurações paradoxais. Fato este que converge com a contribuição de Almeida (2012), que afirma que os povos e comunidades tradicionais se encontram comprimidos entre a ineficácia das políticas de Estado para “proteção” e a crescente ofensiva sobre seus bens naturais, indispensáveis para sua vivência e sociabilidade, fomentada justamente pelas medidas “protecionistas”. Por analogia e imaginação sociológica, a imagem que se tem deste cenário é o de um milimétrico, porém constante, movimento de encontro entre estes dois largos muros de concreto que tem como força motriz as flexibilizações dos direitos indígenas por parte do Estado, espectral a seus olhos.

3.2. A *presença-presente* do Estado: elementos para a superação das ausências

Para se discutir os possíveis elementos para a superação das ausências, fez-se necessária a contextualização das condições socioeconômicas do Brasil e do Amazonas no âmbito da lógica historicamente exploratória do colonialismo, e, de maneira mais próxima a nós, da lógica neoliberal econômica de uso dos bens naturais, conforme já discutido. O ponto comum de todas as épocas é o interesse pela expansão do capital por meio da apropriação do trabalho e da natureza e a formação de novos mercados, resultando no processo de subdesenvolvimento das nações tropicais, sejam elas situadas historicamente nas épocas coloniais ou globalizadas.

Leff (2000) afirma que o subdesenvolvimento é resultado dos processos de degradação ambiental por que passaram os países do Sul⁷⁵ devido à sua dependência tecnológica com relação aos países do Norte e à deformação de seu próprio modelo de desenvolvimento, inadequado e despadronizado aos olhos dos países dominadores que os sujeitaram a condições históricas do processo de acumulação de capital inerente à racionalidade econômica. Contudo, pode-se afirmar que não somente a dependência tecnológica é pauta decisiva para a condição de países subdesenvolvidos, mas também a dependência política, do mercado e, sobretudo, cognitiva do Sul atrelado ao Norte. À medida que a dominação de um país ou região sobre o outro se intensifica, os saberes e culturas do dominado passam a ser questionados, invalidados e substituídos pela lógica homogênea do dominador.

O resultado ambiental desta colonização cognitiva é a utilização de técnicas, culturas agrícolas e manejo de recursos inadequados à realidade local, degradando os mecanismos naturais de equilíbrio e resiliência:

As transformações culturais geradas por este modo de exploração foram sepultando uma enorme quantidade de conhecimentos práticos elaborados durante séculos de experiência produtiva pelas comunidades autóctones destas regiões, os quais permitiram uma apropriação ecologicamente racional do meio ambiente. Desta maneira, o sistema capitalista rompeu a harmonia entre os sistemas naturais e as formações sociais. (LEFF, 2000, p. 26)

⁷⁵ O autor utiliza o termo “Terceiro Mundo”. Há, contudo, na literatura sociológica e afins, um conjunto diverso de conceitos para “classificar” o Sul: países subdesenvolvidos, emergentes, em desenvolvimento, periféricos, dentre outros.

Esta lógica se reflete na atual exploração do ouro pelos garimpos fluviais dos rios do Amazonas, pois a única ótica interessante e interessada é a de geração de divisas e a acumulação de capital em curto prazo, desconsiderando os passivos ambientais cumulativos nos ecossistemas fluviais e na cadeia alimentar, uma vez que a proteína animal das espécies de peixe é a base da cultura alimentar da população amazônica. A defesa que o governo do estado faz pela legalização da atividade – com base na operação do garimpo do rio Madeira – converge com esta ótica de racionalidade estritamente econômica, ao afirmar que “a atividade extrativista mineral é uma fonte de renda rápida para famílias de comunidades ribeirinhas existentes ao longo da calha do rio Madeira”⁷⁶.

Leff (2000) colabora na explicitação desta lógica degradadora afirmando que tal racionalidade econômica, uma vez que parte da maximização dos excedentes e dos benefícios em curto prazo, delega as questões da equidade social e sustentabilidade ecológica para as políticas distributivas, desvalorizando-se assim “o longo prazo” e o patrimônio ambiental e cultural do território. Ao traçar o caráter cíclico e vicioso da degradação ambiental, expressa que esta é geradora de quadros ainda mais ampliados de pobreza e que, portanto, a sustentabilidade ecológica deve preconizar também aspectos sociais e culturais da sociedade, levando em conta o princípio da equidade.

A sustentabilidade ecológica não se refere só à preservação da Natureza, já que sua degradação ou suas potencialidades estão vinculadas indissolavelmente a processos sociais e culturais. Assim, a degradação ambiental gera um círculo perverso de pobreza, que, por sua vez, acentua a deterioração ecológica. [...] O princípio da equidade é, pois, indissociável [...]: mais que uma questão de solidariedade diacrônica [...], trata-se de um princípio de equidade intrageracional. (LEFF, 2000, p. 202-203).

É possível estabelecer, portanto, uma relação entre a soma de fatores como o subdesenvolvimentismo e a degradação ambiental, resultando em acumulação de capital de dominantes e em passivos ambientais, ou capital ecológico negativo, aos dominados⁷⁷ por meio da desigualdade de uso e acesso aos bens naturais. A equação a

⁷⁶ Cf. <http://amazoniareal.com.br/justica-federal-suspende-licencas-autorizadas-por-amazonino-para-garimpo-no-rio-madeira/>.

⁷⁷ A noção de passivo aqui tem mais a ver com as desigualdades ambientais e de apropriação no uso dos bens naturais do que com a noção fundada na contabilidade e posteriormente adotada pela economia ambiental, que define a obrigação e responsabilidade ambiental de empresas quanto a uma possível atuação danosa ao meio.

seguir tenta fazer a síntese da relação entre estes fatores, considerando, porém, que eles não estão, de maneira alguma, isolados ou em dicotomia de análise, e sim se inter-relacionam de maneira dialética.

$$Sd + DA = K'(dt) + (-Ke)(dd)$$

Legenda:

Sd = subdesenvolvimento

DA = degradação ambiental

K'(dt) = acumulação de capital das classes dominantes e/ou pequena burguesia

(-Ke)(dd) = passivos ambientais, ou capital ecológico negativo, das classes dominadas

Um dos reflexos mais imediatos desta dialética de fatores é a flexibilização das políticas públicas ambientais, tornando-as cada vez mais líquidas e não palpável aos olhos de uma robustez jurídica. Este cenário se faz presente na atualidade e tende a se agravar conforme se ampliam os interesses exploratórios. Considerando que a crise ambiental é, também, além de uma crise da razão, uma crise política, a presença-presente do Estado se faz imprescindível a partir de suas políticas, organizações e sujeitos interessados em programas para além dos governismos.

Faz-se necessário reforçar o alerta que Leff faz ao afirmar que a equidade não deve ser compreendida como a imposição de um padrão homogêneo de qualidade de vida, acesso aos recursos e distribuição dos custos de contaminação ou esgotamento do ambiente, pois a equidade está inserida em um contexto diverso e que por ele é influenciada. Neste sentido, é necessário tratá-la como “equidade na diversidade”, o que implica necessariamente em suprimir condições de dominação que abafem a autonomia dos povos e deem condições reais de apropriação ou reapropriação dos potenciais ecológicos locais conforme os interesses sociais e culturais de cada grupo social.

O problema da reapropriação social da Natureza vai além das possibilidades de resolver o conflito da iniquidade ecológica [...]. As condições de existência das comunidades passam pela legitimação dos direitos de propriedade das populações sobre o seu patrimônio de recursos naturais e de sua própria cultura [...]. As lutas sociais pela reapropriação da Natureza ultrapassam a resolução dos conflitos ambientais através da justa valorização econômica da Natureza e da concessão de direitos sobre o uso dos recursos. (LEFF, 2000, p. 203)

Ou seja, envolve extinguir as relações colonialistas e as persistentes colonialidades ao passo que se reconheçam os direitos de autonomia cultural de cada

grupo em sua diversidade única, em suas especificidades. Tal autonomia cultural, afirmará Leff (2000), nada mais é que as comunidades terem controle e liberdade de manifestação de suas próprias instituições, costumes e crenças, terras, linguagem, práticas e usos⁷⁸.

Um exemplo de valorização da autonomia cultural e autogestão de territórios seria o reconhecimento das autodeterminações étnicas e autodemarcação territorial dos povos indígenas, como já problematizamos. Os Kambeba do Alto Solimões nos oferecem um exemplo empírico acerca deste tema: suas resistências e re-existências estão expressas no Protocolo do Povo Omágua-Kambeba⁷⁹, que, sendo um documento de domínio público e com necessidade de ampla repercussão, representa a formalização da manifestação e exigência de reconhecimento étnico, direito à consulta prévia e respeito aos direitos originários sob quaisquer instâncias e circunstâncias.

Redigido no âmbito da Assembleia Geral da etnia, realizada em agosto de 2017 na comunidade Tuyuka I, bairro de Santa Terezinha, antiga aldeia Wakariazal, no município de São Paulo de Olivença, Amazonas, os presentes reafirmaram, validaram e documentaram o conjunto de valores étnicos e culturais do povo Omágua-Kambeba, tendo, segundo os mesmos, o cuidado de garantir que as leis culturais expressas estivessem associadas e amparadas às leis nacionais e internacionais, como a Constituição Federal de 1988, a Convenção 169 da OIT, a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a Referencial Curricular Nacional para a Educação Indígena – RCNEI, o Estatuto do Índio e todas as leis que asseguram os direitos indígenas.

É possível que pareça contraditória a ideia de que a presença-presente do Estado seja mais facilmente viabilizada por meio de incrementos as capacidades de autogestão das comunidades rurais ou indígenas, descentralizando efetivamente o poder do Estado. Contudo, é justamente sua capacidade de se tornar menos espectral que garante sua presença-presente, à medida que deixa de ser via de mão única aos interesses

⁷⁸ Para além, o autor sugere que estes ideais de apropriação social dos bens naturais devem transcender aos limites geográficos ou territoriais restritos a áreas juridicamente protegidas, como unidades de conservação ou terras indígenas, e abarcar toda gama de sujeitos socioambientais dotados de identidade étnica e cultural.

⁷⁹ O movimento Kambeba julga ser de suma necessidade a elaboração e divulgação do Protocolo uma vez que “diversos direitos seguem sendo negados, vedados, manipulados, determinados, representados, desrespeitados e retirados pelos órgãos governamentais sem a devida consulta e consentimento, gerando problemáticas diversas.”.

estritamente econômicos e passa a valorizar o saber local, a autonomia de gestão e a fomentar a convergência das forças políticas locais. Para Leff (2000), estes são componentes do conjunto de elementos para efetivação do *ecodesenvolvimento* como proposta de uma nova ordem de Estado e sociedade: 1 saber local; 2 potencial produtivo local; 3 revalorização do capital ecológico local; 4 autogestão territorial local; 5 forças políticas locais convergentes. Tais elementos são regidos pelos três pilares do respeito à diversidade biológica e cultural, do fortalecimento das identidades étnicas e do fomento às capacidades de autogestão (“*self-reliance*”) do patrimônio natural das comunidades.

Embora que a proposta de *ecodesenvolvimento* seja a de apresentar alternativas à ordem internacional dominante vigente, que homogeneiza e impõe padrões tecnológicos e estilos de vida de sociedades, Porto-Gonçalves (2004) *apud* Freitas (2012) traz um importante contraponto quanto ao termo “desenvolvimento”, problematizando-o a partir do real sentido do verbo “desenvolver” e que reflexos socioambientais que isto subentende.

[...] desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como também separá-los entre si, individualizando-os, o que envolve uma nova configuração societária, a capitalista e, portanto, mercantil [...] (PORTO-GONÇALVES, 2004, *apud* FREITAS, 2012).

Mészáros (2001) faz uma leitura tão cirúrgica quanto ao afirmar que a noção de desenvolvimento, estando inserido na lógica perversa do capitalismo, é insustentável em si mesma, uma vez que não é capaz de superar as desigualdades e o caráter hegemônico do modo de produção, problemas estruturais e estruturantes que são inerentes a este sistema econômico. A contradição se encontra justamente em sua tentativa (falha) de solucionar estas questões, que lhe são fundantes, por meio do “desenvolvimento sustentável”.

Furtado (1996) traz a crítica realista de que o ideal de desenvolvimento tal como é posto é simplesmente um mito, reconhecendo que a manutenção deste discurso é eficaz e útil aos dominantes (“economias cênicas”) para “mobilizar os povos da periferia”, fazendo-nos convencidos de que, não só é possível a destruição de culturas

“*arcaicas*” e o meio natural, como também legítimo na corrida pelo desenvolvimentismo, sob a ilusão de que seremos – periferia – partícipes do centro. Segundo o autor, o processo de acumulação capitalista fomenta a ampliação do fosso entre o centro crescente e homogêneo e a gama de economias periféricas que, por sua vez, amplia suas já gritantes disparidades. Graças a este mito naturalizado como possível, tem-se desviado a atenção de esforços locais para identificação de necessidades coletivas e de avanço científico próprio da periferia, e para ela mesma⁸⁰, para focar em “objetivos abstratos como *investimentos, exportações e crescimento*”.

É possível estabelecer relação deste debate de não-envolvimento provocado por Porto-Gonçalves com o princípio da alienação do homem não somente quanto ao trabalho como, sobretudo, à natureza, conforme trabalha alguns autores marxistas⁸¹. Esta dicotomia que passou a ser polarizada a partir da revolução científica advinda com o movimento iluminista do século XVIII. A concepção cada vez mais antropocêntrica de mundo – e, portanto, dominadora da natureza – adquirida a partir disto nos torna, igualmente, cada vez mais distantes e alienados de uma racionalidade ambiental que considere o tempo ecológico em nossas formas de reprodução material e imaterial da vida, e o valor de uso objetivo e subjetivo da natureza para os diferentes grupos sociais. Aos olhos dos autores denominados ecossocialistas, a crise ambiental, precedida pelas crises política e racional, pode ser superada única e exclusivamente por meio da superação da alienação inerente ao sistema econômico, social e político capitalista.

⁸⁰ Formas de pensar do Sul, sobre o Sul e para o Sul (SANTOS, 2009).

⁸¹ Mészáros (2001), Löwy (2009) e Foster (2010).

4. Considerações finais

Os processos de expansão mercantil e dominação ideológica marcam a história do ocidente há séculos. Com o advento do capitalismo, as relações de dominação não somente se expandiram em tamanho como também em profundidade, permeadas pela subjugação e alienação perversa de muitos povos e populações consideradas “atrasadas”. Há correntes que defendem o colonialismo na história destes povos, e até mesmo em suas expressões na modernidade, por considerarem que tenha sido um processo de caráter louvável e colaborativo com o desenvolvimento de muitos Estados-nação que não “conseguiriam lograr sozinhos”.

Como reforça Silva (2004), a “Amazônia é um dos lugares dos reajustes econômicos e políticos da Europa nos séculos XVI e XVII” e por esta razão, nunca esteve “vazia”, “isolada” e “desocupada”, como quiseram e queiram crer os governos brasileiros ao desenhar políticas desenvolvimentistas ao julgarem a região como atrasada ou subdesenvolvida.

O Estado se fez/faz muito presente por meio de diversos formatos e facetas neste decorrer, dando suporte ao dominador enquanto ausente ao dominado. Então em que medida o Estado, seja ele colonial ou republicano, influencia na melhora ou piora das situações de conflitos de racionalidade, de reconhecimento, por territórios e territorialidades, e pelo uso de bens naturais? Tendo estas relações de dominação como pano de fundo, arma-se o palco para a apresentação dos conflitos sociais e, com o avanço dos interesses exploratórios em determinados bens naturais com alto valor de mercado, os conflitos ambientais que envolvem as diferentes racionalidades em disputa pela posse e o uso destes bens.

É evidente que para os povos indígenas tais situações históricas lhes resultaram violentas ações de genocídio de seus corpos, territórios e culturas, um etnoepistemicídio generalizado e que ainda se faz muito presente na (pós-?)modernidade por meio dos colonialismos. O primeiro capítulo procurou debater as formas de invisibilização da etnia Kambeba ao longo das diferentes situações históricas de perseguição, ocupação territorial e subjugação por parte do Estado colonial no âmbito do processo de colonização, que se expressa na configuração de uma *presença-ausente*. Estabeleceu

ainda possíveis reflexos disto para outras invisibilizações – mais veladas do que outrora – fundadas nas colonialidades e no não reconhecimento das outridades indígena.

O segundo capítulo traz para o cerne da questão os impactos “nus e crus” da presença garimpeira no rio Jandiatuba, seja para a cultura ou reprodução material Kambeba, seja para a saúde e paisagem do rio, que possui inúmeros significados às comunidades. Em uma escala microssocial e a partir da etnografia, trouxemos as percepções sociais e ambientais das lideranças entrevistadas a respeito da atividade garimpeira, e o grau de relação entre estes dois sujeitos sociais que se encontram em conflito nas mais diferentes escalas de violência física ou simbólica.

Em uma escala macrossocial de análise, a pesquisa debateu a relação destes conflitos micro com as diversas faces do Estado, seja ele representado por um agente do poder público local, estadual ou federal. Tais escalas de poder possuem influência direta e indireta na expressão e escala dos conflitos, por meio de seus interesses desinteressados quanto à referida atividade econômica, evidenciando a configuração de um Estado dotado de uma *ausência-presente*. Este *Estado espectral*, que ora está presente, ora está ausente, para ambos os lados em divergência, atua na maioria das vezes como combustível a estas tensões, inflamando-as em lugar de as mediar e colaborar para a solução.

Os acontecimentos e fatos que vem ocorrendo no rio Jandiatuba, em São Paulo de Olivença, região do Alto Solimões amazonense, são casos expressos de conflitos dos mais variados graus e gravidades. Ao fazer uma tipologia dos mesmos, tentamos não reduzi-los a categorizações – que também são formas de classificação e subjugação do outro e de outras realidades, como bem alerta Santos (2010) acerca do se fazer ciência – ou simplificá-los como situações que são despidas de outras variáveis que os tornam complexos; ao contrário, por meio da tipologia, buscou-se compreender sua profundidade considerando os limites aos quais o sujeito epistêmico se depara e, sobretudo, entender suas contradições internas e com o que se relaciona na conjuntura a qual a pesquisa se deparou.

O quadro conceitual gerado por meio deste método de compreensão da realidade contém sete tipos ideais de conflitos sociais e ambientais: latentes, iminentes, manifestos, explícitos, extremos, intermitentes e naturalizados. Tipificá-los não deve ser

confundido, contudo, com a noção do “exemplar”, como se fosse um “deve ser” imposto de maneira hermética e forçada para explicar a complexa realidade expressa. Justamente por ser complexa é que esta leitura de que o tipo ideal é capaz de reduzi-la é errônea. Os conflitos encontrados no rio Jandiatuba devido à presença de garimpeiros *outsiders* – e também a presença de madeireiros ilegais, caçadores e barcos de pesca comercial – se expressam nas mais diversas nuances destes sete tipos categorizados, e por vezes por mais de um tipo, podendo ele ser *manifesto* ao passo que também carregar o caráter de *intermitente*, por exemplo.

Conhecer os povos indígenas, seus saberes e seus direitos originários é premissa para haver seu reconhecimento étnico e territorial. O Protocolo de Reconhecimento Étnico do Povo Omágua-Kambeba surgiu de uma assembleia realizada pelo povo e pretende ser um documento de aberta divulgação, como instrumento para se fazerem conhecidos e reconhecidos em suas sociabilidades, organização política, lutas e reivindicações. As diversas demandas do movimento constam neste documento, dentre elas a demarcação territorial incluindo uma proposta de autodemarcação: a Terra Indígena Tuyuka.

O debate da demarcação territorial indígena passa pelas questões de representatividade e garantia de suas expressões culturais, territorialidades e segurança etnoambiental que o território significa para os povos. Para os Kambeba, esta região do Alto Solimões é de origem de sua história étnica e, paradoxalmente, não há qualquer instância de judicialização do reconhecimento de seu território. É, portanto, uma dança de espelhos dotada de contradições e paradoxos que tornam a luta pela demarcação, cerne das pautas do movimento Kambeba e dos demais povos, um terreno ainda mais pedregoso para o movimento indígena, pois são questionados a cada passo em busca da conquista de seus direitos.

Na relação de dominação envolve também a estigma (positiva ou negativa) dos sujeitos ou povos como forma de aprofundamento da dominação, como bem contribui Elias e Scotson (2000) em sua obra sintomática, que retratou compreensivamente as relações entre estabelecidos e *outsiders* da área suburbana de um vilarejo de operários da indústria local. As quatro principais características percebidas pelos autores que influenciavam este círculo vicioso de relação, onde a condição de um e de outro grupo poderia ser modificada pela estigmatização, foram, naquela configuração, o *carisma*, a

coesão dos grupos em suas individualidades, sua *auto-imagem* tanto como estabelecido (superior) quanto como resignado (*outsider*), e o fator *tempo*, que influenciava diretamente as questões relacionadas a tradição de normas e costumes grupais, além da força dos laços antigos de vivência, com famílias nutrindo amizades por gerações.

Utilizando a orientação de Bourdieu (2007) sobre o importante exercício do sociólogo pensar relacionalmente, pode-se, despretensiosamente, relacionar as contribuições de Elias e Scotson para pensar as quatro características relacionais que influenciam as relações sociais e políticas que os Kambeba de São Paulo de Olivença estabelecem diante da presença dos outsiders que expoliam o rio no qual moram e dependem social e economicamente: a *auto-imagem* do grupo poderia ser transmutada para sua *identidade*, considerando a luta do movimento para o fortalecimento da mesma; o *carisma* pode ser pensado relacionalmente como a sua *luta por reconhecimento* intra e interétnico; o fator *tempo* pode ser traduzir para a configuração de São Paulo de Olivença como o fator *direitos originários* dos povos indígenas; e a característica da *coesão* grupal pode ser expressa como sendo as *territorialidades* do povo Kambeba, que reflete na luta pela demarcação de seus territórios originários, conferindo-lhes (porém, não garantindo de todo) segurança étnica, cultural e ambiental de seus modos de vida.

A situação de fusão entre homem e natureza em um primeiro momento da história, sobretudo com relação aos povos autóctones, passa a ser a de fissão onde há a completa separação entre ambos – no que Marx vai denominar de “fissura metabólica” – e que perdura até a modernidade. Para superação desta espectralidade, considera-se a necessidade de um Estado inspirado nas premissas do ecodesenvolvimentismo proposto por Leff por meio, sobretudo, do reconhecimento de direitos, territórios e territorialidades específicas dos povos que

habitam as matas, as selvas tropicais e as áreas rurais onde se expressa sua cultura, onde se forjam suas solidariedades coletivas e se configuram os seus projetos de vida, que podem assumir o compromisso de manter a base de recursos como legado de um patrimônio histórico e cultural e fonte de um potencial econômico para as gerações vindouras. (LEFF, 2000).

Junto a isso, a transmutação de sociedades para uma nova ordem não capitalista e economicista que considere as mais diversas formas de cultura, relação com os bens naturais, autogestão e solidariedades orgânicas, resultando em uma nova dinâmica onde caibam todos os diversos mundos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: **Cartografias Sociais e Território**. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr., 2012.

AMAZONAS. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. **Lei Ordinária Nº 4.163/2015** de 09 de março de 2015. Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo, define os órgãos e entidades que o integram, o seu quadro de cargos de provimento em comissão e funções gratificadas. Disponível em https://sapl.al.am.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=8617. Acesso em 17 de setembro de 2017.

AMAZONAS. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. **Lei Ordinária Nº 4.185/2015** de 26 de junho de 2015. Estabelece normas aplicáveis ao licenciamento ambiental, de competência do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM. Legislador web, Manaus, Amazonas, 2015. Disponível em <http://legislador.aleam.gov.br/>. Acesso em 13 de setembro de 2015.

AMAZONAS. Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas. **A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari: “por que kamña matou kiña?”**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2014. 176 p.

AMAZONAS. Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEMAAM. **Resolução n.º 002/2015**. Disponível em <http://www.meioambiente.am.gov.br/conselho-estadual-de-meio-ambiente/>

AMAZONAS. Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE-AM. **Relatório Conclusivo de Auditoria Operacional e Ambiental em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas**. Manaus: 2013. 85 p.

ARENDDT, H. **A condição humana** / Hannah Arendt; tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer – 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARISI, B.; MILANEZ, F. **Isolados e ilhados: indigenismo e conflitos no Vale do Javari, Amazônia**. Revista Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 49-66, jan.-abr. 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2017.1.24482>. Acesso em 06.jan.2018.

BARREIRA, C. **Crônica de um massacre anunciado**: Eldorado dos Carajás. Revista São Paulo em Perspectiva. vol.13.no.4. São Paulo, Oct/Dec 1999.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. Tradução Elcio Fernandes. 2ª ed. - São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BATISTA, D. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007. 408 p.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Z. Modernity and ambivalence. In: Featherstone, M. (org.), Global Culture. Londres: Sage, 1990, *apud* HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, ed. 1, 1992. 102 p.

BENSAÏD, D. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, K. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Tradução de Nélio Schneider (Karl Marx); tradução de Mariana Echalar (Daniel Bensaïd). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BONIN, I. T.; SILVA KAMBEBA, R. C. (Orgs.). **Aua Kambeba**: a palavra da aldeia Nossa Senhora da Saúde. Brasília: Cimi/Unicef, 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18.jan.2018.

BRASIL. **Decreto N° 1.775**, de 08 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm. Acesso em 02.fev.2017.

BRASIL. **Decreto de Lei N° 5.051**, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/decreto5051.pdf>. Acessado em 13 de setembro de 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/235HS>. Acessado em 01 de outubro de 2015.

BRASIL. **Lei N° 6.001**, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF, 1973. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm. Acessado em 05 de março de 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. **Resolução** Nº **001/1986**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>.

CAHETÉ, F. L. S. **A extração do ouro na Amazônia e suas implicações para o meio ambiente**. Periódicos UFPA, Belém, 2008. Disponível em <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/download/14/13>.

CASTRO, E. **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. Cad. CRH, vol.25, no.64. Salvador: UFBA, Jan./Abr., 2012.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 4. ed. 1 reimpr. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

CPT NACIONAL. **Conflitos no campo: Brasil 2016**. [coord. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia], 2016. 232 p.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. 256 p.

DENEVAN, William. *The Pristine myth: the landscape of the Americas in 1492*. Washington, D.C: *Annals of the Association of American Geographers*, 1992, p. 369–385.

DI PIETRO, M. S. Z., **Direito Administrativo**. 25.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

ESTERCI, N.; SCHWEICKARDT, K. H. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**v. 5. p. 59–77. 2010.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras**, vol. 2. Manaus: Editora do INPA, 2015. 297 pp.

FEENY, D.; BERKES, F.; McCAY, B. J.; ACHESON, J. M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. **Human Ecology**, 18(1): 1-9, 1990.

FEENY, David et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Tradução André de Castro C. Moreira. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Org.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

FEITOSA, R. M. **O Programa Agente Ambiental Voluntário no Estado do Amazonas**: guia de ferramentas práticas para implantação. Manaus, 2014. Dissertação (Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Disponível em <http://bdtd.inpa.gov.br/handle/tede/1520#preview-link0>.

FERMIN, E. **Memórias vivas do povo Omágua Kambeba de São Paulo de Olivença** / Mumuri sekwe awá uawa kanga pewa tawau – Monografia apresentada para obtenção do título de bacharela em Pedagogia Intercultural. São Paulo de Olivença: UEA, 2016.

FERREIRA, A. R. Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792. Iconografia, vol I: Geografia-antropologia. Rio, Conselho Federal de Cultura, 1971. In: PORRO, A. **O povo das águas**: ensaios de etno-história Amazônica. Petrópolis: Editora Vozes, São Paulo: Edusp, 1996. 204 p.

FOX, J. *et al.* O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: **Cartografias sociais e território** / Henri Acselrad (Org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. Coleção Território, Ambiente e Conflitos sociais, n. 1.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (2000).

FREIRE, S. **Amazonês**: expressões e termos usados no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011. 110 p.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 – (Coleção Leitura).

GLOBAL WITNESS. **Defenders of the Earth**: global killings of land and environmental defenders in 2016. Londres: Global Witness, 2017-8. Disponível em https://www.globalwitness.org/documents/19122/Defenders_of_the_earth_report.pdf.pdf.

HARDIN, G. **The tragedy of the commons**. Science #13, v. 162, n. 3859, 1968. p. 1234-1248. Disponível em <http://dieoff.org/page95.htm>. Acessado em 13 de outubro de 2015.

ISA - Instituto Socioambiental. **Situação atual das Terras Indígenas**. Mapa interativo. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/>. Acessado em 05 de março de 2017.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza / Enrique Leff; tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. BURSZTYN, M. (org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p.107-122.

LITTLE, P. E. **A etnografia dos conflitos sócio-ambientais**: bases metodológicas e empíricas. II Encontro da ANPPAS. Indaiatuba: ANPPAS, 2004.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

LÖWY, M. **Ecosocialismo e planejamento democrático**. Artigo publicado em *Socialist Register*, 2007. Tradução de Sofia Boito. Revisão de Isabel Loureiro. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo164Artigo3.pdf. Acessado em 24 de junho 2018.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MALM, O.; GUIMARÃES, J. R. D.; CASTRO, M. B.; BASTOS, W. R.; BRANCHES, F. J. P.; PFEIFFER, W. C.; VIANA, J. P.; SILVEIRA, E. G. **Mercúrio na Amazônia**: evolução da contaminação ambiental e humana. *Ciência Hoje*, v. 22, n. 128, p. 16-23, 1997.

MARCOY, P. **Viagem pelo Rio Amazonas**/Paul Marcoy. Tradução, introdução e notas de Antonio Porro. 1. ed em português. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001 [1869]. 313 p.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. [tradução a partir da edição francesa] Maria Helena Barreiro Alves; revisão de tradução Carlos Roberto F. Nogueira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção clássicos)

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender; Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (Clássicos).

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 68 p.

MATOS, G. C. G. de. **Ethos e figurações na hinterlândia amazônica**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015. 432 p.

MEIRELLES, F. de A. **O valor da sustentabilidade no Amazonas**: análise dos gastos públicos do governo no setor ambiental. Manaus: Idesam, 2017. 64p.

MÉSZÁROS, I. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva**. Texto de conferência dada na “Cúpula dos Parlatentos Latino-Americanos”, no tema “dívida social e integração latino-americana”. Caracas, Venezuela, 2001. Tradução de Paulo Maurício. Disponível em https://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html. Acesso em 19 abr.2018.

MILLS, C. W. 1981. **A elite do poder**. 4ª ed.; tradução de Waltensir Dutra; revisão técnica de Otávio Guilherme Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

NAS TERRAS **do Bem-Virá**. Direção de Alexandre Rampazzo, Produção de Tatiana Polastri. Brasil, 2007 (111 min). Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=dhSFmz5-yn4&feature=related>. Acessado em 18 de julho de 2018.

NEVES, L. J. de O. Olhos mágicos do Sul (do Sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v.3)

OLIVEIRA, C. R. Quem é quem nas discussões do novo código da mineração. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, 2013. Disponível em https://issuu.com/ibase/docs/quem_e_quem_na_mineracao4.

OLIVEIRA, J. P. de. **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. João Pacheco de Oliveira (Org.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

OSTROM, E.; McKEAN, M. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

OSTROM, E.; TUCKER, C. Pesquisa multidisciplinar relacionando instituições e transformações florestais. In: RAMALHO, C. **Páginas da resistência**: os escritos de Elinor Ostrom. Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, ed. 21. Brasília, 2009.

PEGORARI, B. A tese do “marco temporal da ocupação” como interpretação restritiva do direito à terra dos povos indígenas no Brasil: um olhar sob a perspectiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, ano 4, número 5, fev. 2017. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/144-265-1-sm.pdf>. Acesso em 16.fev.2018.

PINTO, R. F. **Viagem das ideias**. Manaus: Editora Valer e Prefeitura de Manaus, 2006. 262 p.

PORRO, A. **O povo das águas**: ensaios de etno-história Amazônica. Petrópolis: Editora Vozes, São Paulo: Edusp, 1996. 204 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004 *apud* FREITAS, R. C. M. et al. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. Revista Katál, Florianópolis, v.15, n.1, p. 41-51, jan/jun, 2012.

PRATT, M. L. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2009. 637 p.

RADAELLI, A; WITKOSKI, A. C. **Análise das políticas ambientais e de investimento de recursos nas Unidades de Conservação (UC) geridas pelo Estado do Amazonas, Brasil:** um olhar sobre a instituição gestora. In: Memórias X Convención Internacional sobre Medio Ambiente y Desarrollo; IX Congreso de Áreas Protegidas. Havana, Cuba, 2015.

RIBEIRO, D. A política indigenista brasileira. Rio de Janeiro, 1962, *apud* DAVIS, S. H. **Vítimas do milagre:** o desenvolvimento e os índios do Brasil. Tradução de Jorge Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

RIBEIRO, F. A. N.; AMORIM, F. F. O desmantelamento da política pública indigenista e o risco de genocídio de povos isolados e de recente contato no Brasil. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, ano 4, número 5, fev. 2017.

RODRIGUES, M. da S. **Civilização do automóvel:** a BR-319 e a opção rodoviária brasileira. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia), Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2011. 227 p.

ROOSEVELT, Anna Curtesis. *Arqueologia Amazônica*. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

SANTOS, B de S. **A crítica da razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. v. 1).

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, L. B. **Trilhas da política ambiental:** conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.XII, n.1, p. 133-150. Jan.-jun., 2009.

SCHWADE, T. M. M. **Reordenamento territorial e conflitos agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas**. Manaus: UFAM, 2012. Dissertação de Mestrado em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SCHWEICKARDT, K. H. **Faces do Estado na Amazônia:** entre as curvas do rio Juruá. Apresentação de Neide Esterici. São Paulo: Annablume; Manaus: Fapeam, 2012. 386 p.

SILVA, M. V. da. **Reterritorialização e identidade do povo Omágua-Kambebe na aldeia Tururucari-Uka/Márcia Vieira da Silva**. Manaus, AM: UFAM, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SOUZA FILHO, C. F. M. de. Multiculturalismo e direitos coletivos. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v.3)

SILVA, M. C. da. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2004.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. (org.). **Simmel**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

SIMMEL, G. **El conflicto**: sociología del antagonismo. 2ª ed. Madrid: Ediciones sequitur, 2013.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUPIASSU, A. O processo demográfico da Amazônia. In: **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1969. p. 197-220.

VIANA, M. **O ciclo do ouro negro**. Impressões da Amazônia. Porto Alegre: Ed. da Liv. do Globo, 1936.

VIEGAS, D. P. **A tradicionalidade da ocupação indígena e a constituição de 1988**: a territorialização como instituto jurídico-constitucional. Manaus: UEA Edições, 2017. 256 p.

VOLTAIRE, F-M. A. **Cândido** (Candide ou L'Optimisme), 1759. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000009.pdf>. Acessado em 17 de maio de 2018.

WAIZBORT, L. Elias e Simmel. In: NEIBURG *et al.*; Leopoldo Waizbort (org.). **Dossiê Norbert Elias**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva /Max Weber; trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; rev. téc. de Gabriel Cohn, 4ª ed. 4ª reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**, parte 1; tradução de Augustin Wernet; introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg – 4ª ed. – São Paulo: Editora Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

ZAPATA, J. **El Encuentro**. Obra de arte, óleo sobre tela, s.d., 1992. Acessado em <http://www.centroculturalq.quito.gob.ec/fotosRemote.php?id=31259>.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Conflitos ambientais. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE SOBRE ESCLARECIMENTO DA PESQUISA PARA REPRESENTANTE DO GRUPO SOCIAL ENVOLVIDO

Nós, professores da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e coordenadores do projeto, juntamente com a colaboração de outros pesquisadores e discentes, estamos realizando a pesquisa intitulada “**Mapeamento participativo e Identificação de Conflitos Socioambientais na Tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru: Elementos para políticas públicas na resolução e gestão dos recursos naturais de uso comum**”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM.

Observamos que **a participação de todos os envolvidos é voluntária, para tanto solicitamos a utilização de imagens, entrevistas e falas**, podendo se retirarem ou recusarem-se a responder as informações pedidas sem sofrer penalidade alguma a saber que **suas informações serão utilizadas de forma a preservar suas privacidades** enquanto pessoa. Para tanto pretende-se nesta pesquisa:

Objetivos da Pesquisa

Geral: Identificar, por meio do mapeamento participativo, conflitos socioambientais em comunidades rurais, localizadas nas áreas de fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru através da caracterização do perfil socioeconômico do público-alvo da pesquisa a fim de produzir base de dados acerca dos conflitos socioambientais para criação de cenários de gestão de recursos naturais de uso comum no uso de políticas públicas e governamentais.

Específicos:

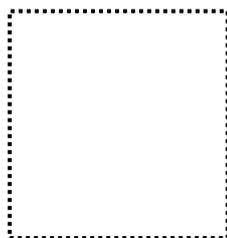
- Realizar pesquisa através de instrumento de coleta de dados quantitativo e qualitativo para a produção de perfil socioeconômico do público-alvo;
- Realizar oficinas de mapeamento participativo;
- Instrumentalizar Povos e Comunidades Tradicionais ao uso de ferramentas de georreferenciamento (GPS) para identificação de áreas de conflitos.

Concordo com minha participação na pesquisa “**Mapeamento participativo e Identificação de Conflitos Socioambientais na Tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru: Elementos para políticas públicas na resolução e gestão dos recursos naturais de uso comum**”.

Nome: _____

Assinatura _____

Representação: _____



Impressão Datiloscópica

APÊNDICE I

Dossiê da mineração, garimpagem, conflitos e território na Amazônia

- 1) http://acritica.uol.com.br/amazonia/Manaus-Amazonas-Amazonia-Exploradores-movimentaram-R30-irregular-Amazonas_0_1433256702.html
- 2) <http://g1.globo.com/natureza/noticia/reacao-ao-fim-da-renca-foi-histeria-infantilidade-e-desinformacao-dizem-geologos.ghtml>
- 3) <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/maranhao-sofre-impactos-depois-que-a-alumar-encerrou-atividades-com-aluminio.ghtml>
- 4) <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mpf-suspeita-de-massacre-de-indigenas-no-amazonas>
- 5) <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2017/maio/politica-anti-indigena-avanca-funai-tem-corte-de-mais-de-50-no-orcamento>
- 6) <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/12/Como-a-suspeita-de-um-massacre-exp%C3%B5e-a-vulnerabilidade-de-ind%C3%ADgenas-isolados>
- 7) <http://amazoniareal.com.br/operacao-destroi-garimpo-de-ouro-em-terras-indigenas-no-rio-jandiatuba-no-amazonas/>
- 8) <http://amazoniareal.com.br/licenca-simplificada-e-mineracao-sao-prioridades-para-amazonino-e-braga-no-amazonas/>
- 9) <http://amazoniareal.com.br/garimpeiros-mataram-indios-isolados-flecheiros-no-vale-do-javari-confirma-mpf-do-amazonas/>
- 10) <http://amazoniareal.com.br/mpf-recua-e-diz-em-nota-que-nao-ha-confirmacao-de-mortes-de-indios-isolados-por-garimpeiros-na-amazonia/>
- 11) <https://www.survivalinternational.org/artigos/3299-sobreviventes-haximu>
- 12) <http://amazoniareal.com.br/o-inferno-e-as-boas-intencoes/>
- 13) <http://amazoniareal.com.br/amazonino-quer-legalizar-garimpo-que-foi-estopim-de-ataques-em-humaita/>
- 14) <http://amazoniareal.com.br/dualidade-inaceitavel-do-estado-com-o-ambiente-de-faroeste-caboclo-na-amazonia-legal/>

- 15) <http://amazoniareal.com.br/eles-iam-entrar-na-area-militar-e-nao-ia-prestar-diz-fiscal-do-ibama-sobre-revolta-de-garimpeiros-em-humaita/>
- 16) <http://amazoniareal.com.br/recordo-mineral-para-que/>
- 17) <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/04/20/crescem-os-conflitos-pela-agua-no-brasil-entre-causas-mineracao-e-agronegocio/>
- 18) <http://amazoniareal.com.br/cooperativa-de-garimpeiros-no-amapa-era-fachada-de-organizacao-criminosa-diz-mpf/>
- 19) http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_escritorio_mineradoras_codigo_mineracao_rs?ocid=socialflow_facebook
- 20) <http://d24am.com/amazonas/exercito-e-funai-destroem-garimpo-ilegal-no-vale-do-javari-no-amazonas/>
- 21) <http://amazoniareal.com.br/garimpeiro-acusado-de-extracao-ilegal-de-ouro-em-terra-indigena-deve-receber-licenca-de-amazonino/>
- 22) <http://amazoniareal.com.br/amazonino-licenciou-garimpo-no-rio-madeira-sem-estudo-sobre-residuos-de-mercúrio/>
- 23) <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2017/12/1942928-apos-ataques-de-garimpeiros-am-outorga-licenca-para-extracao-do-ouro.shtml>
- 24) http://www.oeco.org.br/noticias/mpf-quer-governo-federal-responsavel-por-garimpos-no-amazonas/?utm_campaign=shareaholic&utm_medium=facebook&utm_source=socialnetwork
- 25) https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/general-ex-presidente-da-funai-se-torna-conselheiro-de-mineradora-no-para.shtml?utm_source=isa&utm_medium=fb&utm_campaign=noticia
- 26) <http://livre.jor.br/brasil-tem-4-536-conflitos-socioambientais-latentes/>
- 27) <http://livre.jor.br/latentes/conflitos-latentes>

APÊNDICE II

Processo de registro e expedição da lavra garimpeira na região do rio Jandiatuba, registrado em 2012 com validade de um ano.



Dados básicos do processo

Número do processo:

VL 8 H Informe o código:

NUP:

Área (ha): 9928,77

Tipo de requerimento: Requerimento de Lavra Garimpeira

Fase atual: Lavra Garimpeira

Ativo: Sim

Superintendência: Superintendência / AM

UF: AM

Unidade protocolizadora: AMAZONAS

Data Protocolo: 01/09/2011 12:17:00

Data Prioridade: 01/09/2011 12:16:56

	Tipo de Relação	CPF/CNPJ	Nome	Responsabilidade/Representação	Prazo de Arrendamento	Data de Início	Data Final
Pessoas relacionadas:	Titular/Requerente	84.479.088/0001-66	Cooperativa dos Garimpeiros da Amazonia			01/09/2011	
	Representante Legal	***.670.918-**	Geomario Leitão de Sena			01/09/2011	
	Responsável Técnico	***.066.252-**	Antonio Pinto de Andrade			01/09/2011	

Número do processo de Cadastro da Empresa: 000.071/1993

Número	Descrição	Tipo do Título	Situação do Título	Data de publicação	Data Vencimento
2	PLGR CONC LAV/PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA	Permissão de Lavra Garimpeira	Outorgado	04/12/2012	04/12/2013

Substâncias:

Nome	Tipo de uso	Data de início	Data final	Motivo de encerramento
MINERIO DE OURO	Industrial	01/09/2011		

Municípios:

Nome

SÃO PAULO DE OLIVENÇA /AM

Condição de propriedade do solo:

Tipo

Terreno da União

Processos associados:

Nenhum processo associado.

Documentos que compõem o processo:

Documento	Data de protocolo
Memorial descritivo	01/09/2011
Planta de situação da área	01/09/2011
Planta de detalhe da área	01/09/2011
Assentimento ent. pública- área pública	01/09/2011
Prova de recolhimento de emolumentos	01/09/2011
Comprovação da nacionalidade brasileira	01/09/2011
A.R.T. do memorial descritivo	01/09/2011
A.R.T. da planta de situação/detalhe	01/09/2011
Prova n° registro no org.de reg. comércio	01/09/2011
Prova do n° de inscrição no CNPJ	01/09/2011
Cópia dos estatutos ou contrato social	01/09/2011
Prova do n° de inscrição no CPF	01/09/2011
Declaração de firma individual	01/09/2011

Eventos:

Descrição	Data
1668 - PLG/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	18/11/2014
1403 - PLG/LICENÇA AMBIENTAL PROTOCOLIZADA	11/03/2014
1668 - PLG/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	06/03/2014
1668 - PLG/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	28/02/2014
1668 - PLG/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	05/11/2013
1668 - PLG/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	10/09/2013
1403 - PLG/LICENÇA AMBIENTAL PROTOCOLIZADA	01/03/2013
1668 - PLG/DOCUMENTO DIVERSO PROTOCOLIZADO	27/02/2013
513 - PLG/PERMISSÃO LAVRA GARIMPEIRA PUBL	04/12/2012
1402 - REQ PLG/LICENÇA AMBIENTAL PROTOCOLIZADA	29/11/2012
333 - REQ PLG/REQUERIMENTO LAVRA GARIMPEIRA PROTOCOLIZADO	01/09/2011